



**U LISBOA**

UNIVERSIDADE  
DE LISBOA

Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas

UNIVERSIDADE DE LISBOA

# **Rumo à Agenda das Nações Unidas para o Desenvolvimento pós-2015 (as negociações para a definição do Desenvolvimento para depois de 2015)**

Maria Rocha de Sommer Champalimaud

Orientadora: Mestre Mónica Sofia do Amaral Pinto Ferro

Coorientador: Professor Catedrático António da Costa de Albuquerque de Sousa Lara

Dissertação para obtenção de grau de Mestre em Relações Internacionais, especialização em Relações Diplomáticas e Cooperação

**Lisboa**  
2014

## **Agradecimentos**

À minha orientadora, a Professora Mónica Ferro, pela dedicação e esforço com que me acompanhou, e pela inspiração que é na luta por um mundo melhor e mais justo em nome do Desenvolvimento.

Ao Professor António de Sousa Lara.

Um enorme obrigada à minha família, em especial à minha Mãe, à minha irmã Madalena e à minha Tia Vera.

Às famílias Castel-Branco e Ribeiro, por tudo aquilo que representam.

Aqui deixo também um obrigada à BACK e à Stories of Wines, pelas oportunidades de crescimento.

Ao Pedro, por tudo aquilo que me ensina todos os dias.

## Resumo

A Cooperação para o Desenvolvimento está prestes a iniciar uma nova e determinante fase. Depois da assinatura da *Declaração do Milénio* e do estabelecimento dos ODM, é agora urgente definir um novo quadro de actuação adaptado às rápidas e profundas transformações do mundo contemporâneo, as quais mudaram por completo os paradigmas e as necessidades dos indivíduos.

O caminho traçado pela Cooperação para o Desenvolvimento tem sido dinâmico e evolutivo e também pioneiro e ambicioso, muito graças aos ODM. Através destes foi consubstanciado um consenso comum generalizado que fez depender o Desenvolvimento de esforços conjuntos para a prossecução de princípios que, num determinado espaço temporal, tentaram dar resposta às mais prementes necessidades dos indivíduos à escala global. Muitos foram os sucessos conseguidos e simultaneamente os aspectos retidos para um novo quadro de actuação, em especial na nova fase do Desenvolvimento que agora se inicia.

O virar da página da Cooperação para o Desenvolvimento será efectivado na abertura da 68ª Assembleia Geral das Nações Unidas, em Setembro de 2013, onde os progressos dos ODM serão avaliados e a Agenda das Nações Unidas para o Desenvolvimento pós-2015 delineada. Esta conta com um grande número de intervenientes que, com as suas diferentes contribuições, se tornaram peças-chave para a definição desse novo cenário, sem serem perdidos os valores, ideais e a verdadeira essência do compromisso firmado com o Desenvolvimento Humano. O "pós-2015" tem ganho projecção a nível internacional e é hoje um dos principais bastiões do Desenvolvimento, pois representa uma continuidade do trabalho que até agora foi feito em prol de um mundo mais justo, inclusivo e equitativo.

**Palavras Chave:** Cooperação, Desenvolvimento, Objectivos de Desenvolvimento do Milénio

## ***Abstract***

Cooperation for Development is about to start a new and determining chapter. After the adoption of the *Millennium Declaration* and the establishment of the MDGs, it is now urgent to define a new framework, adequate and adapted to the contemporary world and to its rapid and profound changes, which have transformed the standards and needs of individuals.

The pathway built by Cooperation for Development until today has been dynamic and forwarding and also pioneering and ambitious, owing it mainly to the MDGs. Through these, it was possible to set a common and general consensus that made Development depend on collective efforts for the pursuit of common goals which, in a specific time frame, tried to provide an answer to the most urgent necessities of individuals at a global scale. Many were the successes achieved and simultaneously the lessons learned for a new framework, especially for the new stage of Development that is now beginning.

The changing point of Cooperation for Development will be at the opening of the 68th General Assembly of the United Nations, in September 2013, where the progress of the MDGs will be evaluated and the United Nations Development Agenda post-2015 outlined. The Agenda is dependent of the numerous different contributions of several interveners, who have become key elements to the definition of a new framework without the loss of the values, ideals and true essence of the commitment towards Human Development at a global scale. The "post-2015" has gained projection worldwide and also rapidly become one of the bastions of Development, because it represents a continuity of the work that has been done targeting a more just, inclusive and equitable world.

**Keywords:** Cooperation, Development, Millennium Development Goals, Agenda, United Nations, poverty

## Índice

<b>Resumo .....</b>	<b>3</b>
<b>Abstract .....</b>	<b>4</b>
<b>Índice.....</b>	<b>5</b>
<b>Lista de acrónimos.....</b>	<b>7</b>
<b>1 - Introdução.....</b>	<b>9</b>
1.1 Organização do trabalho .....	12
1.2 Nota metodológica.....	15
1.3 Perguntas de partida.....	18
1.4 Operacionalização de conceitos.....	19
<b>2 - Enquadramento Histórico e Teórico-Conceptual .....</b>	<b>25</b>
2.1 O século XX - do centralismo estatal ao institucionalismo das Relações Internacionais.....	25
2.2 A Cooperação para o Desenvolvimento - uma abordagem histórica e evolutiva.	28
2.2.1 Os regimes internacionais na Cooperação para o Desenvolvimento.....	33
<b>3 - As novas abordagens à Cooperação Internacional .....</b>	<b>37</b>
3.1 Os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio.....	37
3.1.1 Uma nova abordagem programática.....	41
3.1.2 Uma nova abordagem paradigmática .....	42
3.1.3 Análise crítica aos ODM, sucessos e limitações da nova abordagem programática .....	46
3.2 Da Declaração do Milénio a 2013 - conceitos operacionais e balanço .....	52
<b>4 - A construção do novo quadro de actuação da Cooperação para o Desenvolvimento .....</b>	<b>66</b>
4.1 Rumo à Agenda das Nações Unidas para o Desenvolvimento no pós-2015: a génese de um novo quadro de actuação.....	66
4.1.1 O Painel de Alto Nível para a Agenda da ONU para o Desenvolvimento pós-2015 .....	69
4.1.2 A Equipa do Sistema das Nações Unidas .....	75
4.1.3 O Comité para as Políticas de Desenvolvimento do Departamento de Assuntos Económicos e Sociais da ONU .....	76
4.1.4 O Conselho de Liderança da Rede de Soluções para o Desenvolvimento Sustentável da ONU .....	79
4.1.5 O Conselho Europeu.....	81
4.1.6 A Comissão Europeia .....	83
4.1.7 As Organizações da Sociedade Civil.....	85
4.1.8 O Relatório do Secretário-Geral .....	88

4.2 O combate às desigualdades num cenário pós-2015 .....	89
4.3 A 68ª Assembleia Geral das Nações Unidas .....	91
<b>5 - Conclusão .....</b>	<b>96</b>
<b>6 - Bibliografia .....</b>	<b>99</b>
<b>Anexo I.....</b>	<b>109</b>
<b>Anexo II .....</b>	<b>114</b>
<b>Anexo III.....</b>	<b>116</b>
<b>Anexo IV .....</b>	<b>120</b>
<b>Anexo V .....</b>	<b>124</b>
<b>Anexo VI.....</b>	<b>128</b>

## **Lista de acrónimos**

AGNU - Assembleia Geral das Nações Unidas  
APD - Ajuda Pública ao Desenvolvimento  
BIRD - Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento  
BM - Banco Mundial  
CAD - Comité de Ajuda ao Desenvolvimento  
CIPD - Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento  
CPD - Comité para as Políticas de Desenvolvimento  
DESA - Departamento de Assuntos Económicos e Sociais  
FMI - Fundo Monetário Internacional  
GATT - Acordo Geral de Tarifas e Comércio  
IDE - Investimento Directo Estrangeiro  
IDH - Índice de Desenvolvimento Humano  
IPG - Índice de Paridade de Género  
OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico  
ODM - Objectivos de Desenvolvimento do Milénio  
ODS - Objectivos de Desenvolvimento Sustentável  
OIT - Organização Internacional do Trabalho  
OMS - Organização Mundial de Saúde  
ONG - Organização Não Governamental  
ONGD - Organização Não Governamental para o Desenvolvimento  
ONU - Organização das Nações Unidas  
PED - País(es) em Desenvolvimento  
PMA - País Menos Avançado  
PNB - Produto Nacional Bruto  
PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento  
UNFPA - Fundo de População das Nações Unidas  
UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância

"Em verdade vos digo: Sempre que fizestes isso a um destes meus irmãos mais pequeninos, a mim mesmo o fizestes"

Mt 26, 40

*"The magnitude of the task before us will require decisive action and the highest levels of collaboration, and we must prove ourselves and our efforts to be equal to the enormity of the task."*

John William Ashe, Presidente da 68ª Assembleia Geral da ONU



## 1 - Introdução

A Cooperação para o Desenvolvimento, uma das maiores áreas de estudo das Relações Internacionais, é um assunto recorrentemente discutido nos últimos anos, pela preponderância que tem ganho nas políticas internacionais, tendo em conta o actual contexto mundial, onde as desigualdades e os desequilíbrios, e essencialmente a constatação do seu agravamento, se estendem a todos os aspectos da vida em sociedade.

Em Setembro de 2000, a comunidade internacional reunida na 55ª Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU) deixou, como culminar de um conjunto de conferências internacionais e esforços colectivos da década anterior, valores, princípios, indicadores e metas a serem cumpridos pelo compromisso conjunto de todos, naquela que ficou conhecida como a *Declaração do Milénio*. De acordo com o que ficou estabelecido na AGNU, e para que a *Declaração* reflectisse a verdadeira a visão *onusiana* para o novo milénio, tudo o que nesta foi definido foi "operacionalizado" em oito objectivos concretos, mensuráveis e monitorizáveis.

Os oito Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM) que representam a estrutura da agenda global para o Desenvolvimento, são a erradicação da pobreza e da fome, a universalização do ensino primário, a promoção da igualdade de género e o empoderamento da mulher, a redução da mortalidade infantil, a melhoria da saúde materna, o combate ao VIH/SIDA, à malária e outras doenças, a garantia da sustentabilidade ambiental e a criação de uma Parceria Global para o Desenvolvimento. Para ser alcançado, cada um destes objectivos tem que cumprir um número variável de metas, cuja realização é aferida com recurso a indicadores mensuráveis. Todos estes ODM deveriam estar realizados num quadro temporal específico, cujo limite é o ano de 2015.

É através da matriz instituída pelos ODM que a comunidade internacional tem direccionado as suas políticas de Cooperação para o Desenvolvimento, os seus projectos, financiamentos, acções diplomáticas e organizações internacionais, que trabalham afincadamente para o seu cumprimento. A moldura criada pelos ODM teve um impacto real na forma como o Desenvolvimento passou a ser conduzido, em

especial nas áreas em que estes incidem com maior profundidade - erradicação da fome e da pobreza, acesso à educação e à saúde global e a promoção da igualdade de género.

Desde o seu estabelecimento foram registados inúmeros progressos em várias frentes, essencialmente no que diz respeito à erradicação da pobreza e à universalização ao ensino primário; avanços estes que demonstram que a ajuda internacional chegou onde nunca antes tinha chegado e de uma forma mais eficaz. Estes avanços foram, contudo, heterogéneos e embora algumas metas tenham já sido cumpridas, muitas são as que continuam por cumprir.

As condicionantes e rápidas evoluções a que o mundo contemporâneo está sujeito, como o contexto de crise generalizado a nível mundial, acentuam disparidades e o aproximar da data limite estabelecida para o cumprimento dos ODM, que tornam cada vez mais pertinente uma avaliação das metas e objectivos atingidos até ao momento. Consequentemente, é fulcral o estabelecimento de novas linhas de fundo que permitam dar uma continuidade coerente aos esforços conjuntos da comunidade internacional em pôr um fim aos problemas mais graves que a assolam, que têm diferentes características e géneses dos enfrentados no início do milénio.

O trabalho de discussão que levará ao estabelecimento de um novo ciclo do Desenvolvimento encontra-se em execução, tendo recebido um impulso fulcral na Conferência Rio+20, realizada em Junho de 2012 no Rio de Janeiro. O processo aqui iniciado conta com um número significativo de personalidades e organizações encarregadas de apresentar à ONU visões e recomendações sobre a agenda global para o Desenvolvimento pós-2015, que serão discutidos em profundidade por toda a sociedade internacional nas reuniões de alto nível e eventos da 68ª AGNU.

É neste contexto que se insere o presente trabalho. Tendo em conta a importância e orientação que representam os ODM para a execução da Cooperação para o Desenvolvimento e para a defesa dos Direitos Humanos a nível global, torna-se impreterível estudar de perto os factores e condicionantes que estão em cima das mesas de negociação em que hoje se discute, analisa e define a nova agenda global para o Desenvolvimento. Será desta nova agenda que irão nascer os compromissos que orientarão o novo ciclo de acções e projectos de Cooperação para o Desenvolvimento.

A própria disciplina de Relações Internacionais está em constante actualização face a uma série de condicionantes, que passam por mudanças políticas, sociais e económicas que alteraram os termos de reflexão e conceptualização. Do mesmo modo, o estabelecimento do quadro de referência para a Cooperação pós-2015 faz parte de um processo dinâmico e em construção, em que estão envolvidos vários actores da sociedade civil e do sector privado, bem como organizações, que serão decisivos para a concretização do novo quadro programático a estabelecer.

Este novo quadro permitirá uma análise detalhada sobre os principais factores de mudança a nível mundial e, consequentemente, o entendimento empírico dos problemas mundiais que necessitam de uma nova abordagem para a sua rápida e melhor resolução.

Sendo esta redefinição um processo em fase de execução, a procura de respostas para as perguntas que estão na génese deste trabalho serão acompanhadas de uma metodologia centrada na análise de resoluções e estudos que se debruçam sobre este tema, bem como do essencial enquadramento teórico-conceptual que lhe é referente.

O virar da página da Cooperação para o Desenvolvimento significará uma profunda reestruturação dos seus princípios orientadores, mas que será o espelho que reflecte as profundas mudanças estruturais a que o mundo foi submetido nos últimos anos.

## **1.1 Organização do trabalho**

Com o presente trabalho pretendo desenvolver uma reflexão sobre o novo quadro de referência da Cooperação para o Desenvolvimento para o pós-2015, e que está em processo de definição e consensualização pela comunidade internacional no corrente ano de 2013. Conjunta e primeiramente, porque são indissociáveis, será feita uma análise sobre os ODM estabelecidos para 2015, numa abordagem que, seguindo a própria evolução da Cooperação para o Desenvolvimento, estará focada na sua constituição e alcance, bem como nos seus sucessos e limitações na forma como contribuíram para o novo quadro para o Desenvolvimento a ser definido.

A estes objectivos do trabalho, mas não descurando a sua importância, estão adjacentes um conjunto de outros que orientarão de forma decisiva a pesquisa, reflexões e conclusões a serem feitas e retiradas do mesmo. Estes incluem um estudo sobre as principais questões que estão actualmente em cima das mesas de negociação internacionais, em especial dentro de círculos e grupos específicos, mas essencialmente naqueles que foram definidos pela ONU como sendo os principais "pensadores" desta nova fase que se inicia na Cooperação para o Desenvolvimento.

Assim, este trabalho está dividido em capítulos.

Num primeiro capítulo, dedicado ao enquadramento histórico e teórico-conceitual do estudo, serão abordados o institucionalismo dos séculos XX e XXI e a evolução da Cooperação para o Desenvolvimento.

O institucionalismo organizacional imperou após o fracasso de uma ordem mundial estatocêntrica assente em duas potências globalizantes, como resposta à complexidade crescente da sociedade internacional - cujo número de actores e relações entre si cresceu exponencialmente -, conferindo-lhe, através de instituições internacionais, algum sentido de ordem e estrutura. Este foi um institucionalismo de vertente liberal, que quando a braços com a grande interdependência criada pela proliferação de actores, desenvolveu mecanismos de regulação comuns, os regimes.

Os regimes são uma forma de governação informal, na medida em que corporizam conjuntos de princípios, normas e procedimentos (implícitos ou explícitos) que constroem entendimentos e lógicas de actuação e comportamento entre os actores da comunidade internacional na ausência de normas. Os regimes permitem, assim e não só, uma leitura dos ODM enquanto conformadores do comportamento dos actores da comunidade internacional. Os ODM revelaram-se um regime organizador da Cooperação para o Desenvolvimento, no sentido de terem fornecido a leitura conceptual para os comportamentos de estados, organizações internacionais e organizações da sociedade civil organizada, entre outros actores.

A Cooperação para o Desenvolvimento, enquanto processo dinâmico que acompanha e se adapta às mudanças estruturais mundiais, é o palco dos ODM, requerendo por isso a abordagem histórica e evolutiva feita no primeiro capítulo. Em traços gerais, foi centralizada na ONU, nos seus Fundos e Programas e Agências Especializadas, desde 1945 e, desde então, atravessou as diversas fases da História.

Da defesa do crescimento económico ilimitado dos Estados, característica dos anos do pós-Guerra, a década de 1970 conferiu-lhe uma dimensão social que, conjuntamente com uma abordagem económica, passou a reconhecer as necessidades básicas da população, aliadas à redistribuição económica, principalmente nos agora chamados Países em Desenvolvimento (PED). A crise económica generalizada da década de 1980, e a consequente recessão que daí derivou, mudaram por completo este paradigma, centrando-o no Consenso de Washington e na estabilização macroeconómica dos PED.

A viragem para 1990 é sinónimo de mudanças estruturais muito profundas com a desintegração do bloco soviético, tendo dado a conhecer acentuadas realidades de subdesenvolvimento, até então desconhecidas. Entre a nova vaga de países receptores, algumas ex-Repúblicas da União Soviética, e cada vez menos doadores de Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD), a Cooperação para o Desenvolvimento passou a ser também financiada por investimentos estrangeiros. A redução da pobreza tornou-se no seu principal bastião que, no virar do milénio, se viu discutido, consubstanciado e financiado em diversas Conferências internacionais e documentos que ainda hoje são uma referência.

No segundo capítulo, a abordagem programática à Cooperação Internacional ocupa o lugar central, passando por uma contextualização dos ODM, onde estão incluídos os seus sucessos e limitações e ainda um balanço da sua execução, bem como uma análise à nova abordagem programática e paradigmática que representam no âmbito da Cooperação para o Desenvolvimento.

O processo de criação dos ODM é frequentemente identificado com a assinatura da *Declaração do Milénio*, mas na verdade incluiu um processo moroso e cuidadosamente preparado por uma equipa especializada que, com base nesse documento, destacou 8 principais objectivos, acompanhados de metas e indicadores, a serem cumpridos até ao ano de 2015. Os ODM representam, ainda, a consolidação de uma série de extensos acordos internacionais, constituindo uma nova forma de interpretação dos mesmos e permitindo a sua desconstrução para uma mais fácil identificação dos principais problemas globais a combater por toda a comunidade mundial.

A Cooperação para o Desenvolvimento conta com diferentes e diversas interpretações quanto aos seus sucessos e limitações. Em traços gerais, os primeiros são essencialmente referentes à forma, conteúdo e estrutura dos ODM. Por sua vez, as limitações derivam do que é compreendido como sucesso, na medida em que existem interpretações dos ODM em que o seu conteúdo é criticado pela ausência (ou abordagem incompleta) de um grande número de problemas globais. Na mesma linha, a estrutura dos ODM é ainda interpretada como inadequada, pelo facto de terem sido definidos de acordo com o ritmo de progressos dos países doadores e dos países receptores de APD.

Tudo isto culmina no terceiro capítulo, na abordagem do caminho que levará à definição de um novo quadro de actuação da Cooperação para o Desenvolvimento num cenário pós-2015. Através da análise do relatório do Painel de Alto Nível de Personalidades Eminentes sobre a Agenda de Desenvolvimento pós-2015<sup>1</sup> (e doravante designado Painel de Alto Nível), das considerações do Comité para as Políticas de Desenvolvimento do Departamento de Assuntos Económicos e Sociais da ONU e da

---

<sup>1</sup> *High-Level Panel of Eminent Persons on the Post-2015 Development Agenda*, no original. A composição, reuniões e relatórios do Painel de Alto Nível podem ser consultados em <http://www.un.org/sg/management/hlppost2015.shtml>;

Equipa do Sistema das Nações Unidas, do relatório do Conselho de Liderança da Rede de Soluções para o Desenvolvimento Sustentável da ONU, e das análises de duas instituições europeias, o Conselho da União Europeia e a Comissão Europeia, bem como de Organizações Internacionais e da Sociedade Civil e do mais recente relatório do Secretário Geral da ONU, será possível identificar a evidente mudança no paradigma da Cooperação para o Desenvolvimento e a passagem de uma abordagem feita para o *indivíduo* para uma focada na *sociedade*. Também através da análise da 68ª AGNU fica claro que esta nova abordagem terá implicações muito significativas na definição do novo quadro de actuação a ser definido, a par da forma de combate às desigualdades horizontais que persistem a nível global.

## **1.2 Nota metodológica**

Este trabalho terá como principal metodologia a pesquisa e revisão bibliográfica, muito direccionada a dar resposta às perguntas de partida e objectivos estabelecidos. Por este ser um tema de crescente relevância nos mais diversos *fora* internacionais, terão também de ser tidos em conta reflexões e estudos saídos de centros de investigação e *think-tanks*, cujas contribuições se revelem importantes para o trabalho a ser desenvolvido.

A nível de enquadramento e sustentação teórica socorremo-nos da *Teoria das Relações Internacionais* de Adriano Moreira (1999), autores como Joseph Nye e Robert Keohane, com especial destaque para o seu “Transnational Relations and World Politics” (1971), Victor Marques dos Santos com *Cooperação e Conflito na Sociedade Internacional* (2009) e *Introdução à Teoria das Relações Internacionais* (2007) e do trabalho de John Baylis, Steven Smith e Patricia Owens, *Globalization of World Politics* (2011), que nos permitiu uma leitura diversificada sobre o sistema internacional.

Dentro da teoria dos regimes, estrutural para a análise dos ODM como produtores e enquadramentos de comportamentos e reflexões, centramo-nos na obra de Stephen Krasner, Robert Keohane e Oran Young. Os seus “Structural causes and regimes consequences: regimes as intervening variables”, “The Demand for International Regimes” e “Regime Dynamics: The Rise and Fall of International Regimes” (todos de 1982), respectivamente. Também *International Organizations: Principles and Issues*

(2002) de Alvim LeRoy e James Oliver nos ofereceu uma leitura mais contemporânea sobre os mecanismos de regulação comuns num contexto multilateral.

A abordagem histórica da Cooperação para o Desenvolvimento não estaria completa sem a referência da *Carta das Nações Unidas* como documento fundador da ordem internacional que hoje vivemos. Também Manuel Almeida Ribeiro com *Introdução ao Direito Internacional Público* (2000) e em conjunto com Mónica Ferro, em *A Organização das Nações Unidas* (2004), partilham de uma visão muitíssimo esclarecedora daquela organização, sujeito de Direito Internacional, que se afirma como garante da paz e segurança mundiais. Da mesma forma, uma reflexão sobre a evolução da Cooperação para o Desenvolvimento conduz ao estudo de *abCD Introdução à Cooperação para o Desenvolvimento* (2005) de Maria Manuela Afonso e Ana Paula Fernandes, ao *The End of Poverty: Economic Possibilities for Our Time* (2005) de Jeffrey Sachs, e aos relatórios de diversas conferências internacionais que têm ainda peso na forma como esta primeira é conduzida. Destacamos o *Consenso de Monterrey para o Financiamento do Desenvolvimento* (2003), a *Declaração de Paris sobre a Eficácia da Ajuda ao Desenvolvimento* (2005), a *Agenda de Acção de Acra* (2008), a *Declaração de Doha para o Financiamento do Desenvolvimento* (2009) e ainda a *Parceria Global de Busan* (2011)<sup>2</sup>.

No que é directamente respeitante ao estudo sobre a definição do novo quadro do Desenvolvimento, o trabalho terá como principais fontes de pesquisa relatórios, em especial no âmbito da ONU. Destes destaco dois incontornáveis relatórios de Kofi Annan, *Nós, os povos: o Papel das Nações Unidas no século XXI* (2000)<sup>3</sup> e *Roteiro para a Execução da Declaração do Milénio das Nações Unidas* (2001)<sup>4</sup>, pela preponderância que tiveram na condução das negociações referentes à Cooperação para o Desenvolvimento.

---

<sup>2</sup> Uma análise sintética do acervo de cada uma destas Conferências e Declarações está disponível no site do Camões, Instituto da Cooperação e da Língua, disponível em <https://www.instituto-camoes.pt/eficacia-da-ajuda/root/cooperacao/cooperacao-para-desenvolvimento/eficacia-da-ajuda>;

<sup>3</sup> *We the Peoples - The role of the United Nations in the 21st Century*;; disponível em português em <http://www.unric.org/html/portuguese/uninfo/Nosospovos.pdf>;

<sup>4</sup> *Road map towards the implementation of the United Nations Millennium Declaration*, disponível em <http://www.un.org/documents/ga/docs/56/a56326.pdf>;



Também a *Declaração do Milénio* tem um lugar de destaque pela moldura que criou à volta dos ODM, analisada de perto pelo Projecto do Milénio (*Millennium Project*) em *Investir no Desenvolvimento: um plano de acção para atingir os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio* (2005)<sup>5</sup> e por outros autores e grupos de discussão, como a Equipa do Sistema das Nações Unidas (United Nations System Task Team) que em 2012 publicou a *Revisão da contribuição da Agenda dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio para promover o Desenvolvimento: lições para a Agenda da ONU para o Desenvolvimento pós-2015*<sup>6</sup>. Muito recentemente, foi publicado o relatório do Painel de Alto Nível e que teve como principal missão a produção de uma pré-Agenda da ONU para o Desenvolvimento para o pós-2015, para o Secretário-Geral da ONU, *Uma Nova Parceria Global: Erradicar a Pobreza e Transformar Economias através do Desenvolvimento Sustentável*<sup>7</sup>.

Na abordagem ao novo quadro da Cooperação para o Desenvolvimento para o pós-2015, os relatórios e análise da actividade dos principais actores da mudança serão estudados e acompanhados, como os já referidos relatórios do Painel de Alto Nível e da Equipa do Sistema das Nações Unidas, mas também *A Estratégia das Nações Unidas para o Desenvolvimento pós-2015* (2012)<sup>8</sup> do Comité para as Políticas de Desenvolvimento do Departamento de Assuntos Económicos e Sociais da ONU, *Uma Agenda de Acção para o Desenvolvimento Sustentável* (2013) do Conselho de Liderança da Rede de Soluções para o Desenvolvimento Sustentável da ONU, *A Agenda Inclusiva pós-2015: Conclusões do Conselho da União Europeia* (2013)<sup>9</sup> do Conselho Europeu, e dos dois relatórios da Comissão Europeia *Pós-2015: rumo a uma abordagem compreensiva e integrada para o financiamento da erradicação da pobreza*

---

<sup>5</sup> *Investing in Development: A Practical Plan to Achieve the Millenium Development Goals*, disponível em <http://www.unmillenniumproject.org/documents/MainReportComplete-lowres.pdf>;

<sup>6</sup> *Review of the contributions of the MDG Agenda to foster Development: Lessons for the post-2015 UN Development Agenda*, disponível em [http://www.un.org/millenniumgoals/pdf/mdg\\_assessment\\_Aug.pdf](http://www.un.org/millenniumgoals/pdf/mdg_assessment_Aug.pdf);

<sup>7</sup> *A New Global Partnership: Eradicate Poverty and Transform Economies through Sustainable Development*, disponível em <http://www.post2015hlp.org/wp-content/uploads/2013/05/UN-Report.pdf>;

<sup>8</sup> *The United Nations Development Strategy Beyond 2015*, disponível em [http://www.un.org/en/development/desa/policy/cdp/cdp\\_publications/2012cdppolicynote.pdf](http://www.un.org/en/development/desa/policy/cdp/cdp_publications/2012cdppolicynote.pdf);

<sup>9</sup> *The Overarching Post 2015 Agenda: Council Conclusions*, disponível e [http://www.pbsbdialogue.org/newsandevents/2013/Council%20Conclusions%20adopted%20on%2025%20%20June%202013%20on%20Post-2015%20Agenda%20\(3\).pdf](http://www.pbsbdialogue.org/newsandevents/2013/Council%20Conclusions%20adopted%20on%2025%20%20June%202013%20on%20Post-2015%20Agenda%20(3).pdf);

e *Desenvolvimento Sustentável* (2013)<sup>10</sup> e *Uma Vida Digna para Todos: Erradicar a Pobreza e Dar ao Mundo um Futuro Sustentável* (2013)<sup>11</sup>. Será ainda analisado o recente relatório do Secretário Geral Ban Ki-Moon, *Uma vida digna para todos: acelerar o progresso rumo aos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio e avançar a Agenda das Nações Unidas para o Desenvolvimento pós-2015*<sup>12</sup>.

Em relação às Organizações Internacionais e à Sociedade Civil, alguns projectos e iniciativas serão destacados como exemplos tangíveis de aproximação ao quadro a ser definido. Posteriormente, também a forma de combate às desigualdades num quadro pós-2015 será analisada, através das considerações de Francis Stewart em *Horizontal Inequalities: A Neglected Dimension of Development* (2002) e do artigo *The future is now - Eliminating inequalities in sanitation, water and hygiene* (2012) da Relatora Especial do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas sobre o direito à água potável e ao saneamento, Catarina Albuquerque.

Esta abordagem culmina com uma revisão da 68ª AGNU, cujas reuniões de abertura e eventos se realizaram entre 23 de Setembro e 4 de Outubro de 2013. O Desenvolvimento, e em especial o cenário pós-2015, assumem papéis centrais, acompanhados de um evento especial patrocinado pelo Presidente da 68ª AGNU, que teve como finalidade a realização de um balanço dos resultados dos ODM.

### 1.3 Perguntas de partida

Tendo estabelecido como objectivo final deste trabalho executar uma análise da génese do quadro para o Desenvolvimento para o pós-2015, que inclui reflexões sobre os *outputs* da comunidade internacional desde 2000 e sobre como este novo quadro difere

---

<sup>10</sup> *Beyond 2015: towards a comprehensive and integrated approach to financing poverty eradication and sustainable development*, disponível em [http://ec.europa.eu/europeaid/what/development-policies/financing\\_for\\_development/documents/financing\\_for\\_dev\\_2013\\_communication\\_en.pdf](http://ec.europa.eu/europeaid/what/development-policies/financing_for_development/documents/financing_for_dev_2013_communication_en.pdf).

<sup>11</sup> *A Decent life for All: Ending poverty and giving the world a sustainable future*, disponível em [http://ec.europa.eu/europeaid/documents/2013-02-22\\_communication\\_a\\_decent\\_life\\_for\\_all\\_post\\_2015\\_en.pdf](http://ec.europa.eu/europeaid/documents/2013-02-22_communication_a_decent_life_for_all_post_2015_en.pdf).

<sup>12</sup> *A life of dignity for all: accelerating progress towards the Millennium Development Goals and advancing the United Nations development agenda beyond 2015*, disponível em <http://www.un.org/millenniumgoals/pdf/A%20Life%20of%20Dignity%20for%20All.pdf>.

do anterior, as perguntas de partida que lhe deram origem não diferem desta linha. São, por isso, um reflexo da estrutura que o próprio trabalho foi adquirindo.

Assim, este nosso trabalho pretende lançar luz sobre as seguintes questões de partida:

Quais os elementos transformadores que o sistema internacional conheceu entre o período da *Declaração do Milénio* e o ano de revisão dos ODM?

Qual o balanço de 13 anos de aplicação da agenda dos ODM?

Qual o poder transformador, se algum, dos ODM?

A definição de um novo quadro para o pós-2015 irá influenciar paradigmaticamente a forma como a Cooperação para o Desenvolvimento é conduzida?

Quais os processos de construção de uma agenda global de Desenvolvimento para um cenário pós-2015? Quais as suas principais pedras de toque? Quem são os seus principais pensadores?

#### **1.4 Operacionalização de conceitos**

As Relações Internacionais são uma disciplina dinâmica e em constante actualização, justificando-se como fundamental uma operacionalização de conceitos num trabalho deste tipo.

O primeiro conceito que precisa ser operacionalizado é o de Desenvolvimento. Este conceito é multidisciplinar e multifacetado, contendo por isso um significado lato e extenso, que desafia uma definição única. Esta é fixada tendo em conta o contexto em que é usado, o que no presente trabalho se enquadra nas ciências sociais e em determinados aspectos económicos, contendo por isso características muito *humanas*.

O conceito de Desenvolvimento Humano nasceu como parte de um crescente criticismo às principais abordagens ao Desenvolvimento da década de 1980, que se baseavam única e exclusivamente na ligação entre o crescimento económico nacional e a consequente expansão das escolhas dos indivíduos. Sob os auspícios de um grupo de professores universitários e outros estudiosos, como o economista paquistanês Mahbub ul Haq e o Nobel da Economia Amartya Sen nasce uma visão alternativa do desenvolvimento, enquadrada pelo trabalho do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

A primeira definição de Desenvolvimento Humano foi publicada pelo PNUD no Relatório de Desenvolvimento Humano de 1990 como "o processo de alargamento das escolhas dos indivíduos" (PNUD, 1990, p.10) através do qual é possível "viver uma vida longa e saudável, adquirir conhecimentos e ter acesso a um nível de vida digno" (PNUD, 1990, p.10). A definição de Desenvolvimento Humano é, assim, abrangente e está em constante actualização abarcando também todas as dimensões que alarguem as escolhas dos indivíduos, que passam pela "liberdade política, cumprimento dos Direitos Humanos e respeito-próprio" (PNUD, 1990, p.10)<sup>13</sup>.

Alguns dos temas actualmente centrais para o Desenvolvimento incluem o progresso social (que garante um maior acesso ao conhecimento, melhores cuidados nutritivos e melhores serviços de saúde), o crescimento económico (como forma de reduzir a desigualdade e garantir a equidade), a eficácia no acesso a recursos (em especial pelas minorias), a participação na vida comunitária e/ou política e a liberdade (em especial pelas minorias discriminadas), a sustentabilidade (em termos ecológicos, económicos e sociais) e a segurança (contra doenças, fome e conflitos). O Desenvolvimento Humano é, assim, "focado nas pessoas" (PNUD, 1990, p.10) e nas suas capacidades, e não tanto nos seus "níveis salariais e capacidade de acumulação de riqueza" (PNUD, 1990, p.10). É baseado na ideia de Desenvolvimento mais básica: "a riqueza da vida humana transcende a riqueza económica" (PNUD, n.d., parágrafo 1).

---

<sup>13</sup> Estas são, no entanto, variáveis no espaço e no tempo e concedem ao Desenvolvimento Humano duas dimensões: uma primeira focada na "formação de capacidades" (PNUD, 1990, p.10), como o "conhecimento e as competências" (PNUD, 1990, p.10), e uma segunda focada na utilização que cada indivíduo dá às capacidades que adquiriu, para "efeitos de produtividade e/ou para a sua integração na vida cultural, social e política" (PNUD, 1990, p.10);

De referir que o Desenvolvimento Humano é mensurável através do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), uma medida composta por três dimensões, "saúde, educação e rendimento" (PNUD, 2010, p.13) que, através do estudo de quatro indicadores, "esperança média de vida à nascença, média de anos de escolaridade e rendimento nacional bruto per capita [...], avalia os níveis e o progresso, usando um conceito de Desenvolvimento muito mais amplo do que o permitido pelo rendimento por si só" (PNUD, 2010, p.13)<sup>14</sup>.

Por sua vez, a Cooperação para o Desenvolvimento é um processo dinâmico e evolutivo que congrega as interações das políticas de Desenvolvimento nacionais e internacionais, articulando-as e criando sinergias positivas entre ambas. Desenvolveu-se, por isso, a par e passo das principais e mais estruturais mudanças do mundo, principalmente a partir da segunda metade do século XX. Desde a criação da ONU esta cooperação tem estado concentrada mormente na organização mundial.

Olhando para o desenvolvimento como realidade multifacetada, e ligando-a à segurança, o PNUD avança com um conceito inovador: o de Segurança Humana. Em 1994, surge assim uma nova abordagem à segurança como resposta às ameaças ditas "não-tradicionais" (ou seja, não à segurança dos Estados e das suas fronteiras). A Segurança Humana está "centrada nas pessoas" (PNUD, 1994, p. 23) e nas comunidades, na sua dignidade, segurança e meios de subsistência, bem como nos meios sociais, económicos e ambientais em que se enquadram "e ainda em como fazem as suas escolhas" (PNUD, 1994, p. 23). O Relatório de Desenvolvimento Humano de 1994 foi o primeiro documento onde este conceito foi definido de forma sistematizada como significando, "primeiro, [a] ausência de ameaças crónicas como a fome, a doença e a repressão. E, segundo, [...] protecção contra rupturas repentinas e nocivas no padrão do quotidiano - seja em casa, no emprego ou na comunidade" (PNUD, 1994, p. 23). A Segurança Humana tem duas importantes componentes: "livres de medo e ao abrigo da necessidade " (PNUD, 1994, p. 24), que se associam aos principais *clusters* em que se

---

<sup>14</sup> Desde 1990 que o IDH "recebeu uma boa dose de críticas" (PNUD, 2010, p. 13), que variam entre a sua composição e abrangência de dimensões a serem tidas em consideração. Independentemente, o IDH tem sido "o marco de referência" (PNUD, 2010, p.14) nos *Relatórios de Desenvolvimento Humano*;

articula: "segurança económica, segurança alimentar, segurança ambiental, segurança pessoal, segurança comunitária e a segurança política" (PNUD, 1994, pp. 24-25)<sup>15</sup>.

As Relações Internacionais - entre Estados, governos ou indivíduos - "não são totalmente desprovidas de ordem" (Archer, 2002, p.2). Estas são, então, organizadas através de Instituições, definidas como parte da "organização social estabelecida pela lei ou pela tradição humana" (Archer, 2002, p.2), referentes, por exemplo, "ao comércio, à diplomacia ou às próprias Organizações Internacionais" (Archer, 2002, p.2). No contexto deste trabalho, uma Organização Internacional "representa uma forma de instituição de um sistema formal de regras e objectivos" a um conjunto de actores da sociedade internacional sendo, por isso, um "instrumento administrativo com uma organização interna própria" (Archer, 2002, p.2), como constituição, trabalhadores e hierarquia. As Organizações Internacionais conferem assim um "sentido de estabilidade e coerência" (Archer, 2002, p.2) às Relações Internacionais<sup>16</sup>.

Dentro do seu âmbito, as Organizações da Sociedade Civil<sup>17</sup> são definidas como um conjunto de organizações não-governamentais que têm uma presença concreta na vida pública dos indivíduos, sendo responsáveis pela expressão dos interesses e valores de todos os seus membros. São, por isso, constituídas por um grande número de organizações que incluem as ONGs, os sindicatos e outras associações profissionais, obras de caridade e outras organizações de base religiosa, bem como fundações. São organizações que lutam e tentam abrir caminhos por entre problemas muito concretos que afectam a sociedade civil, e as suas origens variam em larga escala consoante os paradigmas, origens e contextos de onde advêm<sup>18</sup> (Banco Mundial, 2013, parágrafo 4).

---

<sup>15</sup> O Observatório de Segurança Humana do ISCSP, fruto de um projecto de investigação e desenvolvimento, financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia permite um acompanhamento do debate sobre segurança humana em Portugal e no mundo. Disponível em: <http://www.segurancahumana.eu/>;

<sup>16</sup> Para uma análise mais detalhada, ver: DUGERVER, The Study of Politics. Londres: Nelson, 1972;

<sup>17</sup> Alguns exemplos de Organizações da Sociedade Civil são a *Women Deliver*, que trabalha em prol do melhoramento da saúde e bem-estar das mulheres e adolescentes do sexo feminino, e o Projecto do Milénio, um projecto abraçado por um dos maiores estudiosos do Desenvolvimento da actualidade, Jeffrey Sachs, que através da construção de pequenas aldeias estimula o desenvolvimento rural e agrícola e ao mesmo tempo potencia o cumprimento dos ODM pela luta contra a pobreza extrema. Será um projecto retomado num capítulo subsequente. - Cf. *Women Deliver*, disponível em <http://www.womendeliver.org/>, consultado a 9 de Julho de 2013 e Projecto do Milénio, disponível em <http://www.millenniumvillages.org/the-villages>, consultado a 9 de Julho de 2013;

<sup>18</sup> Cf. Banco Mundial, disponível em <http://web.worldbank.org/WBSITE/EXTERNAL/TOPICS/CSO/0,,contentMDK:20101499~menuPK:24>

O exponencial aumento no número de organizações internacionais, de 6000 em 1990 para 50.000 em 2006, explica o aparecimento de organizações com características distintas e diferenciadoras entre si. Assim, as Organizações da Sociedade Civil têm ganho preponderância e peso na condução da Cooperação para o Desenvolvimento, representando em 2006, 15 mil milhões de dólares do seu financiamento.

As Organizações Internacionais têm como principal linha financiadora a APD, definida pelo Comité de Ajuda ao Desenvolvimento (CAD) da OCDE desde a década de 1970, como o "conjunto de recursos (créditos, donativos ou transacções de capital) disponibilizados pelos países doadores ou Organizações Internacionais aos países e territórios em desenvolvimento, através de organismos públicos, a nível local, central ou agências, com o objectivo de promover o desenvolvimento"<sup>19</sup> destes últimos. É deste modo que a Cooperação para o Desenvolvimento se torna vital no relacionamento entre os países doadores e os países receptores da APD e, conseqüentemente, entre países desenvolvidos e PED.

Os ODM são uma das agendas políticas de Cooperação para o Desenvolvimento mais mobilizadoras do mundo. São compostos por um conjunto de oito objectivos directamente referentes aos compromissos para com o Desenvolvimento firmados na *Declaração do Milénio*, desagregados num número variável de metas e indicadores, que com um quadro temporal específico. Desde o ano em que foram constituídos, os ODM orientam todas as políticas e medidas de Cooperação para o Desenvolvimento, por sistematizarem, na sua própria constituição multilateral, as necessidades mundiais, em especial dos PED.

O multilateralismo é uma das pedras de toque das Relações Internacionais. Pode ser definido como uma coordenação de políticas através do desenvolvimento de "um conjunto de regras formais e informais que estabelece o comportamento, regula a actividade e molda as expectativas" (Keohane, 1982, p. 732) entre "três ou mais Estados numa determinada área de intervenção ou estudo" (Bennet & Oliver, 2002, p.16). Assim, o multilateralismo coordena as relações entre os Estados com base em

---

4752~pagePK:220503~piPK:220476~theSitePK:228717,00.html, consultado a 9 de Julho de 2013:

<sup>19</sup> Melhor Cooperação, Melhor Desenvolvimento - disponível em <http://cooperacao-desenvolvimento.blogspot.pt/p/glossario-minimo.html>, consultado a 9 de Julho de 2013;

princípios<sup>20</sup>, não descurando os próprios interesses dos Estados que, quando em directo conflito, pode necessitar da intervenção significativa de um destes<sup>21</sup>.

---

<sup>20</sup> Para uma análise mais detalhada ver: RUGGIE, 1993, p. 8;

<sup>21</sup> Como aconteceu, por exemplo, com a "Grã-Bretanha no século XIX e com os EUA no século XX" no que disse respeito à mediação do comércio internacional (Bennet & Oliver, 2002, p. 18);



## **2 - Enquadramento Histórico e Teórico-Conceptual**

### **2.1 O século XX - do centralismo estatal ao institucionalismo das Relações Internacionais**

Os fervorosos nacionalismos que protagonizam os dois duros conflitos mundiais do século XX foram substituídos pela consolidação do internacionalismo, dando azo a uma das mais significativas mudanças estruturais da sociedade internacional. Uma comunidade devastada, estatocêntrica e polarizada deu lugar a um outro tipo de sociedade, revestida de uma nova autoridade e conjuntos de ordens normativas e comportamentais.

Estas novas ordens assentam, primeiramente, no ideal de que a sociedade não é apenas a definição de um "conjunto de Estados [...] e da sua coexistência" (Moreira, 1999, p. 157), mas sim o resultado directo de todo o tipo de relações estabelecidas entre os mesmos. A sua génese assenta na premissa de que os Estados actuam num mesmo "espaço comum" (Moreira, 1999, p. 157) onde a coexistência pacífica entre todos é privilegiada e também onde, conseqüentemente, actuam em simultâneo todos os "interesses nacionais" (Moreira, p. 157).

A tomada de consciência da inviabilidade de projectos de governação hegemónicos e a crescente necessidade de afirmar, num mesmo tempo e espaço, a igualdade soberana de todos os Estados, onde os interesses e prioridades de todos tomassem o seu lugar e onde existisse um evidente equilíbrio de poderes, levou ao nascimento, afirmação e consolidação de uma "sociedade verdadeiramente internacional" (Moreira, 1999, p. 157). Esta foi padronizada pelo grande número de "heterogéneas e complexas interacções relacionais" entre os seus actores, os Estados (Moreira, 1999, p. 157).

É neste contexto que surgem as instituições internacionais - como forma de dar uma resposta à crescente complexidade da própria sociedade internacional, que não só aumentou o seu número de actores, como também as áreas em que estes se relacionam. As instituições conferem à sociedade internacional um sentido de ordem, modernização

e reestruturação face a uma sociedade dependente do poder estatal e com ideais de liderança hegemónica historicamente ultrapassados.

Por meio de acordos, tratados, pactos e actos diplomáticos, o institucionalismo foi gradualmente conferindo ordem à sociedade internacional. É neste contexto que os princípios consagrados na *Carta do Atlântico*<sup>22</sup> e nas principais conferências internacionais da primeira metade da década de 40 do século XX<sup>23</sup>, se materializaram na instituição da Organização das Nações Unidas (ONU), com a assinatura da *Carta das Nações Unidas*, a 25 de Junho de 1945.

Após o falhanço de um conjunto de tímidas tentativas organizacionais, a ONU assume-se como a "principal garante da paz e segurança mundiais" (Ribeiro & Ferro, 2004, p.63) e da prevenção de conflitos, através da "execução de políticas de desenvolvimento, cooperação e reconstrução" (Ribeiro & Ferro, 2004, p. 64) tendo em vista a "resolução pacífica de conflitos e a manutenção da paz" (Ribeiro & Ferro, 2004, p. 65).

Através da ONU o institucionalismo imperou, permitindo a multiplicação e proliferação das Organizações Internacionais que, pelo grande número de áreas por estas abrangidas, permitiu inaugurar uma nova fase no sistema internacional. Este transformou-se numa comunidade integrada não só por actores estatais mas também por um conjunto de "entidades não estatais" (Nye & Keohane, 1971, p.332), tais como organizações de cariz político, cultural, religioso e científico, empresas multinacionais e transnacionais e indivíduos, que passaram então a ter um papel fundamental na regularização e estabilização do equilíbrio mundial.

---

<sup>22</sup> A *Carta do Atlântico* nasce de uma declaração conjunta de Winston Churchill e Franklin Delano Roosevelt assinada em Agosto de 1941, em que foram expostos seis princípios e direitos-base sobre os quais a sociedade internacional se regeria após o cessar-fogo da Segunda Guerra Mundial. Estes incluem "o direito à segurança das fronteiras, o direito dos povos de escolherem a forma de governo sob qual querem ser governados, a igualdade no acesso ao comércio e matérias-primas, a colaboração entre nações para serem atingidas melhores condições de trabalho, prosperidade e segurança, a liberdade de navegação e o desarmamento" (Ribeiro & Ferro, 2004, p. 59). Oficializou, por isso, a "reorganização da sociedade internacional para o pós-Segunda Guerra Mundial" (Ribeiro & Ferro, 2004, p. 59);

<sup>23</sup> Washington, Moscovo, Dumbarton Oaks e Ialta;

Todos estes actores são sujeitos de Direito Internacional Público<sup>24</sup>, com personalidade jurídica e responsabilidades internacionais próprias, sendo também produtoras de Direito<sup>25</sup> e estando ainda sujeitos à responsabilização dos seus actos pelos meios de resolução de diferendos internacionais estabelecidos e em vigor<sup>26</sup>. Assim, a configuração da sociedade internacional alterou-se por completo, e os conceitos de internacionalização, "interdependência e cooperação tornaram-se nos seus novos pilares" (Santos, 2009, p. 282), onde o ideal de ordem é também prevalecente.

Todas estas alterações surtiram uma completa mudança de paradigma nas próprias Relações Internacionais. Forjado nos acordos de paz de Vestefália em 1648, o modelo estatocêntrico do realismo definia o Estado como "o principal e único actor da sociedade internacional" (Dunne *in* Baylis *et. al*, 2011, p. 87), o que lhe concedia "a autoridade para representar todos os interesses dos indivíduos que a compõem [...] e a legitimidade do uso da força para a prossecução dos mesmos" (Dunne *in* Baylis *et. al*, 2011, p. 87). No entanto, as transformações de fundo dos séculos XIX<sup>27</sup> e XX

---

<sup>24</sup> O Direito Internacional é um conjunto de normas jurídicas que regem as relações entre os membros da sociedade internacional. Tem dois ramos: o Direito Internacional Público (constituído por um conjunto de "normas reguladoras das relações" (Ribeiro, 2000, p. 18) entre os membros da sociedade internacional) e o Direito Internacional Privado (constituído por um conjunto de normas jurídicas que têm por objectivo a "resolução de conflitos entre leis de diferentes Estados" (Ribeiro, 2000, p. 18)), ou seja, tem como objecto as relações determinadas por situações jurídicas concretas, criadas pelos cidadãos dos Estados). O Direito da Guerra e da Paz transformou-se no Direito das Relações Internacionais, e por isso no Direito Internacional Público, depois do Congresso de Viena (1814-1815), com o crescente aumento e intensificação das relações internacionais entre os Estados, organizações e indivíduos. Tem como principais fontes os tratados, os costumes, os Princípios Gerais do Direito e as Decisões Judiciais e Doutrina. É reconhecido como sujeito de Direito Internacional Público todo aquele que pode actuar no plano internacional (e que por isso detém personalidade jurídica), como as organizações internacionais e intergovernamentais, as ONGs e os próprios indivíduos. Os meios de resolução de diferendos internacionais que tem ao ser dispor são os tribunais (Tribunal Internacional de Justiça e Tribunal Arbitral), o Centro Internacional para a Resolução de Diferendos Relativos a Investimento (mecanismo de resolução de diferendos entre privados) e ainda a protecção diplomática - Cf. RIBEIRO, 2000, pp. 18-28;

<sup>25</sup> Para uma análise detalhada sobre a produção de Direito das Organizações Internacionais ver: ALVAREZ, José - *International Organizations as Law-Makers*. Oxford: Oxford University Press, 2006;

<sup>26</sup> Reúnem, por isso, quatro competências internacionais que remetem ao Direito Internacional Público e à soberania externa: o soberano Direito de fazer a guerra (*jus belli*), o soberano Direito de celebrar tratados internacionais (*just tractum*), o soberano Direito de representação diplomática e consular (*jus legationis*) e o soberano Direito de reclamação internacional e de ser parte a esse nível (*jus representationem*) - Cf. LARA, António Sousa - *Ciência Política, Estudo da Ordem e da Subversão*. Lisboa: ISCSP, 2011, pp. 282-283;

<sup>27</sup> Depois de Vestefália, passando pelos acordos de Utreque de 1713, até ao Congresso de Viena reunido entre 1814 e 1815, muitas foram as modificações de que a sociedade internacional foi palco. No século XIX, numa combinação explosiva entre um conquistador hegemónico (França) e conquistados indefesos, a Europa ficou marcada por violentas conquistas territoriais e a formação de alianças entre as principais potências, tentando travar o avanço das tropas francesas entre 1804 e 1815. A reunião do Congresso de Viena confirmou assim a vontade de restaurar a paz, alargada a todos os governos aí presentes, e foi conquistada pelo elevado grau de satisfação com que foram resolvidas necessidades existentes e

permitiram a afirmação de um modelo alternativo, descendente directo das teorias e ideais influenciados por John Locke e mais tarde por Woodrow Wilson<sup>28</sup>, que se afirmou como forma de resposta ao fim da viabilidade dos actores do sistema internacional com base no seu próprio poder<sup>29</sup>.

A ascensão de uma ordem internacional assente no institucionalismo liberal, e por isso na "cooperação e colaboração" (Santos, 2009, p. 63) de todos os seus actores, reforçou o desejo e necessidade máximos de manter "o equilíbrio, estabilidade e regulação das relações" (Santos, 2009, p. 63) entre os mesmos, de forma a serem evitados novos conflitos mundiais. A grande interdependência criada pela proliferação de actores no sistema internacional criou, assim, um défice de efectiva governação que se consumou em "formas alternativas de regulação comuns" (Bennet & Oliver, 2002, p. 16): os regimes.

## **2.2 A Cooperação para o Desenvolvimento - uma abordagem histórica e evolutiva**

Apesar de a Cooperação Internacional institucionalizada remontar à Sociedade das Nações, a abordagem histórica à Cooperação para o Desenvolvimento, no contexto do presente trabalho, só começa a fazer sentido no âmbito do pós-Segunda Guerra Mundial, uma vez que é esta evolução que determina as linhas de fundo das suas actuais e futuras políticas.

A Cooperação para o Desenvolvimento é um processo dinâmico e evolutivo que se desenvolveu seguindo de perto as mudanças do mundo contemporâneo, principalmente a partir da segunda metade do século XX. A sua evolução é um puro reflexo da forma como o mundo evoluiu após a Segunda Guerra Mundial - local, regional e globalmente - e, apesar de ter diferentes origens, motivações, funções e mecanismos de

---

reivindicações conflituosas, baseadas num consenso generalizado que já não competia por alargamentos territoriais, mas sim por círculos de influências políticas a nível internacional, representando uma das principais mudanças de viragem da política internacional - Cf. Blanning, 2000, pp. 160-161;

<sup>28</sup> Para uma leitura do ideal liberal institucionalista no seu estado mais puro, ver: Wilson, 1969 e para uma interpretação que acompanhou o institucionalismo liberal da Sociedade das Nações, ver: Zimmern, 1936;

<sup>29</sup> Para uma análise mais detalhada sobre o Liberalismo quanto corrente ideológica afecta a todos os quadrantes da vida humana e o Liberalismo Institucional, ver: Lara, 1992 e Lara, 1998;

implementação, a diversidade da sua actuação é muito alargada, e cada vez mais revela ser fundamental no mundo de hoje.

Centralizando a Cooperação para o Desenvolvimento, a ONU chamou a si em 1945, ser o garante da paz e da segurança mundiais, protectora da igualdade, da justiça, do direito de autodeterminação dos povos e dos Direitos Humanos bem como realizadora da cooperação internacional nas áreas económicas, sociais, culturais e humanitárias<sup>30</sup>. Para tal, criou programas e agências especializadas, muitos das quais se mantêm em funcionamento até hoje.

Durante uma primeira fase da Cooperação para o Desenvolvimento, iniciada logo após o fim da Segunda Guerra Mundial, o paradigma dominante esteve quase inteiramente focado nas teorias do crescimento económico ilimitado dos Estados através da APD, "vista como o elemento fundamental" (Afonso & Fernandes, 2005, p. 26) que o fomentava, e onde a acumulação de capital e o intervencionismo estatal eram privilegiados<sup>31</sup>. No entanto, a proliferação de Estados no espaço europeu nas décadas posteriores ao pós-guerra ditou a tardia tomada de consciência da existência de diversas e graves realidades de subdesenvolvimento, num mundo que se acreditava desenvolvido.

Em sintonia com o principal objectivo do Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento do grupo do Banco Mundial (BM), o Plano Marshall<sup>32</sup>, "o primeiro

---

<sup>30</sup> Cf. ONU, 1945, Artigo 1;

<sup>31</sup> O que também contribuiu para a criação de instituições financeiras (as chamadas instituições de Bretton Woods), que são um claro exemplo de como o Sistema Monetário Internacional acompanhou as mudanças estruturais do espaço europeu e a afirmação dos EUA como detentor de uma posição de liderança, capacidade produtiva, disponibilidade financeira, força militar e consequentemente uma posição intervencionista na reconstrução da economia europeia e na gestão da economia mundial. Estas instituições são: 1) Fundo Monetário Internacional (FMI) - "criado para assegurar um regime cambial estável e prestar assistência aos países que enfrentassem crises económicas" (Costa, 2010, p. 41); 2) Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD, futuro Banco Mundial) - "criado para facilitar o investimento privado e a reconstrução da Europa, bem como prestar auxílio [...] e promover o desenvolvimento de restantes países" (Costa, 2010, p. 41); 3) Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT) - "fórum para as negociações com vista à liberalização do comércio mundial" (Costa, 2005, p.41);

<sup>32</sup> O Plano Marshall foi anunciado pelos Estados Unidos, pela mão do Secretário de Estado George Marshall, em Junho de 1947 e visava, em linhas gerais, ser um plano de ajuda económica dos EUA à Europa do pós-guerra. No entanto, foi mais do que um plano económico bem aceite e cumprido por diversos países da Europa Ocidental e Central, mas terminantemente rejeitado pela URSS e consequentemente pelos países da Europa de Leste. Como consequência do rescaldo da Primeira Guerra Mundial, ao desencadear o normal funcionamento dos mercados e comércio internacionais na Europa, o

projecto específico de cooperação entre um Estado soberano e independente e um conjunto de Estados soberanos e independentes" (Afonso & Fernandes, 2005, p.24), visava a "reconstrução económica e segurança estratégica da Europa num cenário de pós-Guerra" (Sachs, 2005, p. 341). Contudo, a desagregação de grandes blocos coloniais extra-europeus fez alterar esta realidade, e os países que surgiram dessa desagregação<sup>33</sup> estavam também contemplados nos principais planos de reedificação económica e social<sup>34</sup>.

Numa segunda fase, com início na década de 1970, começaram a surgir os primeiros indícios do aparecimento de um novo paradigma central na Cooperação para o Desenvolvimento. A dimensão social da população mundial tomou de assalto a APD e deu novos contornos à própria concepção de Cooperação para o Desenvolvimento.

Nasceu "um consenso internacional sobre os indicadores humanos e nada se tornou mais importante do que as necessidades básicas da maior parte da população" (Afonso & Fernandes, 2005, p. 27), indo de encontro ao reconhecimento da importância da redistribuição económica como principal variável de crescimento no Desenvolvimento. Foi desta forma que as preocupações sociais rapidamente ganharam terreno e se estenderam aos mais variados campos da sociedade internacional, conquistando uma significativa preponderância e peso na Cooperação para o Desenvolvimento.

Áreas como o combate à pobreza, o acesso à educação e à saúde e o desenvolvimento rural moldaram os principais planos de APD na década de 1970, que se caracterizava então pelo crescimento da sua acção em regime de multiplicidade, em contraste com as acções de "*um-para-um*" características da fase anterior. Mas enquanto a APD multilateral e o BM focavam a sua actuação nos PED, ao mesmo tempo que tentam protagonizar uma tentativa de início de um processo de "cooperação Sul-Sul" (Afonso

---

Plano Marshall revelou ser uma forma de os EUA salvaguardarem os seus próprios interesses económicos e de segurança ao conter a eminente ameaça russa. - Cf. Nye, 2002, p. 147 e Sachs, 2005, p. 341;

<sup>33</sup> Frequentemente denominados "Países de Terceiro Mundo" (pelo contraste que representavam entre os dois mundos civilizados mas ideologicamente antagónicos), cuja actuação teve sempre duas prioridades: Desenvolvimento e Independência - Cf. Rapley, 2002, pp. 10-11;

<sup>34</sup> Prova viva dessa mudança de paradigma é a criação de uma organização - Organização Europeia de Cooperação Económica, fundada em 1948 -, que visava a coordenação da distribuição dos fundos oriundos dos EUA para a Europa em 1948, que se transformou, anos mais tarde, na Organização de Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), cujo espectro de actuação é o melhoramento do bem-estar económico e social a nível mundial;

& Fernandes, 2005, p. 28) e a bandeira do combate à pobreza está hasteada em pleno, os problemas estruturais da economia da década de 1970<sup>35</sup> estalaram, e a APD reorientou-se para o "ajustamento estrutural" (Afonso & Fernandes, 2005, p. 28).

Esta mudança fez ecoar diferentes críticas e interpretações em relação à participação dos PED na economia mundial e ao elevado grau de "dependência" (Afonso & Fernandes, 2005, p. 29) que estes últimos já demonstravam face às economias do Norte. Não obstante, a APD ganhou nesta segunda fase de Cooperação para o Desenvolvimento um reconhecimento e legitimidade significativos, e o valor acordado pela sociedade internacional para doar enquanto APD representava "0.7% dos RNB" (Afonso & Fernandes, 2005, p. 29).

A crise económica característica da década de 1980<sup>36</sup> representou para a Cooperação para o Desenvolvimento uma acentuada recessão, consequência directa da crescente "racionalização [...] e constrangimentos" (Afonso & Fernandes, 2005, p. 29) impostos aos montantes desembolsados pelas economias dominantes e dirigentes neoliberais. Como tal, foi consubstanciado o Consenso de Washington<sup>37</sup> e a prioridade da ADP centrou-se na estabilização macroeconómica dos PED e na liberalização do comércio, passando a ser cada vez mais encarada como um "elemento contributivo para o Desenvolvimento" (Thomas & Evans *in* Baylis, Smith & Owens, 2011, p. 465), e não exclusivamente um elemento impulsionador do mesmo.

O volte-face da geopolítica mundial de 1989, representou uma mudança estrutural na Cooperação para o Desenvolvimento, inaugurando uma nova fase centrada na adaptação da APD às necessidades emergentes e urgentes da sociedade internacional. Com o fim da Guerra Fria muitos foram os países doadores de APD, especialmente os saídos do bloco soviético, que "desapareceram como doadores e emergiram como receptores" (Afonso & Fernandes, 2005, p. 31). Simultaneamente, acreditava-se que com a

---

<sup>35</sup> "Balanças de pagamentos e emergência da crise da dívida no início da década seguinte" (Afonso & Fernandes, 2005, p. 28);

<sup>36</sup> Crise da dívida pública, subida das taxas de juro e recessões nas principais economias mundiais;

<sup>37</sup> O Consenso de Washington é um conjunto de dez recomendações do plano macroeconómico que o governo americano, em conjunto com instituições financeiras internacionais, acreditavam ser necessárias adoptar por toda a comunidade internacional, tendo em vista o crescimento económico. Estas recomendações incluem a "disciplina orçamental [...], a liberalização das taxas de juro e câmbio, [...] privatizações, desregulações, a liberalização das importações, uma reforma fiscal e a redução do papel intervencionista do Estado" (Hayami, 2003, p. 54);

diminuição das despesas militares os fluxos de APD aumentariam, o que não aconteceu, muito pelo contrário. Estas realidades, acrescentadas à diminuição da concessão de APD por parte de muitos actores da sociedade internacional devido ao "cansaço da Ajuda"<sup>38</sup> e à recessão económica de alguns países da OCDE, conduziram a Cooperação para o Desenvolvimento a uma das suas mais marcantes fases de viragem.

Pela primeira vez a APD perdeu a posição de destaque na promoção do Desenvolvimento, tendo passado este a ser substancialmente financiado por fluxos financeiros privados, em especial através do investimento directo estrangeiro (IDE), que se tornou numa das "principais fontes de financiamento do mundo em desenvolvimento" (Afonso & Fernandes, 2005, p. 97). Não obstante, e indo de encontro à fase anterior, a integração dos PED na economia mundial ganhou continuidade, contando agora com o incentivo do IED mas onde o papel da APD, apesar da sua acentuada diminuição, nunca deixou de ser "a fatia mais importante dos fluxos oficiais" (Afonso & Fernandes, 2005, p. 98), especialmente nos países africanos. Rapidamente foi também reconhecida a importância de aspectos políticos como essenciais para a estabilidade da APD - como "a democracia, a boa governação e os Direitos Humanos" (Afonso & Fernandes, 2005, p.33) -, e esta passou a ter de ser articulada em conjunto com as novas condicionantes do financiamento da Cooperação para o Desenvolvimento.

É nesta linha que a Cooperação para o Desenvolvimento na década de 1990 fixou firmemente as características que ainda hoje apresenta e para a qual convergem todas as políticas, a redução da pobreza, em especial após a emergência do Pós-Consenso de Washington<sup>39</sup> e de duas conferências mundiais<sup>40</sup>. Ao estabelecer princípios e objectivos convergentes, tais como o acesso a serviços sociais básicos como a educação, a saúde e outras redes de segurança social<sup>41</sup> previstos no Pós-Consenso de Washington,

---

<sup>38</sup> Expressão usada pelos países doadores que demonstra "desilusão face aos resultados do esforço de Cooperação para o Desenvolvimento" (Afonso & Fernandes, 2005, p. 32), o que normalmente se traduz numa redução dos fluxos de APD concedidos;

<sup>39</sup> Uma maioritária corrente crítica ao que tinha sido estabelecido no Consenso de Washington;

<sup>40</sup> A Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento (CIPD) realizou-se em 1994 no Cairo, e aí ficaram delineadas iniciativas e medidas em diversos âmbitos, como a população, direitos, educação, pobreza e principalmente sobre saúde reprodutiva. Por sua vez em 1995 em Pequim na Conferência Mundial sobre as Mulheres a saúde sexual e reprodutiva assumiram um papel central. - Cf. ONU, 1995, pp. 1-10 e ONU, 1996, pp. 3-5;

<sup>41</sup> As *social safety nets* são entendidas como uma série de outras medidas providenciadas pelos sectores público e privado e em especial pelo BM, que tentam impedir a chegada dos mais vulneráveis ao limiar da pobreza. Podem incluir programas e/ou subsídios que permitam, por exemplo, o acesso a bens de



a Cooperação para o Desenvolvimento ficou quase exclusivamente concentrada nos países mais vulneráveis, e em "maximizar a coordenação e cooperação de políticas" (Hayami, 2013, p.57), muito por via das acções das ONGs e ONGDs, que assumem cada vez mais um papel fundamental.

O virar do milénio representou para a Cooperação para o Desenvolvimento o culminar de todas as acções e políticas num único documento - a *Declaração do Milénio*, assinada pelos Estados-membro da ONU em Setembro de 2000. Este histórico documento, mais tarde operacionalizado nos oito ODM, converge os principais problemas e responsabilidades, bem como o estabelecimento de medidas a cumprir no novo milénio. Desde então, a ONU assumiu indiscutivelmente um papel central na prossecução e execução da Cooperação para o Desenvolvimento em todas as suas vertentes.

### **2.2.1 Os regimes internacionais na Cooperação para o Desenvolvimento**

A Teoria dos Regimes consolida a ideia da "governança sem governo" (Moura & Pureza, 2004, p. 1), na medida em que concede regras à sociedade internacional na inexistência de um governo global e de regras e/ou leis aplicáveis a todas as situações. Esta Teoria nasceu da necessidade teórica de estudar certos aspectos da governança, numa altura em que a proliferação de actores na sociedade internacional começava já a "ultrapassar a capacidade de resposta de instituições de Direito formais" (Bennet & Oliver, 2002, p. 18).

Tornou-se numa das principais abordagens estudadas no âmbito da cooperação internacional a partir da década de 1970, principalmente por sugerir uma solução de cooperação entre actores da sociedade internacional em contexto de "ausência de uma autoridade política central" (Moura & Pureza, 2004, p. 1), permitindo "aos Estados gerir colectivamente a sua interdependência regional e global" (Moura & Pureza, 2004, p. 1).

---

primeira necessidade - como alimentação, electricidade, saúde e, quando aplicável, material escolar. - Cf. Grupo Independente de Avaliação, 2013, p. 1;

Tem sido uma Teoria moldada e caracterizada por teóricos realistas e liberais, que apresentam diferentes ideais para uma possível abordagem.

Independentemente desta duplicidade que lhe é intrínseca, adoptamos a definição de *regime* de Stephen Krasner, que o caracteriza como "um conjunto de princípios, normas, regras e procedimentos decisórios, implícitos ou explícitos, em torno dos quais convergem as expectativas dos actores sobre uma determinada área das relações internacionais" (Krasner, 1982, p. 185). Uma das maiores funcionalidades dos regimes internacionais é constituir benéficos entendimentos entre diferentes actores da sociedade internacional - que incluem "Estados, organizações internacionais e grandes empresas multinacionais" (Bennet & Oliver, 2002, p. 18) -, de forma a evitar uma situação irreversível de "todos-contra-todos" (Keohane, 1982, p. 332) na ausência de legislação.

É possível então afirmar que se trata de uma abordagem focada nos procedimentos de governação informal de áreas específicas do interesse global, que normalmente não encontram enquadramento nos quadros jurídicos internacionais, e que pressupõe uma coordenação com outros actores, tendo em vista o "cumprimento de acções conjuntas e/ou a execução de interesses próprios" (Karns & Mingst, 2010, p. 42). "O conteúdo normativo de um regime não tem de assumir uma formalização jurídica canónica" (Moura & Pureza, 2004, p. 2), pois o que é "essencial é a dimensão regulatória" (Moura & Pureza, 2004, p. 2) que representa.

Os regimes não são, então, mais do que convenções sociais, fruto directo da interacção dos actores da sociedade internacional, que se regem pelo ideal do "comportamento expectável" (Bennet & Oliver, 2002, p.18). Ou seja, uma vez definido um conjunto de princípios, normas, regras e/ou procedimentos decisórios, é "expectável" (Young, 1982, p. 278) que estes sejam cumpridos por todos.

Os regimes ou "instituições sociais" como Oran Young (1982, p. 277) os denomina são, na sua grande maioria, formados através de diferentes processos, com origens e objectivos distintos<sup>42</sup>, cruciais para a forma como actuam na sociedade internacional.

---

<sup>42</sup> Enquanto as instituições sociais espontâneas nascem da "convergência de expectativas [...]" e são observadas quase inconscientemente" (Young, 1982, 282), as negociadas têm, à partida, objectivos e resultados bem delineados e "pouco flexíveis" (Young, 1982, 283). Por sua vez, as instituições sociais

Independentemente, Robert Keohane considera-os elementos-chave para a "uniformidade e consonância dos interesses presentes na sociedade internacional bem como dos próprios governos" (Keohane, 1982, p. 334) pois, na sua ausência, permitem uma "forma de governação que de outra forma seria impossível consolidar" (Keohane, 1982, p. 334). Um regime é considerado eficaz quando o seu conteúdo é tido como "referência no modo de actuação dos seus actores, e a imposição de força não é utilizada" para a concretização do que foi estabelecido (Smouts, 1998, p. 145).

A Teoria dos Regimes e o processo de reflexão sobre a constituição dos mesmos permitem uma visão privilegiada sobre a Cooperação para o Desenvolvimento, pois permitem uma leitura de diversos dos seus componentes, começando pela própria *Declaração do Milénio*. Este é um documento imperativo, tal como a *Declaração Universal dos Direitos do Homem*, que não vincula de forma jurisdicional nenhum dos seus signatários nem tão pouco prevê a aplicação de sanções em caso de incumprimento. Não obstante, é um documento com uma muito grande "dimensão regulatória" (Moura & Pureza, 2004, p. 2) que permite a construção de entendimentos entre diferentes actores da sociedade internacional e que conduz a Cooperação para o Desenvolvimento desde o seu estabelecimento.

A *Declaração do Milénio* formata documentos e estratégias nacionais jurisdicionalmente vinculativas de combate à pobreza, como a *Visão Estratégica para a Cooperação Portuguesa*<sup>43</sup> que a adopta como texto enquadrador. É assim, de forma uniforme e coerente através do estabelecimento de compromissos, que a *Declaração do Milénio* vai definindo os "comportamento[s] expectáve[is]" (Bennet & Oliver, 2002, p.18) da sociedade internacional, conseguindo desta forma regular toda a Cooperação para o Desenvolvimento.

Nesta lógica, a adjudicação de 0.7% do RNB dos Estados à APD também permite que seja interpretada como um regime. A sanção para o não cumprimento deste número indicador é, tal como o não cumprimento da *Declaração do Milénio*, a afectação da imagem e reputação internacional dos doadores. Esta adjudicação é, no entanto, uma

---

impostas são fruto da "convergência de interesses dos actores dominantes da sociedade internacional e têm um carácter vinculativo e obrigatório" (Young, 1982, p. 284);

<sup>43</sup> Cf. *Visão Estratégica para a Cooperação Portuguesa*, disponível em <http://dre.pt/pdf1sdip/2005/12/244B00/71807201.PDF>, consultado a 4 de Março de 2014;

prática não vinculativa que molda a forma como os países doadores actuam e definem o seu grau de compromisso na Cooperação para o Desenvolvimento.

Os próprios ODM podem ser interpretados através da lente dos regimes, porque efectivamente representam um conjunto de normas e princípios não vinculativos, que orientam, sob égide da *Declaração do Milénio*, a Cooperação para o Desenvolvimento desde a sua constituição. Tornaram-se desde então profundamente orientadores e imperativos do comportamento dos actores da sociedade internacional, influenciando de forma decisiva o quadro a ser definido para o pós-2015.

### 3 - As novas abordagens à Cooperação Internacional

#### 3.1 Os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio

Entre os dias 6 e 8 de Setembro do ano 2000, a Cimeira do Milénio da ONU reuniu em Nova Iorque um número recorde de representantes estatais<sup>44</sup>. Depois de uma década de conferências e negociações, o então Secretário-Geral, Kofi Annan, deu um importante impulso final aos trabalhos<sup>45</sup>, e *Declaração do Milénio* foi unanimemente assinada. Nasceu assim uma convicção de que apenas através de esforços conjuntos e do estabelecimento de medidas concretas que visassem os países em desenvolvimento num contexto de globalização, tendo sempre como pano de fundo os Direitos Humanos, seria possível criar um "mundo equitativo" (ONU, 2000, p. 3).

Nesta histórica e visionária *Declaração* foi reafirmado o compromisso com a *Carta das Nações Unidas* e ficaram definidos os valores, princípios e metas orientadoras do novo milénio, em especial na adaptação das forças da globalização em prol de um mundo mais justo e na erradicação da pobreza.

Após a Cimeira, Kofi Annan confiou a Michael W. Doyle, Professor da Universidade de Columbia e seu conselheiro especial, a tarefa de coordenar um processo de identificação dos indicadores de Desenvolvimento presentes na *Declaração do Milénio*, permitindo deste modo uma sistematização dos compromissos estabelecidos. Em Setembro de 2001 estes foram apresentados como o prometido e necessitado plano ("road map" (Annan, 2011, p.1)) para o Desenvolvimento. A partir deste momento, tanto a *Declaração do Milénio* como a concreta moldura criada pelos indicadores de Desenvolvimento identificados, passaram a conduzir a Cooperação para o Desenvolvimento, tendo-se iniciado o processo de uma enorme e crescente influência nas suas políticas e compromissos, e ainda no "estabelecimento de objectivos globais e

---

<sup>44</sup> "Estiveram presentes 147 delegações dos então 191 Estados-membro" (Sachs, 2005, p.210);

<sup>45</sup> Destaco o relatório *Nós, os povos: o Papel das Nações Unidas no século XXI (We the Peoples - The role of the United Nations in the 21st Century)*, lançado em Abril de 2000 (5 meses antes da Cimeira do Milénio), onde Kofi Annan reflecte em profundidade nos problemas e suas causas a nível global, e simultaneamente apresenta recomendações para a sua resolução através da cooperação e acção conjunta da sociedade internacional. Neste relatório, Kofi Annan reflecte a sua convicção de que as Nações Unidas representam não só 191 Estados-membro, como também indivíduos com direitos e deveres a nível global. Este relatório tornou-se na base teórica da *Declaração do Milénio*. - Cf. Annan, 2000 e Sachs, 2005, p. 211;

nacionais" (Equipa do Sistema das Nações Unidas, 2012, p.3), evidenciando cada vez mais as suas características de regime.

Pela equipa que Doyle coordenou, e que incluiu técnicos de variadas organizações<sup>46</sup>, foram identificados, num primeiro momento, dezoito indicadores entendidos como compromissos e denominados de "metas", repartidos por oito objectivos de cariz mais geral: os ODM [ver Anexo I]. Os primeiros sete objectivos fazem alusão à pobreza, à doença e à degradação ambiental. Por sua vez, o oitavo objectivo é o compromisso de uma parceria global para que, entre todos os países, fosse possível atingir os primeiros sete objectivos. Os ODM reconhecem, assim, que a pobreza extrema tem diversas dimensões, não sendo apenas referente à capacidade de acumulação de riqueza, mas também dizendo respeito à vulnerabilidade perante a doença, à exclusão social e dos sistemas de educação, à fome e subnutrição e à falta de acesso a necessidades básicas, como água potável e instalações de saneamento. Muitos destes problemas eram já "assuntos recorrentes em compromissos internacionais, contudo nunca cumpridos na sua totalidade" (Sachs, 2005, p. 213).

Das metas definidas, dez são quantitativas, nove das quais estabelecem como limite temporal o ano de 2015. Perante o cariz destas últimas, a equipa de Doyle procedeu a um pequeno ajustamento temporal em relação às metas acordadas na *Declaração do Milénio*, concedendo-lhes como base de comparação o ano de 1990. Apenas desta forma as metas quantitativas com limite temporal estabelecido se tornaram verdadeiramente mensuráveis e concretas<sup>47</sup>, evitando generalizações que poderiam comprometer seriamente a sua realização.

O ano de 1990 foi assim "eleito" o ano padrão por representar um marco temporal suficientemente alargado face ao ano de 2001, aumentando a probabilidade de existirem e estarem disponíveis as informações e avaliações necessárias para o desenho de cada

---

<sup>46</sup> Como o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o Fundo das Nações Unidas para o Desenvolvimento (UNICEF), a OCDE, o BM, o FMI, o Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA) e a OMS;

<sup>47</sup> Usando o exemplo de John MacArthur, a *Declaração do Milénio* previa a redução para metade da pobreza no mundo (pessoas que vivem com menos de \$1/dia e a proporção de pessoas que sofrem de fome). Através do estabelecimento do ano de 1990 como base de comparação, esta resolução transformou-se num único objectivo com duas metas concretas e quantificáveis. [ver Anexo I, ODM 1]- Cf. McARTHUR, John. *Op. cit.* [online], p. 2 e p. 5. Consultado a 14 de Maio de 2013;

meta; se se almejasse o ano de 2000 havia o risco de, em muitos países, não haver dados conhecidos.<sup>48</sup>.

A par das metas foram concebidos 48 indicadores<sup>49</sup> [ver Anexo II], sendo encarados como ferramentas de monitorização dos respectivos objectivos e metas em que se enquadram, e que ao invés das primeiras detêm legitimidade política concedida por acordos e negociações intergovernamentais. É através dos indicadores que, desde o ano de 2005, os ODM têm sido alvo de monitorizações anuais, publicadas pela ONU, permitindo a toda a comunidade internacional uma leitura e avaliação dos progressos conseguidos.

Os ODM representam, de uma forma muito concreta, a vontade comum que a comunidade internacional partilha em combater o mais premente problema mundial, a pobreza extrema, em todas as suas dimensões, enquanto promove a igualdade de género, a educação e a sustentabilidade ambiental como aspectos "necessários e essenciais para assegurar a sua erradicação" (Sen, 2000, pp. 90). O cumprimento dos ODM até 2015 representaria a saída de "500 milhões de pessoas da pobreza extrema, o aumento da esperança média de vida de 30 milhões de crianças, a salvaguarda da vida de 2 milhões de mães, o acesso a água potável a 350 milhões de pessoas e condições de saneamento adequadas a outros 650 milhões" (Projecto do Milénio, 2005, pp.1-2), garantindo a todos uma vida digna.

Contudo, não existe, na prática, uma entidade que centralize a responsabilidade de garantir o cumprimento dos ODM ou um "orçamento fixo" (McArthur, 2013 parágrafo 7) que permita a concretização das suas metas, evidenciando uma vez mais características associadas a um regime, por não ser algo juridicamente definido mas sim *apenas* um acordo entre actores da sociedade internacional. Existe, sim, um considerável e diversificado leque de actores que têm garantido a sua realização, assegurando desta forma que a matriz de actuação da Cooperação para o Desenvolvimento estejam actualizadas e sejam inclusivamente reafirmadas periodicamente, permitindo a sua continuidade, cumprindo o "comportamento expectável" (Bennet & Oliver, 2002, p.18).

---

<sup>48</sup> Cf. McARTHUR, John - *Op. cit.* [online], p. 2. Consultado a 14 de Maio de 2013;

<sup>49</sup> Posteriormente tornaram-se 60 com o acrescento de três metas em 2005;

Em Março de 2002, reuniu-se em Monterrey no México, a Conferência Internacional sobre Financiamento do Desenvolvimento, contando com representantes governamentais, institucionais e da sociedade civil. Decidiu-se que o compromisso da erradicação da pobreza através do financiamento do Desenvolvimento - que não se encontrava de forma suficientemente explícita na *Declaração do Milénio* - ficaria a cargo dos países desenvolvidos, que reforçaram o apelo à mobilização de esforços comuns no que respeita à atribuição de APD aos PED<sup>50</sup>, ao mesmo tempo que estes últimos se comprometeram em atingir a boa governação e em investir na mobilização dos respectivos recursos internos. Este representou o "primeiro compromisso mútuo entre países desenvolvidos e PED" (McArthur, 2013, parágrafo 7).

Também a Cimeira Mundial da ONU, em Setembro de 2005, marcou uma página da história dos ODM, por ter retratado um importante momento de reflexão sobre os avanços e recuos dos compromissos firmados com a Cooperação para o Desenvolvimento, bem como a renovação desses compromissos, tendo em conta o panorama mundial então vivido. Às 18 metas dos ODM foram acrescentadas três (e uma quarta foi revista [ver Anexo II]), referentes a urgentes questões ainda não abarcadas [ver Anexo III], perfazendo o número total e actual de 8 objectivos, 21 metas e 60 indicadores<sup>51</sup>.

Desta forma, o acesso à saúde sexual e reprodutiva, o tratamento para o HIV/SIDA e a protecção da biodiversidade passaram a ser temas destacados nos principais palcos internacionais, onde ganharam relevância e deram um novo e necessário impulso aos ODM.

Para a sociedade internacional, os ODM representam a centralização das políticas de Desenvolvimento em torno de um único documento regulatório, através do qual todos os esforços são canalizados em conjunto. Para os milhões de pessoas que vivem na pobreza extrema, os ODM representam uma oportunidade para uma vida melhor e que,

---

<sup>50</sup> Através da reafirmação da meta de 0,7% dos respectivos RNB;

<sup>51</sup> A numeração das metas foi também simplificada pela ONU, evitando deste modo que os números dos Objectivos fossem confundidos com os números das metas. As metas foram grupadas através de letras, sendo estas precedidas do número do Objectivo a que pertencem [ver Anexo III].



num contexto global, são o meio de atingir um "mundo mais seguro, mais igualitário e mais pacífico" (Projecto do Milénio, 2005, p.2).

### **3.1.1 Uma nova abordagem programática**

Os ODM dão forma e conteúdo ao discurso internacional da Cooperação para o Desenvolvimento, garantindo compromissos políticos, orientando a prioridade e monitorização de medidas por estes dispostas, bem como a identificação de uma clara e objectiva agenda para o Desenvolvimento Humano<sup>52</sup>. Representam assim uma nova e inovadora abordagem programática no contexto internacional e da Cooperação para o Desenvolvimento, primeiramente pela sua forma, na medida em que são a simplificação de extensos acordos e consensos internacionais, em oito facilmente identificáveis pontos.

Desta forma, os ODM foram responsáveis pelo estabelecimento de consensos e compromissos políticos não vinculativos sem precedentes, que permitiram alocar recursos para implementação de medidas e monitorização das mesmas. Apesar da fixação de objectivos concretos como forma de fazer face a prementes problemas mundiais não ser uma ideia pioneira<sup>53</sup>, os ODM definiram pela primeira vez um conjunto concreto de objectivos que pretendem, num muito específico limite temporal, garantir aos seres humanos o acesso aos seus mais básicos direitos, tornando-se assim representativos dos "valores e direitos universalmente aceites" (Ki-Moon, 2008, p.3).

Os ODM são os primeiros objectivos não vinculativos estabelecidos a nível internacional onde é reconhecido, ao mais alto nível político, que a pobreza extrema pode ser significativamente reduzida a todos os níveis se os países desenvolvidos puserem em prática o conjunto de metas propostas. A unânime aprovação da série de compromissos estruturais e regulatórios dos ODM garante, em teoria, um compromisso de base sólida, ainda que com um cariz não obrigatório e sem qualquer tipo de

---

<sup>52</sup> Cf. - Equipa do Sistema das Nações Unidas, 2012, p. 5;

<sup>53</sup> Na década de 1960 a UNESCO estabeleceu objectivos educacionais e de erradicação da varicela, e um outro objectivo, relativo à taxa de crescimento económico anual de 5% nos PED durante a Primeira Década do Desenvolvimento - Cf. Equipa do Sistema das Nações Unidas, 2012, p. 5;

personalidade jurisdicional, entre os países signatários, tanto desenvolvidos como em desenvolvimento.

Estruturalmente os ODM são simples, claros e dotados de uma missão muitíssimo objectiva. Facilitam deste modo a sua divulgação e propagação a todos os quadrantes da sociedade internacional pelos mais diversificados meios, contando ainda com o "apoio político e popular" (Melamed & Scott, 2011, p.1), como tem vindo a acontecer, com especial enfoque nos últimos anos devido ao aproximar do ano de 2015. Através da sua divisão em objectivos, metas e indicadores, inúmeros são os líderes políticos, organizações internacionais, sectores da sociedade civil e dos média que se uniram perante a "uniformidade de interesses" (Keohane, 1982, p. 334) que conduz o Desenvolvimento Humano<sup>54</sup>. Desta forma é evidenciado que o compromisso gerado pela agenda criada pelos ODM é maior do que qualquer fronteira política e/ou ideológica, e constrói entendimentos entre os mais diferentes actores.

Parte do seu sucesso enquanto abordagem programática da Cooperação para o Desenvolvimento advém destas suas valências estruturais e relacionais, que mais nenhum outro compromisso ou consenso à escala global foi capaz de estabelecer, provando e confirmando os ODM enquanto ferramenta imprescindível da Cooperação para o Desenvolvimento.

### **3.1.2 Uma nova abordagem paradigmática**

Indissociável da Cooperação para o Desenvolvimento é o actual debate sobre a eficácia da Ajuda e do Desenvolvimento. Estes são conceitos distintos mas que cada vez mais são pensados em conjunto, como forma de teorizar e praticar o Desenvolvimento da melhor e mais eficiente forma. É um debate que existe desde a assinatura da *Declaração do Milénio* e sobre o qual é hoje perceptível uma preocupação internacional, extensível a doadores e receptores, perante a constatação de que o "modelo actual da Cooperação Internacional não pode, de forma autónoma, combater as presentes e crescentes necessidades mundiais" (Better Aid, n.d, p. 1).

---

<sup>54</sup> Cf. Equipa do Sistema das Nações Unidas, 2012, pp. 4-6 e Melamed & Scott, 2011, p. 1;

Em 2010 "a APD representava apenas 0.31% do RNB do CAD da OCDE" (Better Aid, n.d, p. 1), facto que em muito condiciona o Desenvolvimento e urge um novo modelo de actuação, que inverta por completo uma das principais condicionantes ao sucesso de políticas. Estas são actualmente pensadas, tal como a Ajuda, perante as disponibilidades do doador e não as necessidades e contextos do receptor, ou seja *de cima para baixo e de fora para dentro*, causa primordial à condicionalidade do Desenvolvimento.

É nesta conjuntura que surge o debate entre eficácia da Ajuda - entendida como a forma de medir "se os objectivos de Desenvolvimento foram cumpridos" (Better Aid, n.d, p.1) - e a eficácia do Desenvolvimento - que engloba o "impacto dos actores do Desenvolvimento na vida das populações pobres e marginalizadas, [...] [promovendo] mudanças sustentáveis que chegam à raiz e sintomas da pobreza, marginalidade e injustiça, [...], significando um empoderamento dos pobres e em praticar acções que respeitem, protejam e preencham os padrões estabelecidos pelos Direitos Humanos" (Better Aid, n.d, p. 3)<sup>55</sup>.

Esta reflexão de acompanhamento de mudança na concepção de entender o Desenvolvimento, em que tantos progressos e resultados "têm sido distribuídos de forma desigual" (Better Aid, n.d, p. 1), tem sido feita através de periódicas reuniões de alto nível que têm trabalhado para construir um consenso internacional o mais alargado possível. Através da Conferência sobre o Financiamento do Desenvolvimento (Monterrey, 2002)<sup>56</sup> e das Reuniões de Alto Nível sobre a Eficácia da Ajuda: Roma (2003)<sup>57</sup>, Paris (2005)<sup>58</sup>, Acra (2008)<sup>59</sup> e Busan (2011)<sup>60</sup>, foi possível à sociedade

---

<sup>55</sup> É também neste contexto que surge a necessidade de promover uma Ajuda cada vez mais desligada, por oposição a uma Ajuda ligada. "O conceito de Ajuda Ligada diz respeito a fluxos sob a forma de empréstimos ou donativos que estejam condicionados à aquisição de bens e serviços do País Doador. Em 2001, durante a Reunião de Alto Nível do CAD/OCDE, foi adoptada uma recomendação para "desligar" a Ajuda para os Países em Desenvolvimento" - Cf. Melhor Cooperação, Melhor Desenvolvimento, 2013, parágrafo 3;

<sup>56</sup> Inserida no contexto da Conferência Internacional das Nações Unidas sobre o Financiamento para o Desenvolvimento, foi publicado o *Consenso de Monterrey para o Financiamento do Desenvolvimento* em que, em conjunto com o FMI, BM e Organização Mundial de Saúde (OMS) ficaram definidas 6 diferentes formas de financiamento para o Desenvolvimento que se estendem da mobilização de financiamentos internacionais (como o IDE) ao aumento da coerência;

<sup>57</sup> "Na Declaração de Roma, a tónica foi posta na questão da harmonização das políticas procedimentos e práticas institucionais dos doadores com as dos países parceiros, não só para tornar a ajuda mais eficaz, como para fazer com que os resultados alcançados se aproximassem mais das metas dos ODM" (Camões Instituto Português e da Língua, disponível em <https://www.instituto-camoes.pt/eficacia-da->

internacional instalar o debate sobre a eficácia da Ajuda no centro da Cooperação para o Desenvolvimento.

Entre Paris e Busan a eficácia do Desenvolvimento e a sua arquitectura foram então sistematicamente discutidas para assumir os moldes que hoje apresentam, essenciais para o pós-2015. O Desenvolvimento implica hoje uma articulação cada vez maior entre a sociedade civil e o mundo organizacional, público e privado. A arquitectura do Desenvolvimento está cada vez mais dependente da "coerência, do compromisso e da

---

[ajuda/root/cooperacao/cooperacao-para-desenvolvimento/eficacia-da-ajuda](https://www.instituto-camoes.pt/eficacia-da-ajuda/root/cooperacao/cooperacao-para-desenvolvimento/eficacia-da-ajuda), parágrafo 5. Consultado a 24 de Março de 2014);

<sup>58</sup> Declaração onde é delineado o caminho a percorrer de forma a melhorar a qualidade de APD e o seu impacto no Desenvolvimento. "Na *Declaração de Paris*, doadores e parceiros identificaram 5 dimensões para uma ajuda mais eficaz: Harmonização, Alinhamento, Apropriação, Prestação de Contas/Responsabilização Mútua e Gestão para os Resultados. Em cada uma delas foram identificados compromissos com metas de concretização até 2010" (Camões Instituto Português e da Língua, disponível em <https://www.instituto-camoes.pt/eficacia-da-ajuda/root/cooperacao/cooperacao-para-desenvolvimento/eficacia-da-ajuda>, parágrafo 6. Consultado a 24 de Março de 2014);

<sup>59</sup> A Agenda de Acção assinada em Acra, no Gana, em 2008, tem como principal objectivo reforçar e aprofundar a implementação da Declaração de Paris sobre a Eficácia da Ajuda ao Desenvolvimento. "A partir dos progressos e constrangimentos decorrentes da implementação da *Declaração de Paris*, foram identificadas acções prioritárias, algumas de implementação imediata, no sentido de se acelerarem os resultados sobre os compromissos de Paris" <https://www.instituto-camoes.pt/eficacia-da-ajuda/root/cooperacao/cooperacao-para-desenvolvimento/eficacia-da-ajuda>, parágrafo 6. Consultado a 24 de Março de 2014);

<sup>60</sup> A *Parceria Global de Busan para uma Cooperação para o Desenvolvimento Eficaz* é um documento resultante do 4º Fórum de Alto Nível sobre a Eficácia da Ajuda, que teve lugar em Busan, na Coreia do Sul, em finais de 2011, onde são reforçados compromissos anteriores e através da qual se definiram novas parcerias de coordenação entre os actores da Cooperação para o Desenvolvimento e novos actores-doadores, como a China, Índia e Brasil, e ainda Organizações da Sociedade Civil, do sector privado e sindicatos. Esta *Parceria* "reforça os princípios da apropriação, do foco nos resultados, das parcerias inclusivas para o desenvolvimento, da transparência e da responsabilização na prossecução de objectivos comuns e, pela primeira vez, estabelece um enquadramento para a Cooperação para o Desenvolvimento que abrange um leque alargado de actores que inclui os doadores tradicionais, os actores da cooperação Sul-Sul, as economias emergentes, as Organizações da Sociedade Civil e financiadores privados, constituindo um marco na Cooperação para o Desenvolvimento. Dos aspectos consagrados na declaração sublinham-se ainda: uma maior descentralização para o terreno; um apoio reforçado aos Estados em situação de fragilidade consubstanciado no *Novo Acordo para o Envolvimento em Estados Frágeis* que Portugal endossou; os compromissos com a igualdade de género e o empoderamento das mulheres consubstanciado no *Plano de Acção de Busan para a Igualdade de Género*, igualmente endossado por Portugal; a parceria reforçada com o sector privado consagrada na declaração conjunta *Reforço e expansão da parceria público-privada para o crescimento sustentável alargado e inclusivo* e o enfoque no financiamento das alterações climáticas. A Declaração de Busan reconhece que os progressos realizados na implementação da agenda da eficácia continuam muito aquém do esperado e que a arquitetura da ajuda internacional sofreu mudanças profundas na última década que é preciso incorporar no futuro, alargando esta agenda da eficácia da ajuda a uma perspectiva mais abrangente de "eficácia do Desenvolvimento". A parceria global que estabelece une debaixo de princípios comuns, diversos elementos e atores da nova arquitetura da ajuda, como os novos doadores e o sector privado, definindo graus de compromisso diferenciados para cada um, no pressuposto de que a ajuda pública é apenas um dos elementos necessários – apesar de essencial – à promoção do desenvolvimento sustentável" <https://www.instituto-camoes.pt/eficacia-da-ajuda/root/cooperacao/cooperacao-para-desenvolvimento/eficacia-da-ajuda>, parágrafos 7 e 8. Consultado a 24 de Março de 2014);

responsabilização" (Better Aid, n.d, p.9), fazendo com que os actores estejam cada vez mais alerta para a urgência de ser necessário ultrapassar a "incoerência organizacional" (Better Aid, n.d, p.9).

É assim que o Desenvolvimento e a sua arquitectura estão também no centro do debate intelectual, e existem vozes que contestam a sua eficácia. Paul Collier acredita que, para resolver os problemas dos "*mil milhões de baixo*"<sup>61</sup> (Collier, 2007, p. 99), a Ajuda não será suficiente por já estar "altamente politizada, [e] a sua arquitectura [...] disfuncional" (Collier, 2007, p. 9) por ser ineficaz na forma como é distribuída. Citando um estudo, Collier conclui que existe uma lógica de "rendimentos decrescentes" (Collier, 2007, p.100), no sentido em que quando a APD atinge os 16% do PIB de um país, deixa de ser eficaz. O mesmo é dizer que o "primeiro milhão de dólares é mais eficaz que o segundo, e assim continuamente" (Collier, 2007, p.100). Também a coordenação entre doadores é um ponto importante neste contexto, dando o mesmo autor o exemplo de "três doadores que queriam construir um hospital num mesmo local [...], demorando dois anos até chegar a um compromisso" (Collier, 2007, p. 101) para a regulamentação do hospital, que culminou "em cada um dos pisos ser administrado por cada um dos doadores" (Collier, 2007, p. 101).

Também Dambisa Moyo critica a forma como a Ajuda é concedida - apelidando-a de "assassina silenciosa do crescimento" (Moyo, 2009,p. 48), em especial a países africanos, por fomentar um "ciclo vicioso" (Moyo, 2009, p. 49). Estes países caracterizam-se por terem urgentes e constantes necessidades de investimento, mas os seus governos são frequentemente movidos pela corrupção (acabando por desentivar investimentos estrangeiros) e por uma "cultura de dependência" (Moyo, 2009, p. 49) de fundos externos, conduzindo a um crescimento económico muito lento, com altos níveis de desemprego e taxas de pobreza, dando uma continuidade perpétua à "espiral da pobreza [...], um ciclo vicioso" (Moyo, 2009, p. 49).

Outra importante vertente para a análise da eficácia da Ajuda e do Desenvolvimento é a forma como os cálculos de investimento são feitos. Estes têm, segundo Jeffrey Sachs (2005), de seguir uma estrutura lógica de forma a que a "transferência de fundos seja

---

<sup>61</sup> No original, "the bottom billion";

baseada num plano rigoroso e específico para o país receptor, desenvolvido através de processos consultivos abertos, assentes na boa governação e em processos de monitorização e avaliação cuidadosos" (Sachs, 2005, p. 292). São normalmente referentes a "infraestruturas públicas e investimentos sociais, de forma a ser possível combater a armadilha da pobreza [...], e incluem estradas, electricidade, água e saneamento, cuidados de saúde, educação" (Sachs, 2005, p. 291). Estes investimentos, que "mostrarão o custo mundial de acabar a pobreza extrema" (Sachs, 2005, p. 292), são baseados em seis etapas<sup>62</sup> cruciais para a eficácia da Ajuda, pois garantem a sua adaptação "de igual forma, à realidade dos países doadores e receptores" [...], um desafio difícil" (Riddell, 2007, p. 256).

A principal conclusão deste debate é que a Ajuda não assegura o Desenvolvimento, e que as respectivas eficácias e condicionalidades estão e são dependentes de inúmeros factores que lhes são externos, mas também passíveis de serem revistos e periodicamente actualizados para uma melhor gestão de esforços tendo como finalidade última a Segurança Humana.

### **3.1.3 Análise crítica aos ODM, sucessos e limitações da nova abordagem programática**

A nova abordagem programática está também longe de ser consensual quanto à sua estrutura, conteúdo e avaliação, estando sujeita a contrastantes interpretações quanto aos seus sucessos e limitações. É alvo de intensos debates e críticas que, directa ou indirectamente, põem em causa a sua legitimidade e consequentemente o seu cumprimento.

De uma maneira geral, o sucesso dos ODM prende-se pelas mais-valias anteriormente referidas, pois através destas é possível identificar mais facilmente as áreas

---

<sup>62</sup> "Identificar o pacote de necessidades básicas: Identificar, para cada país, as necessidades básicas que não são satisfeitas; Calcular os custos de ir de encontro a essas necessidades através de investimentos, tendo em conta futuras dinâmicas populacionais; Calcular a parte de investimentos que pode ser financiada pelo próprio país; Calcular os investimentos que têm de ser feitos pelos países doadores; Avaliar a dimensão das contribuições dos países doadores aos países receptores" (Sachs, 2005, pp. 291-292;

problemáticas globais<sup>63</sup> e têm também permitido aos governos nacionais delinear estratégias que estão em directa consonância com as estabelecidas internacionalmente. Estas mais valias são as principais responsáveis pela criação de uma moldura de actuação estratégica assente em parcerias globais não vinculativas, que têm em vista a "condução de recursos para a redução da pobreza e garantir o Desenvolvimento" (Equipa do Sistema das Nações Unidas, 2012, p.6) e Segurança Humana. Assim, através de "acções conjuntas de toda a sociedade internacional" (McArthur, 2013, parágrafo 8), em especial em áreas onde estas realidades estavam longe de ser concretizáveis têm sido palco de um "crescimento económico e de níveis de redução da pobreza sem precedentes" (McArthur, 2013, parágrafo 8).

A plataforma de actuação que os ODM representam, enquanto nova abordagem programática da Cooperação para o Desenvolvimento, suscita críticas quanto à sua estrutura demasiado simplista, que "ofusca muitos outros problemas" (Equipa do Sistema das Nações Unidas, 2012, p.6) que ultrapassam os já por si abarcados e inclusivamente pela própria *Declaração do Milénio*. Assim, e apesar de facilitarem a identificação de áreas problemáticas globais e o estabelecimento de políticas que as permitam combater, "os ODM escondem a ausência de um grande número de outros obstáculos globais a superar" (Equipa do Sistema das Nações Unidas, 2012, p.6), que poderiam ter sido em si integrados<sup>64</sup>. Da mesma forma, também áreas como o ensino são apenas em parte abordadas pelos ODM - como o ensino primário, "que difere largamente da educação completa e de qualidade" (Equipa do Sistema das Nações Unidas, 2012, p.9).

Os ODM são, por alguns, reputados como "insuficientes para garantir uma vida digna e próspera a qualquer indivíduo" (Easterly, 2007, p.3), e muito menos assegurar o cumprimento da totalidade dos seus Direitos Humanos. À luz deste pensamento, a "minimização" de problemas mundiais em apenas oito ODM significa, necessariamente, a "minimização das áreas de actuação da Cooperação para o Desenvolvimento e do alcance da *Declaração do Milénio*" (Comité para as Políticas de Desenvolvimento, 2012, p. 13). Esta é uma visão contrastante com outras interpretações, que maximizam

---

<sup>63</sup> Nomeadamente os países do continente africano e outros PED;

<sup>64</sup> Como a "boa governação, a paz, a segurança e ainda objectivos relativos à empregabilidade através do crescimento económico e do investimento em infra-estruturas" - Cf. McArthur, 2013, parágrafo 9;

as áreas de intervenção mundiais graças à simplicidade e capacidade de relacionamento que os ODM criam com a sociedade internacional na sua grande maioria, através, por exemplo, de iniciativas da sociedade civil.

As metas e os indicadores pecam por não terem acolhido as assimetrias regionais e nacionais à escala global. As condições iniciais de cumprimento das metas estabelecidas não eram, à data do seu estabelecimento, iguais para todos os actores da sociedade internacional. Assim, os esforços necessários para os atingir eram muitíssimo diferentes em cada um deles, existindo uma "óbvia discrepância" (McArthur, 2013, parágrafo 10) nos esforços entre zonas rurais e urbanas, e países desenvolvidos e PED. Estas disparidades, tanto entre países como dentro dos mesmos, são muitíssimo vastas. Os ODM estão, assim, dependentes da actuação de todos, não só do crescimento de apoio por parte dos países desenvolvidos, mas também do "melhoramento da utilização da ajuda internacional e dos próprios recursos, por parte dos PED" (ONU, 2006, p. 3).

Os ODM são por alguns interpretados como sendo *donor-led*, ou seja, definidos e liderados de acordo com o "ritmo de progressos dos países doadores, ao invés dos países receptores e/ou PED" (Melamed & Scott, 2011, p.2). Simultaneamente, as metas e indicadores não acompanham todas as evidentes dinâmicas populacionais, como a intensificação das migrações, que tem tido lugar nos últimos anos.

Outra das limitações apontadas aos ODM tem a ver com a recolha de dados para a monitorização de progressos, o que pretendia ser uma das suas mais importantes características. Em muitos países, especialmente PED, a disponibilidade, frequência e qualidade de monitorização de indicadores-chave dos ODM e não só, permanece fraca e em constante desactualização. Este processo atrasa a capacidade de monitorização dos projectos e políticas implementados nesses locais e, para além disso, representa uma difícil barreira de transpor, uma vez que só através de programas especialmente direccionados ao controlo desses indicadores, que permitam uma recolha de dados fidedigna e articulada com diversas técnicas de análise, será possível fazer uma



monitorização de progressos de forma mais célere e em constante actualização<sup>65</sup>, tal como apela o Painel de Alto Nível<sup>66</sup>.

Na mesma linha, e como visto anteriormente, o cumprimento dos ODM não está assegurado pelo montante de APD concedida internacionalmente, com a agravante de não existir qualquer entidade reguladora e/ou centralizadora do cumprimento de acordos desta natureza, acentuando as suas características de regime. Os países que não atingem os valores com que se comprometeram sujeitam-se a ser sancionados internacionalmente, pela degradação da sua imagem, acção que tem consequências duradouras e que se estende muito para além do espectro da Cooperação para o Desenvolvimento.

O cumprimento dos ODM está, então, quase inteiramente dependente de dois factores: o normal funcionamento da Cooperação para o Desenvolvimento, e consequentemente, da atribuição e redistribuição de APD para os projectos internacionais onde os ODM estejam patentes. Os ODM são, assim, muito vulneráveis a perturbações económico-financeiras<sup>67</sup>, o que, no contexto actual de crise generalizada se verifica com especial incidência<sup>68</sup> desde o ano de 2010.

Mais este cenário foi agravado quando a diferença de valores entre a APD com que os países se comprometeram e a efectivamente concedida foi de \$167 mil milhões, entre os

---

<sup>65</sup> O PNUD lançou o Quadro de Aceleração dos ODM (*MDG Acceleration Framework* (MAF)), um programa que apoia os países a desenhar políticas nacionais de forma a aumentar e/ou melhorar a sua participação na prossecução dos ODM, de acordo com os seus próprios processos e ciclos internos. Este Quadro de Aceleração dos ODM tem-se revelado crucial no processo de aceleração da prossecução dos ODM, desenhando, priorizando e pondo em prática políticas e intervenções estratégicas. Pretende ser um programa aplicado nacionalmente, mas contando com múltiplos parceiros e enquadrando-se no conjunto de medidas previamente existentes - Cf. PNUD - Quadro de Aceleração dos ODM, disponível em <http://www.undp.org/content/dam/undp/library/MDG/MDG%20Acceleration%20Framework/MAF%20brochure%20web-en.pdf>, consultado a 31 de Agosto de 2013;

<sup>66</sup> Esta uma das principais preocupações do Painel de Alto Nível, na medida em que apelaram, no comunicado emitido após a sua reunião em Bali em Março de 2013, a uma revolução na recolha e tratamento de dados, pressupondo uma cooperação com PED no sentido de reforçar as suas capacidades neste domínio - Cf. ONU, 2013, p. 7 e Painel de Alto Nível de Personalidades Eminentes sobre a Agenda de Desenvolvimento pós-2015, 2013 [c]; parágrafo 4;

<sup>67</sup> Normalmente associadas a cortes e a limitações na concessão deste tipo de financiamentos a países terceiros;

<sup>68</sup> ONU, disponível em <http://www.un.org/en/development/desa/news/policy/mdg-gains-risk-slowng.html>, consultado a 16 de Julho de 2013;

anos de 2000 e 2011<sup>69</sup>. É de referir também o facto de que 16 dos 24 membros do CAD<sup>70</sup> da OCDE terem reduzido consideravelmente o montante de APD que concedem<sup>71</sup> graças ao impacto directo a que os cortes efectuados nas despesas nacionais tiveram nos Orçamentos de Estado e, consequentemente, no volume de financiamento concedido à ajuda internacional<sup>72</sup>.

Também o "cansaço da Ajuda" é um factor que influencia negativamente a prossecução dos ODM. Os países doadores recebem solicitações semelhantes oriundas de diferentes países e ainda pedidos reiterados, o que acaba por desgastar a imagem dos próprios países e banalizar os problemas para os quais pretendem assistência internacional.

Da longa lista de países da sociedade internacional que assumiram os compromissos mundiais do Desenvolvimento para 2015 através dos ODM, os Estados Unidos da América adoptaram uma postura paralela. Não obstante de estarem assegurados uma quantia, iniciativas e programas destinados à ajuda internacional<sup>73</sup>, que inclusivamente seguem a linha dos ODM, e terem firmado o compromisso do G8 de 2005<sup>74</sup>, os EUA têm sido recorrentemente resistentes em adoptar a agenda para o Desenvolvimento definida pelos ODM por a considerarem um conjunto de "quotas definido pela ONU" (McArthur, 2013, parágrafo 8). Esta recusa representa uma dura crítica aos ODM e uma

---

<sup>69</sup> Cf. ONU, disponível em <http://www.un.org/en/development/desa/news/policy/mdg-gains-risk-slowng.html>, consultado a 16 de Julho de 2013;

<sup>70</sup> Em que uma das suas principais funções é a promoção da Cooperação para o Desenvolvimento - Cf. OCDE, disponível em: <http://www.oecd.org/dac/developmentassistancecommitteedac.htm>, consultado a 11 de Janeiro de 2014;

<sup>71</sup> Sendo os mais significativos Espanha e Grécia;

<sup>72</sup> ONU, disponível em <http://www.un.org/en/development/desa/news/policy/mdg-gains-risk-slowng.html>, consultado a 16 de Julho de 2013;

<sup>73</sup> Como a Corporação Mudança Milénio (*Millennium Challenge Corporation*), uma iniciativa que tem enfoque no combate à pobreza extrema através de diferentes programas e actividades que visam, sobretudo, o crescimento económico. Também em 2004 foi criado pelo Congresso Americano, o Plano de Emergência do Presidente dos Estados Unidos para Combater a SIDA (*President's Emergency Plan for AIDS Relief* (PEPFAR)) que se concentra no combate ao HIV/SIDA e ainda a iniciativa lançada entre a Agência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Internacional (United States Agency for International Development) e a UNICEF, "Uma Promessa Renovada" ("*A Promise Renewed*"), já acompanhada por 179 países, que está concentrada em erradicar as mortes infantis evitáveis até 2035 - Cf. Corporação Mudança Milénio, disponível em <http://www.mcc.gov/pages/about>, consultado a 17 de Junho de 2013, Cf. Plano de Emergência do Presidente dos Estados Unidos para Combater a SIDA, disponível em <http://www.pepfar.gov/about/index.htm>, consultado a 17 de Junho de 2013 e ONU, 2013, p. 26;

<sup>74</sup> A reunião do G8 de 2005 teve lugar em Gleneagles, na Escócia, teve como mote "Duplicar a Ajuda em África" ("*Doubling Aid to Africa*"), em que foi então firmado o compromisso generalizado em aumentar a ajuda internacional em 50 mil milhões de dólares até 2010 como forma de reforçar os acordos para 2015 - Cf. McArthur, 2013, parágrafo 8 e Projecto do Milénio, disponível em <http://www.unmillenniumproject.org/press/g8overview.htm>, consultado a 14 de Julho de 2013;

*descentralização* de esforços. Representa também a perda de um importante canal de comunicação das suas metas, apesar da quantidade de iniciativas norte-americanas focadas nos mesmos problemas por estes abordados.

No entanto, uma das maiores limitações dos ODM é o facto destes serem finalidades, e não soluções concretas, para a resolução dos problemas a que são referentes. Por outro lado, através da sua estrutura simples e facilmente identificável, muitas são as iniciativas organizacionais que a si se aliam, criando projectos abarcados pelo mesmo espectro de actuação e pelo mesmo sentimento de missão, que funcionam como soluções. Iniciativas e programas da sociedade civil<sup>75</sup> e estratégias e planos delineados pela ONU<sup>76</sup> compõem o quadro de acção definido pelos ODM enquanto nova abordagem à Cooperação para o Desenvolvimento. Este é um quadro ambicioso, que sofre críticas e limitações e conta com um grande número de barreiras ao seu

---

<sup>75</sup> Estas partem de iniciativas e programas como é, por exemplo, o caso da estratégia de educação estabelecida pelo BM para 2020, Aprendizagem para Todos (*Learning for All*), através da qual é delineado um claro caminho para atingir uma série de metas que combatam significativamente a falta de acesso à escolaridade e o insucesso escolar<sup>75</sup>. Este foi aliás, posteriormente à sua criação, expandido enquanto bastião de um grande número de organizações espalhadas pelo mundo. Também o caso da Promessa do Milénio (*Millennium Promise*), onde se insere o Projecto Aldeias do Milénio (*Millennium Villages Project*), através do qual são constituídas pequenas aldeias (que são alvo de intervenções nas áreas da agricultura, educação, saúde, infra-estruturas e desenvolvimento de negócios) em áreas rurais do continente africano é uma aplicação prática e muitíssimo real das ferramentas que permitem alcançar os ODM. Para além disso, representa um caso de sucesso e de verdadeiro compromisso com os seus ideais. Inclusivamente projectos de escala mais pequena desenvolvem acções e sobretudo encontram soluções para a erradicação da pobreza, como é o caso do projecto português *Católica-MOVE*, que concede microcrédito a pequenos empreendedores de PED, nomeadamente Moçambique e Timor-Leste e a um país de rendimento médio, Cabo Verde;

<sup>76</sup> É o caso da Estratégia Global para a Saúde de Mulheres e Crianças (*Global Strategy for Women and Children's Health*) da OMS, muito acarinhada pelo próprio Ban Ki-Moon, e que é muitíssimo vocacionada para o cumprimento dos ODM 4 e 5. Já o PNUD tem um pioneiro programa direccionado para os ODM 7 e 8 onde, através do *MDG GoAL WaSH*, intervém estrategicamente em locais onde o melhoramento do acesso a água potável e de instalações de saneamento são necessários. Muito recentemente, também a ONU aprovou uma resolução que prevê a celebração anual do Dia Mundial da Sanita (*World Toilet Day*) a 19 de Novembro, de forma a aumentar a visibilidade e a maior mobilização contra a falta de acesso a instalações sanitárias melhoradas (Estas pressupõe uma latrina ou uma sanita com um sistema de canalização integrado). Por sua vez, o Pacto Global da ONU (*UN Global Compact*) é uma iniciativa estrategicamente dirigida a empresas (cujo alinhamento das políticas está em consonância com os princípios internacionalmente estabelecidos no que é respeitante aos Direitos Humanos, ao trabalho, ao ambiente e às práticas de anticorrupção), entendidas como um veículo da globalização, e tendo um papel fundamental ao garantir que os mercados, o comércio e a tecnologia beneficiam economias e sociedades a nível global. Por sua vez, em 2002, Kofi Annan, então Secretário-Geral da ONU, lançou a Campanha do Milénio das Nações Unidas (*UN Millennium Campaign*), assente na premissa da erradicação da pobreza até 2015. Esta é uma plataforma que congrega a participação da sociedade civil na prossecução dos ODM de forma simples mas eficaz (Assente na utilização de uma plataforma electrónica onde a falta de acesso aos Direitos Humanos e aos serviços básicos lhe pode ser directamente reportada, exigindo uma intervenção por parte de governos locais). Paralelamente, e acompanhando o rumo do Desenvolvimento, esta Campanha está também envolvida na definição do cenário pós-2015;

cumprimento, mas acima de tudo é o caminho que sensibilizou e mobilizou o mundo para se tornar mais justo e mais equitativo para todos.

### **3.2 Da Declaração do Milénio a 2013 - conceitos operacionais e balanço**

Uma das principais valências dos ODM é a publicação anual de um relatório, da responsabilidade da ONU<sup>77</sup>, que acompanha regional e globalmente os seus progressos. Assim, é permitida uma monitorização contínua e mais ou menos assertiva dos resultados, que é especialmente próxima do grande público, um aspecto crucial para a sua continuidade, em especial com o aproximar do ano de 2015.

Desde a constituição dos ODM e das acções desencadeadas no seu âmbito, milhões de pessoas foram já retiradas da pobreza, vidas foram salvas e crianças foram matriculadas na escola. Também o nível de acesso à água potável cresceu e o número de mortes maternas foi reduzido, ao mesmo tempo que as oportunidades das mulheres foram crescendo. No entanto, o plano de acção dos ODM tem confirmado uma das mais rígidas tendências sociais do mundo: a enorme disparidade entre zonas rurais e urbanas. Um crescimento e avanços equitativos e inclusivos são difíceis de alcançar, e é uma das "principais barreiras ao cumprimento das metas" (ONU, 2011 [b], p.3).

Depois de estabelecidos, e durante os primeiros anos, os progressos a registar no âmbito dos ODM são de uma pequena mas importante escala. Efectivamente durante os primeiros anos depois da adopção do plano de acção dos ODM, as metas para 2015 mantinham-se ainda longe de serem cumpridas e os desafios permaneciam intransponíveis, mas tal como afirmou o então sub-Secretário-Geral do DESA em 2006, existiam "sinais claros de esperança" (ONU, 2006, p.3) de que tudo o que foi estabelecido seria cumprido.

No entanto, com o passar dos anos, e com a APD quase estagnada desde 2004, tornou-se cada vez mais "urgente uma maior e melhor integração e interacção política à escala

---

<sup>77</sup> Os relatórios anuais têm como fontes um grande número de organizações internacionais dentro e fora do âmbito da ONU. Têm como entidade responsável a sua publicação o Departamento de Assuntos Económicos e Sociais (DESA). - Cf. ONU, disponível em <http://www.un.org/millenniumgoals/reports.shtml>, consultado a 19 de Julho de 2013;

global" (ONU, 2007 [b], p.3) em prol do alinhamento das políticas nacionais com os compromissos celebrados internacionalmente e periodicamente reforçados.

Depois de registada a desaceleração das economias graças à crise generalizada e elevada à escala mundial, essa urgência aumentou exponencialmente, tendo também aumentado os apelos à continuação dos esforços colectivos para protecção e salvaguarda dos mais permeáveis à nova situação económica, financeira e social mundial<sup>78</sup>. A adaptação a esta nova situação foi sentida, de forma geral, no cumprimento das metas, pois a falta de recursos e apoios internacionais para desenvolver os programas e iniciativas propostos estancou os progressos que podiam ter sido alcançados nesse período de tempo.

Os anos de 2012 e 2013 representaram, finalmente, a constatação de que muitos esforços internacionais ao longo dos anos têm tido resultados positivos, uma vez que várias metas foram cumpridas com sucesso. O atraso na análise dos dados prende-se com uma das principais limitações dos ODM, anteriormente abordada. Em todos os ODM foram registados progressos mas, a dois anos do limite para o cumprimento das suas metas, muitas são as que deixam adivinhar um cenário de carência para o pós-2015.

A par da dificuldade na monitorização de progressos, só com um intervalo temporal de dois anos, e através de vários estudos e análises do BM foi possível constatar que, em 2010, e apesar de ainda existirem 1,2 mil milhões de indivíduos a viver abaixo do limiar da pobreza, a meta 1.A tinha sido cumprida. Em regiões desenvolvidas, a proporção de pessoas que vivem abaixo do limiar da pobreza<sup>79</sup> baixou de 47% para 22% entre 1990 e 2010, uma diferença que se traduz em 700 milhões de pessoas. A China lidera o caminho com uma redução da pobreza extrema em 48%, (de 60% para 12%) entre 1990 e 2010, e o Sudeste Asiático em 21% (de 51% para 30%) neste mesmo período. Estes números contrastam largamente com a África Subsariana, que não ultrapassou os 8% (de 56% para 48%). No total existem ainda 1,2 mil milhões de pessoas a viver abaixo do limiar da pobreza, e as projecções do BM apontam para que, em 2015, esse número seja reduzido em 19% (23 milhões de indivíduos), ou seja, que 970 milhões assim

---

<sup>78</sup> Cf. ONU, 2008 [b], p. 3 e ONU, 2009 [b] p. 3;

<sup>79</sup> Indivíduos que vivem com menos de 1.25\$/dia;

continue a viver, especialmente em países de baixo e médio rendimento, com grande enfoque na África Subsariana<sup>80</sup> e no Sudeste Asiático<sup>81</sup>.

Já a meta 1.B sofreu um grande revés com a crise global e a diminuição das capacidades nacionais de gerar emprego. As taxas de desemprego mundiais crescem a cada dia, e o rácio população/postos de trabalho é cada vez mais discrepante, em especial em áreas como o Sudeste Asiático, local onde, a par do Norte de África, a falta de paridade no mundo laboral é uma realidade persistente, chegando inclusivamente aos 50% (2012). No entanto, e de acordo com os progressos da meta 1.A, o número de trabalhadores que vive abaixo do limiar da pobreza diminuiu, de 678 milhões em 2001, para 384 milhões em 2012 (menos 56%). Só em regiões desenvolvidas, estes pobres empregados (*working poor*)<sup>82</sup> retratavam 48,2% do corpo laboral em 1991, 32,3% em 2001 e 15,1% em 2012, sendo perceptível uma clara inversão da tendência, mas não completa, visto que existem ainda situações de risco, com 19,6% de indivíduos a caírem na categoria de pobres moderados (*moderately poor*) e outros 26,2% na de quase-pobres (*near poor*)<sup>83</sup>.

Dados revelam que, entre 2010 e 2012, uma em cada oito pessoas no mundo<sup>84</sup> não teve acesso a alimentos para completar uma dieta diária digna, sofrendo de fome. Contrariando previsões, foi a crise económica e financeira, e não o aumento dos preços de bens de primeira necessidade, que teve mais impacto nas taxas de subnutrição. Actualmente nos PED a taxa de subnutrição está nos 14,9% (cerca de 850 mil indivíduos, em 2012), tendo no entanto diminuído dos 23,3% (cerca de 970 mil indivíduos) registados em 1990. No entanto existem ainda cerca de 101 milhões de crianças, com idade inferior a 5 anos, que estão abaixo do peso recomendado, com prevalência nas regiões do sul do continente asiático e na África Subsariana<sup>85</sup>. A taxa de subnutrição é, como visto de 1990 para 2012, reversível se o actual abrandamento puder

---

<sup>80</sup> Que em 2010 contava com 414 milhões de indivíduos a viver no limiar da pobreza - Cf. ONU, 2012, p.5;

<sup>81</sup> Cf. ONU, 2012, pp. 3-5;

<sup>82</sup> Designação da Organização Internacional do Trabalho (OIT) para definir os indivíduos trabalhadores que vivem abaixo dos 1.25\$/dia. Da OIT são também as designações de "pobres moderados" (*"moderately poor"*) e "quase-pobres" (*"near poor"*), para os indivíduos que vivem entre os 1.25\$ - 2\$/dia e os 2\$-4\$/dia, respectivamente. Estas classificações ajudam não só a clarificar dados, como a identificar outras situações de risco. - Cf. ONU - 2013, p. 9;

<sup>83</sup> Cf. ONU, 2013, pp. 8-9;

<sup>84</sup> Ou seja cerca de 870 milhões de indivíduos, dos quais 852 milhões em PED;

<sup>85</sup> Com 57 milhões e 30 milhões de crianças abaixo do peso recomendado, respectivamente;

ser invertido, considerando o Relatório sobre os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio de 2013 que a meta 1.C poderá ser cumprida em regiões onde essa inversão já ganhou alguma consistência, como na Ásia Oriental, Cáucaso e América Latina. Por sua vez, regiões como a África Subsariana estão ainda longe de alcançar os progressos necessários para o cumprimento da meta até 2015<sup>86</sup>.

O ODM 2, dedicado à universalização do ensino primário, tornou-se num importante veículo para a promoção do ensino. Dados revelam que existiu um aumento efectivo de 45 milhões de crianças<sup>87</sup> a frequentar o ensino primário entre 2000 e 2011, das quais 26 milhões no Sul Asiático. No entanto, uma abordagem mais aprofundada desvenda um significativo abrandamento destes progressos, em especial entre 2008 e 2011, anos em que *apenas* mais 3 milhões de crianças foram matriculadas em instituições de ensino primário. A principal razão que impede a frequência do ensino primário é a pobreza. Crianças (e adolescentes) de famílias carenciadas e pobres têm três vezes menos probabilidade de frequentar a escola do que os demais, e crianças em contextos rurais deparam-se com as suas probabilidades de frequentar o ensino reduzidas para metade, quando comparadas com um contexto urbano<sup>88</sup>.

Este é um ODM que, para além da frequência escolar, tem a conclusão do ciclo primário como indicador. A conclusão do ensino primário garante ao indivíduo, seja este criança ou adulto, a aquisição de conhecimentos e capacidades que o permitem viver uma vida plena e produtiva, para além de potenciar competências individuais e colectivas que lhe garantem uma adaptação às mudanças que caracterizam o mundo contemporâneo, em especial com a crescente especialização do trabalho e os avanços tecnológicos. Da mesma forma, desenvolve estratégias que tornam possível o combate a limitações sociais e económicas, a que estão directamente associados o nível salarial, a

---

<sup>86</sup> Cf. ONU, 2013, pp. 10-13;

<sup>87</sup> Com idades compreendidas para tal, que variam consoante o país;

<sup>88</sup> Num contexto rural, os custos que a educação implica são levados seriamente em conta, muitas vezes sendo negado o acesso à educação pela falta de capacidade em cobrir custos de deslocação e transporte, material e ainda as refeições em período escolar (o Programa Mundial de Alimentação (*World Food Programme*) (disponível em: <http://www.wfp.org/>) tem actualmente em desenvolvimento um programa de fornecimento de refeições escolares para crianças como forma de incentivo à frequência escolar e consequentemente de cumprimento dos ODM). Também os benefícios da educação são tidos em conta, sendo inúmeras vezes o cenário a longo prazo ignorado (o dos maiores ganhos graças à formação que um indivíduo detém) por ser mais "viável" que, a curto e médio prazo, este contribua para o sustento da casa. Existem ainda obstáculos étnicos e/ou culturais que podem ter algum peso na decisão da frequência da escola. - Cf. ONU, 2013, pp. 16-17.

qualidade de vida e o estado de saúde<sup>89</sup>. Porém, 34 milhões (24,8%) dos 137 milhões de crianças que iniciaram o primeiro ano da escola primária em 2011, são susceptíveis de não acabar o primeiro ciclo de escolaridade. Sendo este um problema transversal a várias gerações, o grau de literacia da população adulta (com 15 anos ou mais), a nível global, encontrava-se nos 84% em 2011 (dos restantes 16%, 10,6% são mulheres), mas ainda existem 123 milhões de pessoas entre os 15 e os 24 anos de idade sem qualquer grau de literacia. O abandono escolar é, no entanto e a par da pobreza, um dos maiores obstáculos ao cumprimento do ODM 2<sup>90</sup>.

Acompanhando o ODM 2, o ODM 3 tem características *suis generis*, uma vez que as disparidades de género no ensino variam de uma forma muito evidente entre regiões e ciclos de ensino. As raparigas são inegavelmente quem enfrenta as maiores barreiras no acesso ao ensino, mas em alguns casos são quem o frequenta em maior número. Ao nível do ensino primário no Norte de África e Ásia Ocidental as raparigas permanecem em desvantagem. No entanto na África Subsariana a taxa de raparigas matriculadas neste grau de ensino cresceu de 47% para 75% entre 1990 e 2011, e durante o mesmo período de 58% para 79% para rapazes, existindo actualmente 93 raparigas matriculadas por cada 100 rapazes matriculados.

Já ao nível do segundo ciclo de ensino, as disparidades de género tornam-se mais evidentes sendo que, para muitas raparigas, o direito à educação após o ensino básico ainda lhes é negado. Este fenómeno encontra-se em processo de mudança, perceptível através do Índice de Paridade de Género (IPG)<sup>91</sup>. Entre os anos de 1990 e 2011, no Sul Asiático o IPG cresceu de 0.59 para 0.92, na Ásia Ocidental de 0.66 para 0.90 e, apesar de um crescimento mais lento, na África Subsariana de 0.76 para 0.83. Os casos de maior sucesso são PED como a Gâmbia, o Gana, o Malawi e o Senegal, cujo IPG cresceu de 0.5 para 0.9 nos mesmos 21 anos. Já num ciclo de educação terciária<sup>92</sup>, a

---

<sup>89</sup> Cf. UNESCO, 2007, p. 12;

<sup>90</sup> Cf. ONU, 2013, pp. 14-17;

<sup>91</sup> O Índice de Paridade de Género (*Gender Parity Index*) é o rácio entre raparigas e rapazes matriculados na escola. Quanto mais o IPG for próximo de 1, mais igualitário é o sistema de ensino - Cf. UNESCO, 2011, p. 17;

<sup>92</sup> Definida pelo BM como a educação após o ciclo secundário, leccionada em universidades e outros institutos que formam uma rede de instituições que apoiam numa formação avançada, necessária ao Desenvolvimento. - Cf. Banco Mundial, disponível em <http://web.worldbank.org/WBSITE/EXTERNAL/TOPICS/EXTEDUCATION/0,,contentMDK:20298183>



paridade no ensino varia consoante a região. Se por um lado existem mais raparigas do que rapazes matriculadas na América Latina, Cáucaso, Ásia Oriental, Norte de África e Sudeste Asiático, já na África Subsariana e Sul Asiático, cujo IPG regrediu de 0.66 para 0.61 entre 2000 e 2011, tal já não acontece.

Através da eliminação das disparidades na educação, o cumprimento do ODM 3 depende também da integração das mulheres no mundo do trabalho, em que a educação tem um peso muito significativo. A integração das mulheres em sectores não-agrícolas desde 1990 tem sido um processo moroso mas com avanços, à excepção do Norte de África. Esta integração é um indiscutível sinal de Desenvolvimento, em que um salário fixo e regular permite à mulher ter autonomia, ser auto-suficiente, ter capacidade de decisão e oportunidades de desenvolvimento pessoal. Em 2011, por cada 100 postos de trabalho em sectores não-agrícolas, 40 eram detidos por mulheres. No entanto, e apesar dos níveis de paridade alcançados, as condições dos postos de trabalho detidos por mulheres são, na sua grande maioria, diferentes das dos homens<sup>93</sup>.

As mulheres representam mais de metade do capital humano do mundo. A sua capacitação, educação e integração enquanto líderes na sociedade são aspectos cruciais à economia, política e sociedade globais<sup>94</sup>, e avanços têm sido registados nesse sentido. Só em 2012, 26 países procederam à alteração de leis e políticas de forma a aumentar o acesso das mulheres a bens económicos e à protecção social, e outros 15 países incorporaram questões de género enquanto prioridades em políticas nacionais. No ano de 2012 registou-se um histórico número de 125 países a adoptar medidas contra a violência doméstica, mas ainda assim mais de 600 milhões de mulheres vivem ainda em países onde este tipo de violência não é considerada crime<sup>95</sup>.

A representação política assegurada por mulheres é um claro indicador da sua integração na esfera social, política, económica e cultural a nível nacional e internacional, e um factor muito significativo para a sua capacitação, poder de decisão,

---

[~menuPK:617592~pagePK:148956~piPK:216618~theSitePK:282386,00.html#what\\_why](#), consultado a 21 de Julho de 2013;

<sup>93</sup> Em traços gerais, as mulheres não têm direito a benefícios como, por exemplo, a Segurança Social - ONU, 2013, p. 21;

<sup>94</sup> Cf. Fórum Económico Internacional, 2012, v;

<sup>95</sup> Cf. Fórum Económico Internacional, 2012, v;

autonomização e respeito para com os seus Direitos. Actualmente, apenas 6 países não têm mulheres eleitas no parlamento<sup>96</sup>, e uma histórica conquista foi conseguida no início de 2013 com a nomeação de 30 mulheres para a Assembleia Consultiva da Arábia Saudita<sup>97</sup>. No entanto, os assentos ocupados por mulheres em parlamentos representam apenas 20.9% a nível global<sup>98</sup>, um aumento pouco significativo dos 11.6% registados em 1995<sup>99</sup>. Por sua vez, existem actualmente a nível mundial apenas 8 mulheres que ocupam o cargo de Chefe de Estado e 13 o de Chefe de Governo<sup>100</sup> e em 2012 apenas 17% dos ministros mundiais eram mulheres<sup>101</sup>.

A par das diferenças regionais, as principais causas da mortalidade infantil prendem-se não só com a pobreza, mas também com o contexto regional onde as crianças se inserem e o nível de escolaridade materna. No entanto, desde a adopção dos ODM que a mortalidade infantil<sup>102</sup> mostra claros sinais de redução a nível global face a dados de 1990. Desde esse ano, a taxa de mortalidade infantil diminuiu em 47% (2012), e em 90 óbitos por cada mil nados-vivos (em 1990), em 2012 registavam-se 48<sup>103</sup>. A tendência que se tem verificado passa pela redução da mortalidade infantil em países desenvolvidos, e uma maior incidência nos PED - em 2011, num total de 6,9 milhões de mortes infantis a nível mundial, 83% (5,7 milhões) ocorreram na África Subsariana e no Sul do continente asiático, locais onde o rácio é de 1:9 e 1:16, respectivamente. Há, no entanto, a destacar casos de enorme sucesso de redução da mortalidade infantil em 25

---

<sup>96</sup> Haiti (Câmara Alta), Micronésia, Nauru, Palau (Câmara Baixa), Qatar e Vanuatu;

<sup>97</sup> A Assembleia Consultiva da Arábia Saudita (Shura) é composta por 150 pessoas e é um órgão consultivo da monarquia ultra-conservadora da Arábia Saudita, actualmente liderada pelo rei Abdullah bin Abdul Aziz al-Saud. Apesar do simbolismo da medida num país onde as mulheres se submetem à tutela masculina durante toda a vida, a Shura tem mantido a sua interpretação muitíssimo restrita da lei islâmica. - Cf. - *The Telegraph*, disponível em <http://www.telegraph.co.uk/news/worldnews/middleeast/saudi-arabia/9795758/Saudi-King-Abdullah-appoints-women-to-Shura-Council.html>, consultado a 21 de Julho de 2013;

<sup>98</sup> Dados de Julho de 2013 - Nações Unidas Mulheres, disponível em <http://www.unwomen.org/en/what-we-do/leadership-and-political-participation/facts-and-figures>, consultado a 13 de Setembro de 2013;

<sup>99</sup> E em 37 países essa representação é inferior a 10%. Dados de Julho de 2013 - Nações Unidas Mulheres, disponível em <http://www.unwomen.org/en/what-we-do/leadership-and-political-participation/facts-and-figures>, consultado a 13 de Setembro de 2013;

<sup>100</sup> Dados de Junho de 2013 - Nações Unidas Mulheres, disponível em <http://www.unwomen.org/en/what-we-do/leadership-and-political-participation/facts-and-figures>, consultado a 13 de Setembro de 2013;

<sup>101</sup> Dados de Janeiro de 2012 - Nações Unidas Mulheres, disponível em <http://www.unwomen.org/en/what-we-do/leadership-and-political-participation/facts-and-figures>, consultado a 13 de Setembro de 2013;

<sup>102</sup> Aqui estão apenas consideradas crianças com idade inferior a 5 anos;

<sup>103</sup> Cf. Grupo Inter-agências para Estimativas em Mortalidade Infantil, 2013, p. 1;

países, com taxas de menos 50% face a dados de 1990. Por sua vez, 7 PED<sup>104</sup> reduziram esta taxa em dois terços, significando o cumprimento do ODM 4.

Apesar dos enormes progressos registados, um grande número de mortes infantis acontece nos momentos que antecedem e seguem o parto, um claro indicador de que uma grande parte dos esforços de combate à mortalidade infantil devem ser canalizados para os cuidados maternos e neonatais, em especial no primeiro mês de vida<sup>105</sup>. Só na Ásia Oriental, 57% das mortes infantis registadas em 2011 foram neonatais, tal como na África Subsariana com 34% (2010). Esta última, em conjunto com a Oceânia, foi a região que menos progressos fez no sentido de reduzir estes números<sup>106</sup>.

Mais do que reduzir as taxas de mortalidade infantil, o plano de acção do ODM 4 inclui o combate às principais causas de morte de crianças: pneumonia, diarreia, sarampo, malária e malnutrição. A vacinação é um dos elementos-chave para o combate a algumas destas doenças, mas depende de esforços políticos e financeiros que ainda não se revelaram suficientes para a garantir à escala global. Apesar de tudo, estima-se que 10,7 milhões de mortes foram evitadas entre 2000 e 2011 graças à vacinação generalizada do sarampo<sup>107</sup>, doença que, só em 2000, matou 548 mil crianças a nível mundial<sup>108</sup>.

Tendo em vista o melhoramento da saúde materna, o ODM 5 propõe duas frentes de acção: o melhoramento das condições e a garantia de acesso a todas as mulheres à saúde materna<sup>109</sup> e à saúde reprodutiva<sup>110</sup>. A mortalidade materna, a neonatal e a infantil estão intimamente ligadas, e dependem essencialmente de cuidados especializados e

---

<sup>104</sup> O Bangladesh (redução da taxa em 72%) , o Malawi (71%), o Nepal (70%), a Libéria (70%), a Tanzânia (68%), Timor-Leste (67%) e ainda a Etiópia (67%) - Cf. Grupo Inter-agências para Estimativas em Mortalidade Infantil, 2013, pp. 10-11;

<sup>105</sup> Cf. Grupo Inter-agências para Estimativas em Mortalidade Infantil, 2013, pp. 12-13;

<sup>106</sup> Cf. ONU, 2013, p. 25-26;

<sup>107</sup> Em especial em regiões cujos focos da doença são contínuos, por atrasos na implementação do controlo de doenças e consequentes faltas de planos de vacinação, como a África Subsariana e o Sul asiático - Cf. ONU, 2013, p. 26-27;

<sup>108</sup> Cf. ONU, 2013, p. 26-27;

<sup>109</sup> Definida pela OMS como um leque de referências à saúde da mulher durante a gravidez, parto e período pós-parto. Cf. OMS, disponível em [http://www.who.int/topics/maternal\\_health/en/](http://www.who.int/topics/maternal_health/en/), consultado a 21 de Julho de 2013;

<sup>110</sup> Definida pela OMS como o estado de completo bem-estar físico, mental e social em tudo aquilo que engloba o sistema reprodutor, como as suas funções e os seus processos. Cf. OMS, disponível em [http://www.who.int/topics/reproductive\\_health/en/](http://www.who.int/topics/reproductive_health/en/), consultado a 21 de Julho de 2013;

continuados. Quando combatidas em programas conjuntos, as intervenções podem ter uma maior eficácia e, eventualmente, uma diminuição nos custos de implementação. Apesar deste conhecimento, existe uma falta de consenso sobre a melhor forma de levar avante esses programas, em especial onde estas taxas registam maiores números, nomeadamente na África Subsariana e no Sudeste Asiático<sup>111</sup>.

Apesar de tudo, a taxa da mortalidade materna a nível global foi reduzida em 47% entre 1990 e 2010, de 400 mortes maternas para 210 a cada mil partos, respectivamente. Apesar dos progressos globais, o cumprimento do ODM 4 depende de intervenções céleres que garantam, entre outros, o acesso a profissionais de saúde qualificados durante o parto e a tratamentos antiretrovirais para todas as mulheres que deles necessitem. Em PED, os partos assistidos aumentaram de 55% em 1990 para 66% em 2011, ano em que ainda 46 milhões de mulheres deram à luz sem assistência qualificada. As mulheres em áreas rurais são, ainda e persistentemente, as que mais se encontram em desvantagem perante os cuidados que podem receber: números de 2011 mostram que apenas 53% dos partos em zonas rurais foram acompanhados por profissionais qualificados *versus* os 84% em zonas urbanas<sup>112</sup>.

Depois de um pico em 2007, o número de indivíduos infectados com HIV/SIDA tem vindo a diminuir substancialmente mas, ainda assim, existem estimativas de 2,5 milhões novas infecções só em 2011, 1,8 milhões das quais na África subsariana. Também no Cáucaso e na Ásia Central o número de infecções duplicou desde 2001, e registaram-se 27 mil novos casos só em 2011. A nível global, 34 milhões de indivíduos estão infectados com o HIV/SIDA, com uma prevalência de 69% na África Subsariana - uma situação dramática que a nível global deixou 17,3 milhões de órfãos, 16 milhões dos

---

<sup>111</sup> Cf. ONU, 2013, p. 28-29;

<sup>112</sup> Cf. ONU, 2013, p. 28-29. A acrescentar, os casos mais directos da mortalidade materna associam-se a hemorragias (25%), infecções (15%), eclâmpsia (12%) e outras complicações durante o parto, sendo a maior parte destas evitáveis com os devidos cuidados de saúde. Em países onde as taxas de infecção de HIV, malária e tuberculose são significativas, verificam-se consideráveis taxas de mortes e transmissão de infecções (das mães para as crianças), que em muitos casos poderiam também ser impedidas com os devidos cuidados. A saúde reprodutiva tem um papel fundamental no acompanhamento familiar, e em especial da mulher. Através do acesso a informação, aconselhamento, métodos contraceptivos e planeamento familiar, é possível fazer o despiste de doenças, evitar gravidezes precoces e/ou indesejadas, e assim reduzir, não só a mortalidade materna, mas também a mortalidade infantil - Cf. Fundo dos Sistemas de Saúde, disponível em [http://www.hst.org.za/uploads/files/chap7\\_06.pdf](http://www.hst.org.za/uploads/files/chap7_06.pdf), consultado a 21 de Julho de 2013;

quais apenas na África Subsaariana<sup>113</sup>. De forma a reverter a expansão do HIV/SIDA, a meta 6.A do ODM 6 depende de iniciativas e programas de informação e acompanhamento da população mundial, com especial enfoque na faixa etária dos 15 aos 24 anos<sup>114</sup>.

O acesso a tratamentos antiretrovirais, salvaguardado pela meta 6.B, é um processo em curso. Em finais de 2011, 8 milhões de indivíduos em PED estavam a receber o tratamento adequado contra o HIV/SIDA, representando um aumento em 1,4 milhões face ao ano anterior. Acompanhando estes números, um total de 15 milhões de pessoas poderão ter acesso a este tratamento até 2015. No entanto, as novas directrizes adoptadas em 2011, aumentaram o de indivíduos elegíveis a recebê-lo, alargando a diferença dos que dele necessitam e os que efectivamente o recebem. Os tratamentos variam consoante o sexo e a idade do indivíduo e em 2011, a cobertura do tratamento era 63% feminino e 46% masculino. Também em 2011 cerca de 560 mil indivíduos abaixo dos 15 anos de idade estavam a receber tratamento, representando apenas 29% da totalidade dos indivíduos infectados dessa faixa etária. Aproximadamente um terço das crianças nascidas de mães infectadas com HIV/SIDA são infectadas antes, durante e depois do parto ou através da amamentação, risco que pode ser significativamente reduzido aquando do tratamento adequado e acompanhamento da gravidez. Só na África subsariana estavam, em 2011, 93% dos 15 milhões de mulheres grávidas que necessitavam de tratamento antiretroviral<sup>115</sup>.

Também doenças como a malária e a tuberculose se inserem no plano de acção dos ODM. Entre 2000 e 2010, cerca de 1,1 milhões de mortes causadas pela malária foram evitadas, sendo que metade destes casos de sucesso foram registados em países onde a incidência desta doença é muito alta. As crianças, em especial abaixo dos 5 anos, são especialmente afectadas por esta doença, que continua a ser muitíssimo associada à pobreza e às zonas rurais. A ONU considera que a mais eficaz prevenção da malária são as redes mosquiteiras previamente tratadas com insecticidas apropriados, colocados em redor da cama das crianças. No entanto, os números demonstram que a quantidade destas redes entregues a PED em 2012 (66 milhões) foi muito inferior face a 2010 (145

---

<sup>113</sup> Dados de 2011 - Cf. ONU, 2013, p. 34;

<sup>114</sup> Cf. ONU, 2013, pp. 34-36;

<sup>115</sup> Cf. ONU, 2013, p. 36-37;

milhões). Também um diagnóstico precoce acompanhado de tratamento adequado reduz substancialmente as hipóteses de morte. No entanto, a resistência a medicamentos e insecticidas permanece uma preocupação internacional, ao mesmo tempo que têm sido registadas descidas nos recursos alocados à prevenção e tratamento da malária. Estima-se que anualmente são necessários \$5,1 milhões para garantir o acesso a cuidados de prevenção e tratamento, número que em 2011 caiu em \$2,1 milhões, numa época de ressurgimento de um grande número de casos em países africanos em particular<sup>116</sup>.

Por sua vez, a tuberculose foi diagnosticada em 8,7 milhões de pessoas só no ano de 2011 (13% dos quais estão também infectados com HIV/SIDA) e ainda assim, este número é representativo, pois é referente a 100 mil casos a menos, face aos registados no ano anterior. Apesar do ritmo de redução de casos ser pequeno, se se mantiver será possível cumprir a meta 6.B até 2015, no que é respeitante a esta doença. Não obstante, é ainda uma realidade que matou 1,4 milhões de pessoas em 2011, 430 mil das quais também infectadas com HIV/SIDA. Os progressos conseguidos para travar a tuberculose têm seguido o protocolo do Tratamento de Observação Directa de Curta Duração<sup>117</sup> que advém de 2006, da iniciativa "Parar a Tuberculose" (*Stop TB*). Entre 1995 e 2011, um total de 51 milhões de pessoas foram com sucesso tratadas através deste protocolo, mas muitas outras ainda não tiveram acesso ao mesmo<sup>118</sup>.

A desflorestação, as emissões de CO<sup>2</sup>, a exploração indevida de reservas marítimas, a perda de biodiversidade, a falta de acesso a água potável e as condições de vida em bairros degradados são a linha que conduz o ODM 7 em prol da sustentabilidade, e têm tido uma crescente importância nas políticas internacionais.

Uma das principais causas da desflorestação é a conversão de florestas em terras aráveis, de forma a ser possível sustentar as exigências de uma população mundial crescente. Esta representa uma significativa perda de sustento para a população rural, cuja floresta é sinónimo de recursos alimentares e combustíveis. Por sua vez, a emissão

---

<sup>116</sup> Cf. ONU, 2013, p. 37-39;

<sup>117</sup> O *Directly Observed Treatment Short Course (DOTS)* é um tratamento que pressupõe 5 elementos: 1) O compromisso político e financeiro, 2) Detecção de casos de infecção através de métodos de bacteriologia de qualidade, 3) Tratamento padronizado autorizado pelo paciente, 4) O fornecimento eficaz de medicamentos, 5) A implementação de um sistema de monitorização e avaliação de impacto. - Cf. - OMS, disponível em <http://www.who.int/tb/dots/whatisdots/en/>, consultado a 21 de Julho de 2013;

<sup>118</sup> Cf. ONU, 2013, p. 40-41;

de CO<sup>2</sup> não tem parado de crescer<sup>119</sup>, e a comunidade internacional prevê protocolos e iniciativas que reforcem as limitações impostas, como o protocolo de Kyoto e os esforços reafirmados na Convenção das Alterações Climáticas de 2012. A sobre-exploração de reservas animais tem, em especial nos últimos 10 anos, ultrapassado os limites biologicamente aceitáveis para que seja possível a sua renovação. A pesca em excesso, por exemplo, representa um dos principais obstáculos ao normal funcionamento de ecossistemas marinhos<sup>120</sup>.

De 1990 a 2010, 2,1 mil milhões de pessoas obtiveram acesso a água potável, cumprindo assim a meta 7.C. A cobertura de fontes de água potável cresceu em todas as regiões do mundo, à excepção do Cáucaso e da Ásia Central, e a dicotomia urbano-rural ainda dita algumas discrepâncias<sup>121</sup>. Independentemente do inegável sucesso desta meta, existem ainda 768 milhões de indivíduos (dados de 2011) sem acesso a este bem, dos quais 636 milhões (83%) em zonas rurais. A par desta, paira ainda uma preocupação sobre a sociedade internacional, directamente relacionada com a qualidade da água já disponível. Consequentemente, se se verificar o comprometimento das fontes de água potável já implementadas, o número de indivíduos sem acesso a água pode ser entre duas a três vezes maior do que o estimado. Contudo, o acesso a água potável não é sinónimo de água canalizada. Especialmente em zonas rurais, ou em zonas urbanas de concentração de bairros degradados, o acesso à água é ainda limitado a pontos fixos que obrigam a grandes deslocações<sup>122</sup>.

Também o acesso a instalações sanitárias aumentou exponencialmente. Os maiores progressos foram registados na Ásia Oriental, onde a percentagem de acesso a instalações deste tipo aumentou 40% entre 1990 e 2001 (27% para 67%), cobrindo 626 milhões de indivíduos. Entre 1990 e 2001, cerca de 240 mil indivíduos ganharam acesso a instalações sanitárias, sendo preciso aumentar esse número para 660 mil até 2015 para que esta meta seja cumprida.

---

<sup>119</sup> Só em regiões desenvolvidas, são emitidas 11 toneladas de CO<sup>2</sup> por pessoa por ano;

<sup>120</sup> Cf. ONU, 2013, p. 42-46;

<sup>121</sup> 6 em cada 10 indivíduos com acesso a água potável está em contexto urbano;

<sup>122</sup> Cf. ONU, 2013, p. 46-48;

200 milhões de moradores em bairros degradados<sup>123</sup> ganharam acesso a água potável, condições sanitárias e de habitação melhoradas, representando o dobro necessário ao cumprimento da meta 7.D. Só entre 2010 e 2012 o melhoramento destas condições foi de tal ordem, que 44 milhões de indivíduos já não vivem em bairros considerados degradados. No entanto, em 12 anos, entre 2000 e 2012, a taxa de moradores de bairros degradados em PED diminuiu apenas 6%, significando que apesar do cumprimento da meta e dos inegáveis progressos já conquistados, o aumento constante de residentes de bairros degradados não foi ainda travado. O número de residentes em bairros degradados em regiões desenvolvidas tem, efectivamente, aumentado ao longo dos anos: 650 milhões em 1990, 760 milhões em 2000 e 863 milhões em 2012. Apesar do cumprimento da meta, mais duráveis e melhores intervenções são necessárias para que seja possível combater esta tendência e, nesse sentido, "existem já governos regionais e autoridades locais a monitorizar dados para que, em 2020, metas próprias possam ser atingidas" (ONU, 2012, p.50).

O ODM 8, relativo ao estabelecimento de uma Parceria Global para o Desenvolvimento, foi dos objectivos que mais passou *despercebido* ao grande público, mas foi também dos mais transversais nas negociações e iniciativas de alto nível, e agora tem reemergido enquanto elemento de continuidade para o cenário pós-2015. Em 2012, a APD encontrava-se nos \$125,6 mil milhões, 4% menos do que em 2011 e 6% menos do que em 2010. A redução progressiva na concessão de APD é explicável pela actual crise económica e financeira, levando a que inúmeros países tenham sofrido constrangimentos e cortes orçamentais que resultaram na diminuição da ajuda internacional. É, no entanto e surpreendentemente, a primeira vez que a APD se encontra em declínio durante dois anos seguidos desde 1996. A persistência do contexto de crise generalizada leva a própria ONU a afirmar que "a ajuda está a cair mais acentuadamente nos maiores países doadores e entre países europeus"<sup>124</sup> mas está a crescer vinda de países fora do contexto do CAD da OCDE, como a Turquia (APD

---

<sup>123</sup> Considerados "locais onde não existem recursos de água potável, instalações sanitárias melhoradas, habitações melhoradas e um espaço de vivência aceitável" (ONU, 2013, p. 50);

<sup>124</sup> Os maiores doadores são, segundo dados de 2012, os EUA, Reino Unido, Alemanha, França, Japão, Dinamarca, Luxemburgo, Países Baixos, Noruega e Suécia [todos pertencentes ao CAD da OCDE]. - Cf. ONU, 2013, p. 53;



duplicou entre 2011 e 2012) e os Emiratos Árabes Unidos (APD aumentou 31% entre 2011 e 2012)<sup>125</sup>.

Paralelamente, o acesso a mercados de países desenvolvidos com isenção de impostos por parte de PED tem crescido de forma substancial, ao ponto de metade das exportações dos PED beneficiar de "tratamento preferencial"<sup>126</sup>, concedendo-lhe uma considerável vantagem competitiva. Da mesma forma, um mais adequado serviço de dívida e gestão da mesma garante aos PED uma oportunidade de desenvolvimento única, com algumas dívidas a serem inclusivamente reduzidas através de diversas iniciativas internacionais.

É perante este cenário transversal a todos os ODM que é perceptível a dimensão que um regime pode atingir. De uma série de medidas não vinculativas, as condições de vida de milhões de pessoas foram drasticamente alteradas, apesar de existir ainda um longo caminho a percorrer. É também desta forma que a eficácia da Ajuda e a condicionalidade do Desenvolvimento voltam a estar no centro do debate da Cooperação para o Desenvolvimento.

---

<sup>125</sup> Cf. ONU, 2013, p. 53;

<sup>126</sup> Cf. ONU, 2013, p. 54;

## **4 - A construção do novo quadro de actuação da Cooperação para o Desenvolvimento**

### **4.1 Rumo à Agenda das Nações Unidas para o Desenvolvimento no pós-2015: a génese de um novo quadro de actuação**

A Cimeira da ONU sobre os ODM em 2010, acompanhada da Cimeira Rio+20 em 2012, lançou o mote para que se desse início às conversações sobre o novo cenário do Desenvolvimento. Através de apelos ao desenvolvimento inclusivo e sustentável, a comunidade internacional reafirmou por essas duas vezes o compromisso para com os ODM, tendo já em vista a definição de um novo e mais abrangente caminho para o Desenvolvimento, e desde então que as resoluções, reuniões e apelos para o pós-2015 não têm cessado.

Através do balanço dos ODM, a constatação de que o próximo cenário do Desenvolvimento a ser definido representa um novo desafio é consensual, e o movimento e mobilização criados pelos primeiros continuam a ser pedras angulares à definição de um novo quadro de actuação, em que a erradicação da pobreza assume, uma vez mais, o papel central. No entanto, o mundo está agora perante novas e diferentes realidades, características da evolução social e económica global, requerendo novas abordagens e novas políticas inclusivas para todos. As novas dinâmicas são, entre outras, resultantes da inversão da pirâmide etária, da persistência das desigualdades a todos os níveis, das novas pressões ambientais, de uma crise generalizada que chegou à governação e das novas dinâmicas da APD<sup>127</sup>, o que leva a que a abordagem ao pós-2015 tenha em cima da mesa uma série de condicionantes estruturantes que estão a influenciar o seu processo de definição.

Assim, uma nova abordagem à Cooperação para o Desenvolvimento tem sido encarada como uma forma de dar continuidade ao que foi definido no anterior quadro de

---

<sup>127</sup> Graças à passagem de países receptores a países doadores. Também a falta de coordenação e coerência entre países doadores é o motivo que mais destabiliza a APD, e obriga a uma constante reordenação e realocação dos meios que tem disponíveis, chegando inclusivamente a ser considerada ineficiente graças a todas estas condicionantes - Cf. Comité para as Políticas de Desenvolvimento, 2012, p. 15;

actuação e em especial pelos ODM, mas, em prol de um desenvolvimento sustentável e inclusivo, o cenário pós-2015 terá de ir mais longe. De forma a dar uma resposta clara, e sobretudo eficiente aos problemas mundiais que se mantêm em cena, bem como aos emergentes, é preciso que o novo cenário do Desenvolvimento mantenha um enfoque directo sobre as áreas que mais necessitam de uma actuação eficaz, e ainda que tenha atenção especial à Segurança Humana e as seus próprios condicionalismos. Estas áreas estendem-se "à boa governação, ao emprego, à mais pobre das pobreza e aos grupos excluídos da sociedade, bem como a tantos outros aspectos políticos, económicos, sociais e ambientais que se têm revelado fulcrais para qualquer vertente do Desenvolvimento" (Painel de Alto Nível de Personalidades Eminentes sobre a Agenda de Desenvolvimento pós-2015, 2013 [a], Sumário Executivo), em especial o Humano.

A definição de um quadro para o Desenvolvimento estende-se muito para além dos problemas interpelados pelos ODM. A prossecução destes últimos enquadra-se numa escala maior, nomeadamente a Agenda da ONU para o Desenvolvimento, que representa o plano de acção adoptado pela comunidade internacional no seu todo a nível global, regional e nacional. A Agenda engloba um vasto leque de compromissos assumidos internacionalmente, na sua grande maioria relativos a questões que necessitam de soluções a médio e longo prazo, incluindo as já patentes nos ODM. Estas estendem-se desde a "igualdade de género, à integração social, ao acesso à saúde, ao emprego, à educação, aos Direitos Humanos e à boa governação mas também aos diferentes impactos da globalização, às desigualdades entre países, à plena participação de PED na economia global e à relação entre Desenvolvimento e conflito" (ONU, 2007 [b], Prefácio).

A Agenda das Nações Unidas para o Desenvolvimento foi pela primeira vez publicada em 2007, de forma a sistematizar os compromissos internacionais assumidos em várias Cimeiras e Conferências que tiveram lugar entre 1990 e 2005. As suas características e conteúdos são atravessados por dois elementos-chave, que orientam a prossecução de soluções. Um primeiro prende-se com a constante constatação da importância da igualdade e equidade perante todos os indivíduos, simultaneamente enquanto seres humanos e cidadãos. O segundo é referente à parceria global entre todos os elementos

da comunidade internacional - das organizações da ONU, passando pelas ONG e organizações governamentais, bem como a própria sociedade civil e sector privado<sup>128</sup>.

Desta forma, a Agenda tornou-se, a par dos ODM e da *Declaração do Milénio*, no documento orientador das políticas internacionais relativas ao Desenvolvimento. No entanto, tendo em conta todas as mudanças que têm caracterizado a viragem do milénio, bem como o aproximar da data limite para o cumprimento dos ODM, será definida uma nova Agenda, que reflectirá as novas ponderações sobre os problemas mundiais mais prementes.

O modo de pensar o Desenvolvimento tem sido também alvo de mudanças e novas ponderações e um quadro de actuação com um único enfoque e várias abordagens ao mesmo problema deixou de fazer sentido, como demonstram os debates sobre a eficácia da Ajuda e a condicionalidade do Desenvolvimento. A crescente interdependência global a todos os níveis requer uma abordagem diferente, mais integrada e de acordo com a realidade mundial. Desta forma, o quadro de actuação deve estar assente na sustentabilidade e na integração, bem como na globalização que hoje caracteriza o mundo, "sem nunca perder de vista a erradicação da pobreza" (Steven, 2013, p. 24).

Assim, de objectivos estabelecidos para o indivíduo (*Goals for People*), assentes num objectivo universal, e em que a dicotomia país desenvolvido-PED é flagrante, o quadro de actuação do Desenvolvimento passará para um mais dirigido ao mundo sustentável e à sociedade (*Goals for Societies*), em que, "através da adaptação de objectivos às realidades locais e regionais, será possível, com a prossecução de metas como o crescimento económico integrado, a inclusão social e a protecção ambiental, melhorar as condições de vida a muitos mais indivíduos" (Steven, 2013, pp. 22-23). Estes constituem, assim os Objectivos Globais (*Global Goals*) de um quadro de actuação sustentável, em que "permitem erradicar a pobreza através de metas integradas" (Steven, 2013, p. 23).

O quadro do Desenvolvimento estabelecido para 2015 reflecte as principais preocupações do virar do milénio, estando em larga escala focado no indivíduo. O

---

<sup>128</sup> Cf. ONU, 2007 [a], Prefácio;

quadro que o sucede terá então de retratar os novos problemas globais que carecem de resposta, e que são cada vez mais direccionados para a sociedade. A mobilização da comunidade internacional para a definição da Agenda para o pós-2015 tem-se verificado ao mais alto nível, através de grupos especialmente destacados pela própria ONU, mas também através de mecanismos muito próximos da sociedade, nomeadamente organizações que têm apostado na sua divulgação e incentivo à participação civil neste processo de decisão internacional.

#### **4.1.1 O Painel de Alto Nível para a Agenda da ONU para o Desenvolvimento pós-2015**

Em Julho de 2012, o Secretário-Geral da ONU nomeou Susilo Bambang Yudhoyono, Ellen Johnson Sirleaf e David Cameron<sup>129</sup> para liderarem conjuntamente um grupo de vinte e sete reconhecidas personalidades de diferentes países<sup>130</sup> com o principal objectivo de tecer recomendações para o desafio do estabelecimento de uma nova Agenda para o Desenvolvimento. O Painel de Alto Nível foi assim composto por representantes da sociedade civil, sector privado e governamental, inclusão que respondeu aos apelos da comunidade internacional na Cimeira dos ODM em 2010<sup>131</sup>.

Na carta dirigida ao Secretário-Geral e presente no relatório publicado a 30 de Maio de 2013, os líderes do Painel de Alto Nível apresentam uma série de novas metas claras e simples para o novo quadro do Desenvolvimento, tendo como grandes questões orientadoras a erradicação da pobreza (para dar continuidade aos ODM) e a promoção do desenvolvimento sustentável (preocupação que teve o seu ponto de partida na Cimeira Rio+20). Acrescentam ainda que os trabalhos foram conduzidos com um "espírito de cooperação e de aprendizagem mútuos, através de debates e estudos intensivos sobre cada sector e região mundial" (Painel de Alto Nível de Personalidades Eminentes sobre a Agenda de Desenvolvimento pós-2015, 2013 [a], p. 2), e inclusivamente através do "contacto com um grande número de indivíduos das mais

---

<sup>129</sup> Presidente da Indonésia, Presidente da Libéria e Primeiro Ministro do Reino Unido, respectivamente;

<sup>130</sup> Como a Rainha Rania da Jordânia, Graça Machel de Moçambique, Gisela Alonso de Cuba e Paul Polman da Holanda, entre muitos outros;

<sup>131</sup> Cf. ONU, disponível em <http://www.un.org/sg/management/hlppost2015.shtml>, consultado a 1 de Agosto de 2013;

variadas origens, extractos sociais e idades" (Painel de Alto Nível de Personalidades Eminentes sobre a Agenda de Desenvolvimento pós-2015, 2013 [a], p. 2).

Os trabalhos foram, assim, executados com celeridade e rigor, tendo o Painel de Alto Nível reunido presencialmente e com a totalidade dos seus membros por diversas vezes, três das quais especificamente destinadas à discussão do relatório e para participar em reuniões com diversos parceiros do Desenvolvimento. Uma primeira reunião<sup>132</sup>, a estrutura global e principais questões a serem abordadas pelo relatório foram discutidas, e o debate sobre a pobreza assumiu o papel central. Ficou por unanimidade acordado que o combate à pobreza em todas as frentes<sup>133</sup> seria essencial para a sua efectiva erradicação, inclusivamente porque algumas destas dimensões não estavam salvaguardadas pelos ODM, "razão pela qual fazem agora parte das propostas do relatório" (Painel de Alto Nível de Personalidades Eminentes sobre a Agenda de Desenvolvimento pós-2015, 2013 [a], pp. 2-3).

No encontro seguinte<sup>134</sup> os enfoques foram as transformações económicas e o caminho a percorrer de forma a garantir um crescimento social e económico transversal e inclusivo a nível nacional, regional e global, em que é privilegiada a capacitação do indivíduo, tal como a Libéria tem sido palco desde o fim de duas sucessivas guerras civis<sup>135</sup>. O Painel de Alto Nível considerou estas questões centrais e essenciais enquanto forma de garantir a existência de instituições representativas e governos transparentes, bem como sociedades pacíficas, justas e equitativas que protejam os Direitos Humanos, eliminem todas as formas de violência e garantam a todos o acesso a serviços básicos e necessários ao Desenvolvimento. Desta forma, ficou definido que o novo quadro de actuação deveria, para além "de gerar emprego e de garantir a boa

---

<sup>132</sup> Numa primeira sessão desta primeira reunião, em Londres de 31 de Outubro a 2 de Novembro de 2012, ficou acordado que o quadro de actuação para o pós-2015 deveria reflectir os sucessos e limitações dos ODM, e não apenas concentrar-se nos Objectivos não cumpridos até então. O Desenvolvimento Humano passou assim a assumir um papel de destaque, especialmente no que diz respeito aos direitos e igualdades de grupos marginalizados. As novas dinâmicas sociais e económicas (já referidas anteriormente) foram também abordadas enquanto factores essenciais ao novo quadro de actuação. Na segunda sessão, questões como a importância da geração de emprego enquanto estratégia de combate à pobreza, as responsabilidades governamentais para com os cidadãos, o papel do sector privado no Desenvolvimento, e como providenciar redes de segurança social foram discutidas. Nesta reunião do Painel ficaram delineadas 24 questões essenciais que conduziram a sua ordem de trabalhos - Cf. Painel de Alto Nível para a Agenda da ONU para o Desenvolvimento pós-2015, 2013 [c], pp. 1-3;

<sup>133</sup> Através da saúde, da educação, de sistemas de acesso a água potável e a alimentação, bem como a direitos fundamentais, como a segurança, a dignidade, a justiça e igualdade nas oportunidades;

<sup>134</sup> Na cidade de Monrovia na Libéria, entre 30 de Janeiro e 1 de Fevereiro de 2013;

<sup>135</sup> A primeira guerra civil ocorreu de 1989 a 1996, e a segunda de 1999 a 2003;

governança, desenvolver infra-estruturas, aumentar a produtividade, melhorar a competitividade e promover uma produção e consumo sustentáveis" (Painel de Alto Nível de Personalidades Eminentes sobre a Agenda de Desenvolvimento pós-2015, 2013 [c], pp. 1-2).

Por sua vez, na terceira reunião foram discutidos problemas transversais e globais com diversos parceiros, incluindo questões ambientais. No entanto, a principal resolução que saiu desta reunião foi o advento de uma renovada forma de combate aos desafios globais: uma Parceria Global. Esta, que remonta ao ODM 8, estará baseada na partilha de esforços e meios entre todos os membros da comunidade internacional<sup>136</sup> de acordo com as suas próprias possibilidades, e que, assente nos princípios da equidade, sustentabilidade, solidariedade e respeito pela Humanidade, "permite dar início a um renovado espírito de respeito e benefícios mútuos para todos" (Painel de Alto Nível de Personalidades Eminentes sobre a Agenda de Desenvolvimento pós-2015, 2013 [a], p.3). Esta Parceria Global permitirá também, segundo o Painel de Alto Nível, a formação de uma Agenda de carácter transformador, centrada de uma forma integrada no indivíduo <sup>137</sup>, estando em sintonia com os acordos estabelecidos internacionalmente<sup>138</sup>.

Pelo Painel de Alto Nível foram também estabelecidas cinco prioridades-chave para a definição de um novo quadro para o Desenvolvimento, que acompanham as principais questões de cada uma das reuniões. Estas cinco prioridades são universais, e têm a particularidade de poderem ser adaptadas às realidades nacionais de cada país, combatendo desta forma a imposição de metas internacionais iguais perante uma comunidade internacional com desigualdades no acesso a recursos (sendo esta uma das maiores críticas aos ODM)<sup>139</sup>.

---

<sup>136</sup> Desde os mais pobres, às mulheres, jovens, pessoas com deficiências, comunidades indígenas, grupos marginalizados e comunidades locais, governos, o sector privado, a sociedade civil e a comunidade académica - Cf. Painel de Alto Nível de Personalidades Eminentes sobre a Agenda de Desenvolvimento pós-2015, 2013 [a], p. 3 e pp. 9-11;

<sup>137</sup> Em que não são apenas as suas necessidades básicas a serem consideradas, mas também tudo aquilo que o rodeia, bem como as suas próprias capacidades - Cf. Painel de Alto Nível de Personalidades Eminentes sobre a Agenda de Desenvolvimento pós-2015, 2013 [a], p. 3;

<sup>138</sup> Cf. Painel de Alto Nível de Personalidades Eminentes sobre a Agenda de Desenvolvimento pós-2015, 2013 [b], pp. 1-2 e Painel de Alto Nível de Personalidades Eminentes sobre a Agenda de Desenvolvimento pós-2015, 2013 [a], pp. 3-4;

<sup>139</sup> Cf. Painel de Alto Nível de Personalidades Eminentes sobre a Agenda de Desenvolvimento pós-2015 - *Op. cit.* [a], p. 7;

Uma primeira prioridade, "Não Deixar Ninguém Para Trás"<sup>140</sup>, quer garantir que a nova Agenda dá continuidade aos ODM, "erradicando todas as formas de pobreza, exclusão e iniquidades, ao combatê-las em todas as suas frentes" (Painel de Alto Nível de Personalidades Eminentes sobre a Agenda de Desenvolvimento pós-2015, 2013 [a], p.8). Terá então de garantir não só os Direitos Humanos de cada indivíduo, como também combater o isolamento das regiões rurais face às urbanas através de telecomunicações e infra-estruturas. Da mesma forma, é importante que assegure "sistemas de monitorização de progressos fidedignos" (Painel de Alto Nível de Personalidades Eminentes sobre a Agenda de Desenvolvimento pós-2015, 2013 [a], p.8), através de uma recolha de dados adequada, e apropriados a cada meta a cumprir.

A segunda prioridade prende-se com o Desenvolvimento Sustentável<sup>141</sup> e com a urgência em colocá-lo no cerne das preocupações mais prementes do Desenvolvimento. O desejo de conjugar um Desenvolvimento social, económico e sustentável tem sido constante, mas os padrões para o atingir terão de ser delineados pela nova Agenda. O Painel de Alto Nível advoga que a nível nacional é possível transformar os padrões de consumo, e dar origem a uma "economia verde", que, a par de promover a erradicação da pobreza, pretende "regular-se por padrões de produção e consumo mais eficientes a nível global" (Painel de Alto Nível de Personalidades Eminentes sobre a Agenda de Desenvolvimento pós-2015, 2013 [a], p.9).

Uma terceira prioridade é referente à transformação das economias de forma a garantir um crescimento inclusivo<sup>142</sup>, que permita erradicar a pobreza e melhorar as condições de vida de milhões de pessoas. Nestes moldes, o crescimento económico inclusivo apenas poderá ser sustentado por uma economia global que garanta a estabilidade financeira e, assim, "permita a geração de emprego de uma forma contínua e a longo prazo" (Painel de Alto Nível de Personalidades Eminentes sobre a Agenda de Desenvolvimento pós-2015, 2013 [a], p.9).

---

<sup>140</sup> No original: "*Leave No One Behind*";

<sup>141</sup> No original: "*Put Sustainable Development at the Core*";

<sup>142</sup> No original: "*Transform Economies for Jobs and Inclusive Growth*";



Por sua vez, o apelo à construção da paz e à existência de instituições públicas abertas, eficientes e representativas<sup>143</sup> dos cidadãos advém da constatação da persistência de longos períodos de conflito e violência, e da necessidade de construir sociedades pacíficas e prósperas à luz de um novo paradigma. Um Estado deverá estar capacitado para a criação deste tipo de instituições públicas, que não só combatem ilegalidades como também garantem a igualdade dos cidadãos. Só assim, considera o Painel de Alto Nível, "será possível às instituições nacionais trabalharem em parceria com as internacionais de forma contínua e integrada" (Painel de Alto Nível de Personalidades Eminentes sobre a Agenda de Desenvolvimento pós-2015, 2013 [a], p.9), e contribuir verdadeiramente para o Desenvolvimento.

A quinta prioridade prende-se com a nova Parceria Global. Através desta, o Painel de Alto Nível pretende uma integração de todos no quadro de actuação do Desenvolvimento, uma vez que todos os indivíduos, países e instituições são cada vez mais interdependentes. Ao trabalharem em conjunto, mais e melhor, os problemas globais são resolvidos "sob uma mesma base de valores comuns, conduzindo a uma eficaz gestão dos esforços para o Desenvolvimento" (Painel de Alto Nível de Personalidades Eminentes sobre a Agenda de Desenvolvimento pós-2015, 2013 [a], pp. 21-22).

O Painel de Alto Nível considera a forma dos ODM uma das principais razões dos progressos conseguidos no âmbito do Desenvolvimento nos últimos anos. Assim, a forma da Agenda que propõe segue-a de perto, e está também dividida em objectivos e metas, que o Painel de Alto Nível recomenda que sejam estabelecidos com uma janela temporal de 15 anos como forma de acentuar a urgência na sua prossecução e evitar que estes se tornem desadequados num quadro temporal mais alargado. O Painel de Alto Nível ressalva ainda que, tal como os ODM, os objectivos e metas não são vinculativos, mas sim ferramentas que auxiliam, através de uma comunicação simples e eficaz, o processo de condução do Desenvolvimento, "desde a recolha de recursos à formulação e execução de programas de actuação" (Painel de Alto Nível de Personalidades Eminentes sobre a Agenda de Desenvolvimento pós-2015, 2013 [a], p.13).

---

<sup>143</sup> No original: "*Build Peace and Effective, Open and Accountable Public Institutions*";

Contudo, a monitorização que propõe, através de indicadores ainda não definidos, assume contornos diferentes da dos ODM. O Painel de Alto Nível defende que cada contributo financeiro (APD ou IDE) deverá ser monitorizado em separado, de forma a ser mais facilmente identificado para efeitos de análise não só da sua longevidade como também do nível de adequação a uma situação em particular, de forma a que a comunidade internacional consiga redistribuir os esforços e contributos de uma forma "mais eficiente, contínua e sustentada" (Painel de Alto Nível de Personalidades Eminentes sobre a Agenda de Desenvolvimento pós-2015, 2013 [a], p.22). Isto reflecte uma particularidade essencial nesta proposta do Painel de Alto Nível, que passa pelos objectivos serem estabelecidos a nível global, mas as metas a nível nacional, de forma a que seja possível adaptar a resposta às necessidades globais às realidades nacionais de cada actor do Desenvolvimento<sup>144</sup>, tal como nas cinco prioridades identificadas.

O relatório inclui 12 objectivos e 54 metas [ver Anexo IV] ilustrativos de como a nova Agenda poderá ser construída. Cada um deles foi pensado e discutido seguindo a premissa e os critérios *SMART* (Específico, Mensurável, Possível, Relevante e Limitado temporalmente)<sup>145</sup>, considerados como os critérios fundamentais para estruturar a nova Agenda. O Painel de Alto Nível indica ainda que cada objectivo deve ser referente a um problema específico para assim ter um impacto significativo na sua resolução, da mesma forma que deve ser portador de uma mensagem que transmita de forma simples o problema em questão. Deve também ser "mensurável através indicadores globais, exequível (tanto para países desenvolvidos como para PED), e reflectir as vozes dos grupos mais necessitados" (Painel de Alto Nível de Personalidades Eminentes sobre a Agenda de Desenvolvimento pós-2015, 2013 [a], pp. 13-14), ouvidas aquando da execução do relatório. Os objectivos reflectem também "diversos acordos internacionais, sendo por isso baseados em consensos já estabelecidos, embora aspirem também a ir mais além" (Painel de Alto Nível de Personalidades Eminentes sobre a Agenda de Desenvolvimento pós-2015, 2013 [a], p.14).

---

<sup>144</sup> Cf. Painel de Alto Nível de Personalidades Eminentes sobre a Agenda de Desenvolvimento pós-2015, 2013 [a], p.21;

<sup>145</sup> No original: "*Specific, Measurable, Attainable, Relevant e Time-bound*" - Cf. Painel de Alto Nível de Personalidades Eminentes sobre a Agenda de Desenvolvimento pós-2015, 2013 [a], p.13;

Este relatório apresentado ao Secretário-Geral da ONU representa uma visão de esperança e de oportunidades, em que o compromisso para com o Desenvolvimento foi assumido, e as prioridades a nível global cumpridas. Este relatório personifica uma proposta de actuação e acompanha as mudanças e transformações do mundo.

#### **4.1.2 A Equipa do Sistema das Nações Unidas**

A Equipa do Sistema das Nações Unidas foi escolhida pelo Secretário-Geral da ONU para dar apoio analítico às preparações rumo ao estabelecimento da nova Agenda. A Equipa é composta por membros de 60 entidades diferentes do âmbito da ONU, e ainda consultores de Estados-Membro, da sociedade civil, do mundo académico e do sector privado<sup>146</sup>.

No relatório publicado em 2012, *Revisão da contribuição da Agenda dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio para promover o Desenvolvimento: lições para a Agenda da ONU para o Desenvolvimento pós-2015*<sup>147</sup>, a Equipa do Sistema das Nações Unidas expõe um conjunto de recomendações que considera centrais para a definição de um novo quadro de actuação.

Mantendo os valores dos ODM, este relatório prevê que a nova Agenda deverá incluir "novos princípios globais, como a sustentabilidade económica, a equidade e igualdade social bem como o respeito pelos Direitos Humanos" (Equipa do Sistema das Nações Unidas, 2012, p. 17). Estas são as prioridades globais identificadas como essenciais ao estabelecimento de um novo quadro de actuação de políticas coerentes, que seja capaz de "reflectir, advogar e integrar os progressos dos ODM" (Equipa do Sistema das Nações Unidas, 2012, p. 18).

A Equipa do Sistema das Nações Unidas sugere que o quadro temporal da nova e inclusiva Agenda seja de 25 anos, e de forma a manter a transparência e a

---

<sup>146</sup> Cf. ONU - disponível em: [http://www.un.org/en/development/desa/policy/untaskteam\\_undf/](http://www.un.org/en/development/desa/policy/untaskteam_undf/), consultado a 15 de Setembro de 2013;

<sup>147</sup> *Review of the contributions of the MDG Agenda to foster Development: Lessons for the post-2015 UN Development Agenda*, disponível em [http://www.un.org/millenniumgoals/pdf/mdg\\_assessment\\_Aug.pdf](http://www.un.org/millenniumgoals/pdf/mdg_assessment_Aug.pdf) como referido acima;

responsabilização enquanto princípios orientadores, razão pela qual é igualmente promovido o "estabelecimento de indicadores intermédios (com intervalos de 5 anos)" (Equipa do Sistema das Nações Unidas, 2012, p. 18).

O quadro a definir deverá, porém, ser mais permeável às diferenças do que o seu antecessor. Assim, a nível global, regional, nacional e local, e de forma a garantir esta flexibilidade, as metas "deverão ser ajustadas às realidades em que estão inseridas, tendo sempre definidos patamares a alcançar" (Equipa do Sistema das Nações Unidas, 2012, p. 19). A monitorização de dados e a dimensão regional do Desenvolvimento são ainda identificadas como sendo fundamentais, pois asseguram a ligação entre as políticas nacionais e globais e permitem uma "resposta coordenada e efectiva" (Equipa do Sistema das Nações Unidas, 2012, p. 19) aos desafios do Desenvolvimento.

#### **4.1.3 O Comité para as Políticas de Desenvolvimento do Departamento de Assuntos Económicos e Sociais da ONU**

O Comité para as Políticas de Desenvolvimento (CPD) é um órgão subsidiário do DESA, composto por 24 membros nomeados por um período de três anos pelo Secretário-Geral da ONU. O Comité tem como principal função dar pareceres independentes sobre os problemas que assolam o Desenvolvimento a nível global, com especial enfoque nos de médio e longo prazo. É igualmente responsável pela revisão dos estatutos dos PED, bem como da monitorização e acompanhamento do seu progresso após a saída dessa categoria<sup>148</sup>.

O CPD publicou, em Junho de 2012, um relatório sobre a estratégia de Desenvolvimento da ONU para o pós-2015, *A Estratégia das Nações Unidas para o Desenvolvimento pós-2015*<sup>149</sup>. Esta culmina da sua 14ª sessão, onde foram examinadas as principais questões para a nova Agenda da ONU para o Desenvolvimento, e feitas reflexões sobre estratégias a adoptar para o cumprimento da visão da *Declaração do*

---

<sup>148</sup> Cf. ONU, disponível em <http://www.un.org/en/development/desa/policy/cdp/index.shtml>, consultado a 5 de Agosto de 2013;

<sup>149</sup> *United Nations Strategy Beyond 2015*, disponível em [http://www.un.org/en/development/desa/policy/cdp/cdp\\_publications/2012cdppolicynote.pdf](http://www.un.org/en/development/desa/policy/cdp/cdp_publications/2012cdppolicynote.pdf), como referido acima;

*Milénio*. O relatório sugere alguns novos contornos para o novo quadro de actuação no âmbito do Desenvolvimento, fruto das reflexões do próprio CPD. Uma das suas principais propostas é que a nova Agenda seja construída em volta dos "princípios, valores e visões expressos na *Declaração do Milénio*, como forma de alargar o conjunto das liberdades individuais de cada cidadão, sustentável e equitativamente" (Comité para as Políticas de Desenvolvimento, 2012, pp. 16-17).

Partindo de uma crítica e balanço dos ODM, o CPD identifica os seis principais desafios ao Desenvolvimento para os quais deverão ser previstas soluções no novo quadro a ser definido. Estes estendem-se "às mudanças nas dinâmicas populacionais [...], às contínuas desigualdades no crescimento a nível nacional e global [...], às crescentes pressões ambientais [...], à instabilidade dos mercados [...], à inadequação da governação em responder aos apelos que lhe são feitos e à própria estrutura da APD" (Comité para as Políticas de Desenvolvimento, 2012, pp. 13-16). O CPD propõe, assim, uma abordagem assente nos princípios da *Declaração do Milénio*, mas que tenha em consideração as "experiências" (Comité para as Políticas de Desenvolvimento, 2012, pp. 16) passadas, como os ODM.

Estes últimos são apontados como deficitários, e, de forma a fazer face às novas prioridades globais, é necessário delinear estratégias que de acordo com as teorias desenvolvimentistas de Amartya Sen<sup>150</sup>, aumentam as liberdades dos indivíduos, e consequentemente, as suas áreas de actuação, enquanto estratégia de fomento do Desenvolvimento. As estratégias propostas pelo CPD passam pela "expansão sustentável das liberdades dos indivíduos, pela redução das disparidades dos progressos entre países, grupos, género e entre os próprios indivíduos, e ainda pela redução de ameaças à segurança, como guerras e recessões económicas" (Comité para as Políticas de Desenvolvimento, 2012, pp. 16-17). Mais ainda, considera que a capacitação e a participação dos indivíduos nestes processos são "impreteríveis para o seu sucesso a nível global" (Comité para as Políticas de Desenvolvimento, 2012, pp. 17).

---

<sup>150</sup> Sen considera que o Desenvolvimento é uma extensão das liberdades individuais se for definido de forma multidimensional e incluir aspectos que fazem realmente diferença na vida de cada um, como económicos, sociais, culturais e políticos. - Cf. Sen, 2000, pp.1-2;

No que é referente à forma dos objectivos que irão formar a nova Agenda, o CPD propõe-nos mais "equilibrados" de forma a reflectir um "crescimento equitativo e uma base comum, assente nos direitos dos indivíduos e em conformidade com a estratégia para o Desenvolvimento desenhada na *Declaração do Milénio*"<sup>151</sup> (Comité para as Políticas de Desenvolvimento, 2012, pp. 17-18).

A estrutura dos objectivos globais proposta, para seguir de perto a *Declaração do Milénio*, passa então pela "redução das desigualdades em todas as suas dimensões" (Comité para as Políticas de Desenvolvimento, 2012, p. 18), um ideal que deverá estar patente não só em todos os objectivos propostos como também "consistir num único objectivo" (Comité para as Políticas de Desenvolvimento, 2012, p.18), de forma a reforçar a premência em extingui-las por completo. Também o Desenvolvimento Sustentável terá de incluir a redução significativa das emissões de CO<sup>2</sup>, considerado um "desafio primordial" (Comité para as Políticas de Desenvolvimento, 2012, p. 18). As liberdades políticas terão conjuntamente de ser abordadas, numa óptica "que inclui os Direitos Humanos, a democracia e a boa governação, e outros aspectos de foro económico e social, como a educação, a saúde e o emprego" (Comité para as Políticas de Desenvolvimento, 2012, p.18). A segurança é igualmente tida em consideração<sup>152</sup>, e deverá também estar "presente transversalmente em todos os objectivos"(Comité para as Políticas de Desenvolvimento, 2012, p.18). O compromisso firmado com a Cooperação Internacional é, segundo a CPD, um "elemento-chave na nova Agenda" (Comité para as Políticas de Desenvolvimento, 2012, p.18). Este estende-se para além da APD, e tem agora de ser redireccionado para uma nova forma de actuação, assente numa Parceria Global, tal como previsto no ODM 8<sup>153</sup> e mais recentemente pelo Painel de Alto Nível.

A proposta do CPD passa também pelo estabelecimento de um quadro de actuação mais alargado que permita desencadear as condições necessárias, a nível nacional e

---

<sup>151</sup> Deverão, assim, ter "enfoque no melhoramento das vidas humanas (através da equidade e segurança), assumir o Desenvolvimento enquanto processo dinâmico e sustentável e em actuação numa grande multiplicidade de áreas, e ainda ser definidos em número limitado, de forma a que a sua estrutura inclua, tal como os ODM, objectivos, metas e indicadores" (Comité para as Políticas de Desenvolvimento, 2012, pp. 17-18);

<sup>152</sup> Em todas as suas dimensões, desde a protecção contra a violência a cuidados de saúde deficitários;

<sup>153</sup> Cf. Comité para as Políticas de Desenvolvimento, 2012, pp. 18-20;

internacional<sup>154</sup>, que conduzam ao efectivo cumprimento dos objectivos estabelecidos. É, assim, através de políticas de escala macro e com propriedades distributivas que estas condições terão espaço para serem criadas, de forma a que, após identificados os factores de crescimento de cada região, possam formar um paradigma com características "pró-desfavorecidos, pró-crescimento e pró-ambientais"<sup>155</sup>. Desta forma será possível conjugar num só quadro de actuação um "conjunto alargado de objectivos" (Comité para as Políticas de Desenvolvimento, 2012, p. 48) e quatro dos maiores problemas que afectam regiões em desenvolvimento<sup>156</sup>.

Também um ideal de monitorização é proposto. Este passa, tal como os ODM, por "relatórios periódicos de cariz global, nacional e regional" (Comité para as Políticas de Desenvolvimento, 2012, p. 21), com especial enfoque no segundo. As análises de progressos deverão ainda ser alvos de "reformulação, apostando na coordenação da monitorização dos dados e na coerência dos métodos utilizados para tal" (Comité para as Políticas de Desenvolvimento, 2012, p. 21).

Esta proposta do CPD pretende constituir uma Cooperação para o Desenvolvimento assente na distribuição dos benefícios da globalização e, consequentemente, na crescente interdependência entre actores e realidades globais. É através dos ainda válidos princípios expressos na *Declaração do Milénio* que será possível a formulação e implementação de uma Agenda visionária e que fomente a participação de todos.

#### **4.1.4 O Conselho de Liderança da Rede de Soluções para o Desenvolvimento Sustentável da ONU**

A Rede de Soluções para o Desenvolvimento Sustentável da ONU foi criada em 2012, por uma iniciativa de promoção do Desenvolvimento Sustentável lançada pelo Secretário-Geral. Tem o principal intuito de mobilizar o conhecimento científico e tecnológico global em prol do Desenvolvimento Sustentável, e a missão de definir a

---

<sup>154</sup> Cf. Comité para as Políticas de Desenvolvimento, 2012, pp. 42-53;

<sup>155</sup> No original "pro-poor, pro-growth, and pro-environment". Cf - Comité para as Políticas de Desenvolvimento, 2012, p. 22;

<sup>156</sup> Fome, financiamento, desigualdades e questões ambientais - Cf. Comité para as Políticas de Desenvolvimento, 2012, pp. 22-23;

Agenda do Desenvolvimento Sustentável pós-2015. Através de muitas e diversificadas colaborações, e seguindo os princípios estabelecidos na Conferência Rio+20, este Conselho de Liderança da Rede de Soluções apresentou a Ban Ki-Moon, em Junho de 2013, o relatório *Uma Agenda de Acção para o Desenvolvimento Sustentável*. Neste documento estão congregados os desafios, objectivos e metas que espera serem tidos em conta aquando da definição de uma nova Agenda para o Desenvolvimento e dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)<sup>157</sup>.

Neste relatório é explícito que a visão consubstanciada na Conferência Rio+20 é seguida de perto e integra, de forma holística, "quatro dimensões da sociedade consideradas como sendo necessárias ao bem-estar das sociedades e dos indivíduos" (ONU, 2013, p.12), e também comuns ao Desenvolvimento Humano<sup>158</sup>. A partilha de uma visão para o mundo permite um enfoque e colaboração estreitas no que é referente a estas duas indissociáveis vertentes do Desenvolvimento, cujos objectivos podem apenas ser atingidos através de "esforços comuns, rumo ao objectivo final de erradicar a pobreza" (Conselho de Liderança da Rede de Soluções para o Desenvolvimento Sustentável da ONU, 2013, p. 25).

A proposta dos ODS é uma abordagem que segue a linha dos objectivos propostos pelo Painel de Alto Nível. Assim, através de uma actuação em diferentes escalas (global, regional, nacional e local), será possível conduzir e combater os desafios do Desenvolvimento Sustentável de forma "clara, objectiva e integrada" (Conselho de Liderança da Rede de Soluções para o Desenvolvimento Sustentável da ONU, 2013, p. 25). Os ODS pretendem ser operacionalizáveis não só em países, como também em empresas e através da sociedade civil<sup>159</sup>.

---

<sup>157</sup> Os ODS um dos maiores resultados directos da Conferência Rio+20, na medida em que foi lançado pelos Estados-Membro da ONU um programa para o estabelecimento de ODS, em conformidade com os ODM, de forma a convergirem na Agenda para o Desenvolvimento pós-2015. Através de um grupo de trabalho inter-governamental, os ODS serão apresentados ao Secretário-Geral enquanto proposta de acção para o Desenvolvimento Sustentável. - Cf. Desenvolvimento Sustentável, disponível em <http://sustainabledevelopment.un.org/index.php?menu=1300>, consultado a 30 de Agosto de 2013;

<sup>158</sup> Estas são o desenvolvimento económico inclusivo, a inclusão social, a sustentabilidade ambiental e a boa governação (que inclui paz e segurança);

<sup>159</sup> Cf. Conselho de Liderança da Rede de Soluções para o Desenvolvimento Sustentável da ONU, 2013, p. 25;



Divididos entre objectivos e metas, o quadro dos ODS, para além da proximidade com a *Declaração do Milénio* e com os ODM, pretende ser universal e dependerá da monitorização (apesar de na proposta deste relatório não constarem ainda indicadores), por via das novas tecnologias. Isto permitir-lhes-á terem "dados *online*, em tempo real e sempre disponíveis para consulta" (Conselho de Liderança da Rede de Soluções para o Desenvolvimento Sustentável da ONU, 2013, p. 27).

Pensados para um limite temporal de 15 anos, os ODS integram dez objectivos e 30 metas igualmente repartidas (e com níveis de actuação em diferentes escalas) [ver Anexo V], que conjugados com as quatro dimensões da sociedade anteriormente referidas, pretendem fazer parte do cenário pós-2015 de forma consistente<sup>160</sup>.

#### **4.1.5 O Conselho Europeu**

O Conselho Europeu é uma das sete instituições da União Europeia, onde se reúnem os representantes dos governos dos Estados-Membro. A composição das reuniões do Conselho e a sua frequência variam em função das matérias tratadas, rotatividade essa que é acompanhada pelos ministros europeus das respectivas áreas em discussão<sup>161</sup>. O Conselho é presidido pelos 28 Estados-Membro da União Europeia em regime de rotatividade por períodos de seis meses. Cabe à Presidência a direcção das reuniões, a proposta de orientações e a preparação de compromissos necessários à tomada de decisão.

Após a reunião de Assuntos Gerais, em Bruxelas a 25 de Junho de 2013, foi publicado um comunicado do Conselho Europeu em que estão expressos os compromissos e acções que o mesmo levará avante com o objectivo de chegar à Agenda pós-2015, A

---

<sup>160</sup> Cf. Conselho de Liderança da Rede de Soluções para o Desenvolvimento Sustentável da ONU, 2013, pp. 28-33;

<sup>161</sup> As principais competências do Conselho são a adopção de actos legislativos (em co-decisão o Parlamento Europeu), a contribuição para a coordenação das políticas dos Estados-Membro, o desenvolvimento da política externa e segurança comuns, a celebração de acordos internacionais em nome da União Europeia, e ainda a aprovação, com o Parlamento Europeu, do orçamento da União Europeia - Cf. Conselho Europeu - disponível em <http://www.consilium.europa.eu/council?lang=pt>, consultado a 14 de Setembro de 2013;

*Agenda Inclusiva pós-2015: Conclusões do Conselho da União Europeia*<sup>162</sup>. O Conselho começa por reforçar o compromisso europeu para com a erradicação da pobreza e em prol de um Desenvolvimento Sustentável, deixando claro que irá trabalhar com parceiros de distintas áreas, "sociedade civil, instituições académicas, autoridades locais e sector privado" (Conselho Europeu, 2013, p.1), de forma a identificar as temáticas prioritárias para a nova Agenda.

Num primeiro momento, o Conselho reflecte sobre o caminho do Desenvolvimento construído após a assinatura da *Declaração do Milénio* e pelos ODM, identificando a adjudicação de 0.7% dos RNB à Cooperação para o Desenvolvimento como o "passo decisivo ao cumprimento dos ODM até 2015" (Conselho Europeu, 2013, p.2). Tendo em conta a dimensão dos desafios a superar, o Conselho reitera ainda que a União Europeia e os seus Estados-Membro farão parte integral das medidas a tomar de forma a garantir o cumprimento dos compromissos para com o Desenvolvimento no limite estabelecido<sup>163</sup>.

Numa segunda fase do comunicado, ao enfatizar que a erradicação da pobreza e o Desenvolvimento Sustentável são factores indissociáveis, o Conselho propõe, para o novo quadro de actuação, um conjunto de acções que considera fundamentais. Estes incluem a integração das dimensões do Desenvolvimento Sustentável<sup>164</sup> na nova Agenda pós-2015, de forma a que nesta estejam salvaguardadas os princípios e Direitos Humanos de cada indivíduo. Da mesma forma, reforça a impossibilidade de alcançar o Desenvolvimento em contextos de "violência e conflito, apelando à paz e à segurança" (Conselho Europeu, 2013, p.3).

A coerência de medidas e políticas é, para o Conselho, um aspecto central na prossecução dos ODM e no estabelecimento de um novo quadro de actuação para o Desenvolvimento. Este deverá estar em conformidade com anteriores compromissos internacionais (firmados em Paris, Acra e Busan), a par do compromisso financeiro de todos os actores da sociedade internacional através da APD ou inclusivamente do IDE.

---

<sup>162</sup> *The Overarching Post 2015 Agenda: Council Conclusions*, disponível em [http://www.pbsdialogue.org/newsandevents/2013/Council%20Conclusions%20adopted%20on%2025%20%20June%202013%20on%20Post-2015%20Agenda%20\(3\).pdf](http://www.pbsdialogue.org/newsandevents/2013/Council%20Conclusions%20adopted%20on%2025%20%20June%202013%20on%20Post-2015%20Agenda%20(3).pdf), como referido acima;

<sup>163</sup> Cf. Conselho Europeu, 2013, p. 2;

<sup>164</sup> Desenvolvimento económico inclusivo, integração social e sustentabilidade ambiental e a boa governação;

Só assim, conclui o Conselho, será possível à União Europeia e aos seus Estados-Membro ter um papel activo e determinante na construção do novo quadro de actuação para a Cooperação para o Desenvolvimento<sup>165</sup>.

#### 4.1.6 A Comissão Europeia

A Comissão Europeia é a instituição que representa e defende os interesses da União Europeia, e que garante a correcta aplicação legislativa em cada um dos seus Estados-Membro<sup>166</sup>.

A 27 de Fevereiro de 2013, a Comissão Europeia apresentou um comunicado ao Parlamento e Conselho Europeus, ao Comité Europeu Económico e Social e ao Comité das Regiões, onde propõe uma acção e resposta coerente conjunta face aos principais desafios universais da Cooperação para o Desenvolvimento, comprometendo-se a dar continuidade ao trabalho iniciado pelos ODM. Através de *Uma Vida Digna para Todos: Erradicar a Pobreza e Dar ao Mundo um Futuro Sustentável*<sup>167</sup>, a Comissão Europeia reflecte nas principais causas de mudança a nível global, propondo que a actuação conjunta esteja de acordo com o estabelecido nos ODM e na Conferência Rio+20<sup>168</sup>.

Desta forma, e uma vez mais aliando a erradicação da pobreza ao Desenvolvimento Sustentável, a Comissão identifica os elementos prioritários à Agenda pós-2015. Estes incluem padrões de vida dignos<sup>169</sup>, indicadores que garantam um "crescimento sustentável e inclusivo [...], uma gestão eficaz dos recursos naturais [...], a igualdade,

---

<sup>165</sup> Cf. Conselho Europeu - *Op. cit.*, 2013, p. 5;

<sup>166</sup> Tem ainda o direito de propor nova legislação ao Parlamento Europeu e ao Conselho Europeu. Regida pelos princípios da subsidiariedade e da proporcionalidade, a Comissão pode apenas legislar onde a acção europeia é mais eficaz do que a acção nacional, regional ou local, e apenas até atingir os objectivos previstos - Cf. Comissão Europeia - disponível em [http://ec.europa.eu/atwork/index\\_en.htm](http://ec.europa.eu/atwork/index_en.htm), consultado a 14 de Setembro de 2013;

<sup>167</sup> *A Decent Life for All: Ending poverty and giving the world a sustainable future*, disponível em [http://ec.europa.eu/europeaid/documents/2013-02-](http://ec.europa.eu/europeaid/documents/2013-02-22_communication_a_decent_life_for_all_post_2015_en.pdf)

<sup>22</sup> [communication\\_a\\_decent\\_life\\_for\\_all\\_post\\_2015\\_en.pdf](http://ec.europa.eu/europeaid/documents/2013-02-22_communication_a_decent_life_for_all_post_2015_en.pdf), como referido acima;

<sup>168</sup> Cf. Comissão Europeia, 2013 [a], pp. 1-7;

<sup>169</sup> Que concedam ao indivíduo os Direitos, em conformidade com os que estavam já salvaguardados pelos ODM;

equidade e justiça [...], bem como a paz e a segurança" (Comissão Europeia, 2013 [a], pp. 7-11).

Quanto aos princípios pela qual deverá ser regida a Agenda pós-2015, a Comissão Europeia sugere que através de uma "cobertura universal" (Comissão Europeia, 2013 [a], p.11), este quadro de actuação poderá levar mais longe os princípios do Desenvolvimento Sustentável: "crescimento económico inclusivo, inclusão social e sustentabilidade ambiental" (Comissão Europeia, 2013 [a], p. 11). Assim, será possível reconhecer que a "pobreza multidimensional, a prosperidade e o bem-estar não podem ser apenas medidos em aspectos financeiros [...], mas têm de integrar os princípios básicos de vivência e Direitos Humanos" (Comissão Europeia, 2013 [a], pp.11) que concedam aos indivíduos uma "vida digna, segura e próspera, num contexto democrático e com instituições representativas [...], onde a igualdade de género e o empoderamento das mulheres são também uma realidade" (Comissão Europeia, 2013 [a], p. 11). Aspectos como a "transparência, responsabilidade e coerência" (Comissão Europeia, 2013 [a], p.13) são igualmente princípios fulcrais para que a Agenda das Nações Unidas para o Desenvolvimento pós-2015 seja um "veículo" (Comissão Europeia, 2013 [a], pp. 13) que conduza à erradicação da pobreza.

Já em Julho de 2013, a Comissão apresentou um segundo comunicado às mesmas entidades, relativo ao financiamento da erradicação da pobreza e do Desenvolvimento Sustentável. Este desenhava uma abordagem europeia de financiamento dos assuntos relativos ao Desenvolvimento e a reflectia de que forma esta devia ser estruturada, na disponibilidade de recursos e como poderiam ser mobilizados, que processos poderiam ser utilizados e que princípios seriam aplicados<sup>170</sup>.

*Pós-2015: rumo a uma abordagem compreensiva e integrada para o financiamento da erradicação da pobreza e Desenvolvimento Sustentável*<sup>171</sup> dá então ênfase ao financiamento da Cooperação para o Desenvolvimento em PED, mas a proposta é

---

<sup>170</sup> Comissão Europeia - Pós-2015: rumo a uma abordagem compreensiva e integrada para o financiamento da erradicação da pobreza e Desenvolvimento Sustentável. Bruxelas: Comissão Europeia, 2013 [b], p. 2;

<sup>171</sup> *Beyond 2015: towards a comprehensive and integrated approach to financing poverty eradication and sustainable development*, disponível em [http://ec.europa.eu/europeaid/what/development-policies/financing\\_for\\_development/documents/financing\\_for\\_dev\\_2013\\_communication\\_en.pdf](http://ec.europa.eu/europeaid/what/development-policies/financing_for_development/documents/financing_for_dev_2013_communication_en.pdf), como referido acima;

extensível à escala global. A Comissão salvaguarda que os recursos têm de ser utilizados da "forma mais eficaz possível" (Comissão Europeia, 2013 [b], p.2), tal como acontece com as políticas e medidas que visam o Desenvolvimento.

A Comissão expressa que uma agenda global com objectivos globais deverá "motivar todos os actores da sociedade internacional [...] a disponibilizarem os seus recursos para um bem maior" (Comissão Europeia, 2013 [b], p.2). Esta premissa é, no entanto, salvaguardada por ter de ser complementada por uma abordagem que reflecta e tenha em conta os recursos disponíveis para cada diferente actor da sociedade internacional. Assim, são identificados os princípios gerais que poderão conduzir as negociações financeiras no âmbito do pós-2015, que passam pela adaptação do financiamento às políticas e medidas tomadas, de forma a aumentar o seu grau de eficiência<sup>172</sup>. Da mesma forma, todos os recursos têm de ser priorizados e enquadrados em três categorias, "públicos domésticos, públicos internacionais ou privados" (Comissão Europeia, 2013 [b], p.9), para que seja possível edificar uma estrutura que dê a mais adequada resposta a cada situação, tanto a nível nacional como internacional. A monitorização dos financiamentos é também um aspecto a ter em conta, por ser imprescindível à responsabilização e transparência das mesmas<sup>173</sup>.

#### **4.1.7 As Organizações da Sociedade Civil**

O apelo para a viragem da Cooperação para o Desenvolvimento num cenário pós-2015 ultrapassou as barreiras das altas instâncias internacionais e estendeu-se a quem é directamente referente: às pessoas. Através de programas a cargo de diversas Organizações da Sociedade Civil e não só, foi possível convergir vozes, vontades e consensos que marcaram presença na definição de um caminho traçado para o Desenvolvimento.

A dimensão dos projectos e intervenções são variáveis, bem como as suas áreas de actuação. Estes representam ferramentas fundamentais ao Desenvolvimento, não só pela proximidade que detém com o "grande público", como por terem uma intervenção

---

<sup>172</sup> Cf. Comissão Europeia, 2013 [b], p. 10;

<sup>173</sup> Cf. Comissão Europeia, 2013 [b], pp. 2-10;

localizada e específica, cobrindo áreas onde a APD tendencialmente não alcança, ou, por outro lado, reforçando a sua actuação. Constituem, por isso, exemplos transversais aos ideais e valores do Desenvolvimento, presentes não só nos ODM como também na definição da sua nova fase.

A iniciativa "Um Mundo na Escola"<sup>174</sup> é retrato disso mesmo, sendo um movimento que, através da coordenação de programas e iniciativas de natureza educacional<sup>175</sup>, pretende colocar na escola 57 milhões de crianças que ainda não a frequentam. Desta forma, reflectem directamente as aspirações dos ODM no que diz respeito à escolaridade infantil, e àquilo que tem vindo a ser proposto para a nova Agenda. Através de um *call to action* dirigido a toda a comunidade internacional, esta iniciativa aliou-se a um número de instituições, e afirma-se como uma plataforma de acção conjunta que, apesar de estabelecida em Abril de 2013, tem já em vista a cada vez mais próxima realidade do pós-2015.

Paralelamente, e enquadrada nesta plataforma, o Secretário-Geral da ONU lançou uma iniciativa global da educação em Setembro de 2012, a "Iniciativa Global da Educação Primeiro"<sup>176</sup>. Aliado a Malala Yousafzai e a inúmeras outras organizações e entidades, Ban Ki-Moon pretende dar um grande incentivo ao investimento em todos os níveis de educação, de forma a garantir o seu acesso e qualidade, e ainda a aquisição de conhecimentos e competências duradouras, para criar cidadãos conscientes e globais<sup>177</sup>.

Seguindo de perto a "Campanha do Milénio das Nações Unidas"<sup>178</sup> lançada por Kofi Annan, Ban Ki-Moon lançou também, em Abril de 2013, a iniciativa *MDG Momentum* como forma de marcar o início da contagem decrescente dos 1000 dias para o fim do cumprimento dos ODM. Através de diversas iniciativas dentro e fora do âmbito da ONU, este marco temporal foi "continuamente lembrado e reforçado a nível

---

<sup>174</sup> *A World at School*;

<sup>175</sup> Cf. Um Mundo na Escola, disponível em <http://www.aworldatschool.org/pages/about-us>, consultado a 17 de Agosto de 2013;

<sup>176</sup> *Global Education First Initiative*;

<sup>177</sup> Cf. Educação Primeiro, disponível em <http://www.globaleducationfirst.org/about.html>, consultado a 17 de Agosto de 2013;

<sup>178</sup> *UN Millennium Campaign*;

internacional como forma de incentivar o reforço de políticas já iniciadas" (Ki-Moon, 2013, p. 9).

Também através do lançamento da plataforma "Mundo que Queremos"<sup>179</sup>, foi possível à sociedade civil congregar as vozes, as visões e os sonhos de milhares de indivíduos anónimos provenientes de todo o mundo sobre o pós-2015, que conjuntamente têm um papel influente na sua definição. Através de inquéritos, comentários e uma participação activa da sociedade civil a nível global, esta plataforma criou uma base de dados interactiva onde todas estas visões são expostas, de forma a tomarem um lugar de destaque nos principais palcos de discussão internacional sobre a nova Agenda<sup>180</sup>.

Em Setembro de 2013, a "Mundo que Queremos" deu o nome a completo relatório editado pelo Grupo para o Desenvolvimento das Nações Unidas<sup>181</sup>, que condensa os resultados de uma conversação global da sociedade civil sem precedentes sobre as visões para a Agenda pós-2015. Através de três principais fontes<sup>182</sup>, foi possível analisar e apresentar ao Secretário-Geral da ONU um relatório que congrega as vozes daqueles que pedem à sociedade internacional um futuro melhor.

Através de *Um Milhão de Vozes: O Mundo que Queremos - Um Desenvolvimento Sustentável com Dignidade para Todos*<sup>183</sup>, a sociedade civil destacou as áreas como a saúde, a educação, o acesso a água potável, o combate à fome e às desigualdades, a segurança alimentar e a nutrição, o estímulo do crescimento e do emprego, a sustentabilidade ambiental e a segurança energética como prioridades a ter em consideração aquando da definição da nova Agenda.

É desta forma que a participação da sociedade civil é incentivada, tornando-se num importante factor aquando das discussões e apresentação de propostas para definição do quadro pós-2015. O Desenvolvimento, por ser por todos e para todos, necessita

---

<sup>179</sup> *World We Want*;

<sup>180</sup> Cf. Mundo que Queremos, disponível em <http://www.worldwewant2015.org/post2015-about>, consultado a 17 de Agosto de 2013;

<sup>181</sup> *United Nations Development Group*;

<sup>182</sup> 88 consultores nacionais provenientes de países a que a ONU presta assistência à governação, 11 consultores liderados pelas agências da ONU e em directa sintonia com governos e os mundos empresarial e académico, e por fim a plataforma *World We Want* - Cf. Grupo para o Desenvolvimento das Nações Unidas, 2013, pp. 3-4;

<sup>183</sup> *A Million Voices: The World We Want - A Sustainable Future with Dignity for All*;

destes diferentes *inputs* como forma de garantir uma participação plena nos seus processos de decisão.

#### 4.1.8 O Relatório do Secretário-Geral

A 26 de Julho de 2013, Ban Ki-Moon publicou um relatório intitulado *Uma vida digna para todos: acelerar o progresso rumo aos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio e avançar a Agenda das Nações Unidas para o Desenvolvimento pós-2015*<sup>184</sup>. Neste, o Secretário-Geral faz um balanço próprio dos ODM e das políticas que melhor estão a resultar para a sua prossecução, bem como reafirma a "urgência para o aceleração das políticas em curso tendo em vista a aproximação ao ano de 2015" (Ki-Moon, 2013, p. 10).

A terceira parte do relatório é composta por considerações relativas à Agenda das Nações Unidas para o Desenvolvimento pós-2015. Desta forma, Ban Ki-Moon expõe a sua opinião sobre as visões e as acções transformadoras da nova Agenda a ser definida, e conclui que os elementos-chave para a sua definição foram já identificados pelo Painel de Alto Nível, pelo Comité para as Políticas de Desenvolvimento, pelas Organizações da Sociedade Civil, e pela Rede de Soluções para o Desenvolvimento Sustentável. Reforça ainda que o "denominador comum estabelecido por todas estas entidades é encorajador" (Ki-Moon, 2013, p.12), e que representa a importância crucial da discussão internacional em prol da definição de um "plano de acção coerente e a todos aplicável" (Ki-Moon, 2013, p.13).

Os elementos-chave comuns incluem, assim, a "universalidade na mobilização de esforços e participação de toda a sociedade internacional não deixando ninguém para trás; [...] num Desenvolvimento Sustentável claramente focado na erradicação da pobreza; [...] [...] em políticas e transformações económicas inclusivas, capazes de criar emprego e auxiliadas por tecnologias sustentáveis de forma a alterar padrões de consumo e produção; [...] na paz e na governação, essenciais a qualquer sociedade e

---

<sup>184</sup> *A life of dignity for all: accelerating progress towards the Millennium Development Goals and advancing the United Nations development agenda beyond 2015*, disponível em <http://www.un.org/millenniumgoals/pdf/A%20Life%20of%20Dignity%20for%20All.pdf>, como referido acima;



potenciadores do Desenvolvimento; [...] numa nova Parceria Global, em que os interesses comuns são reconhecidos e transformados em políticas concretas e eficazes; [...] e na capacidade de resposta da sociedade internacional, por meio das suas instituições e "ferramentas", em implementar a nova Agenda" (Ki-Moon, 2013, pp. 12-13) num contexto global.

Ban Ki-Moon considera que, apenas com um conjunto de 15 acções transformadoras, a nova Agenda para o Desenvolvimento estará completa [ver Anexo VI]. Através destas, de uma parceria extensível a todos os sectores da sociedades e ainda à APD, será possível dar à nova Agenda uma estrutura coerente e suficientemente sólida capaz de levar avante as novas premissas do Desenvolvimento. Uma actuação perante os desafios comuns requer, diz, "um compromisso de cooperação renovado, onde as diversas vozes provenientes dos quatro cantos do mundo sejam ouvidas e tidas em conta, para que seja possível construir um mundo justo e providenciar a todos uma vida digna" (Ki-Moon, 2013, p. 18).

#### **4.2 O combate às desigualdades num cenário pós-2015**

Idealmente, o novo quadro do Desenvolvimento será desenhado de forma a dar uma resposta clara e efectiva às desigualdades que persistem no cenário global, não só pela sua urgência, como também enquanto factor de continuidade para com os ideais de igualdade estabelecidos na *Declaração do Milénio*, nos ODM e através dos próprios Direitos Humanos<sup>185</sup>. A forma de incluir o combate às desigualdades no cenário pós-2015 será fulcral para denunciar os grupos sociais que persistentemente não são abrangidos pelas acções de Cooperação para o Desenvolvimento.

A última década tem sido palco de uma significativa mudança na estrutura dos Direitos Humanos, tendo aumentado a consciência sobre as desigualdades no alcance aos mais básicos Direitos de cada um. A negação destes Direitos são actos de discriminação e marginalização, geralmente baseados no desigual reconhecimento de direitos culturais, sociais, políticos, económicos e de acesso à justiça e à segurança.

---

<sup>185</sup> Cf. Brinkman, Attree & Hezir, 2013, pp. 15-16;

Todas estas são *desigualdades horizontais*, definidas por Francis Stewart como "as desigualdades entre grupos culturalmente definidos" (Stewart, 2002, p. 2), e consideradas as principais causas de conflitos generalizados a nível global. As disparidades no "reconhecimento do património cultural, linguístico e religioso, de costumes, normas e práticas, na distribuição do poder e no acesso à participação política e económica, [...] no que é respeitante ao género e ao acesso a serviços de educação e saúde e ainda no acesso à justiça e à segurança são causadoras de discriminação e marginalização" (Albuquerque, 2012, pp. 3-6), e consequentemente de situações de pobreza.

A Agenda pós-2015 terá então de "ser universal no combate às desigualdades, bem como reflectir o compromisso de combate às dificuldades diárias de milhões de indivíduos que sofrem estes tipos de discriminação" (Albuquerque, 2012, p. 4). "A equidade é um objectivo a atingir, [...] auxiliado pela monitorização de progressos" (Albuquerque, 2012, p. 4), um aspecto crucial para que todos os governos e entidades possam priorizar os grupos que necessitam de intervenções de carácter mais urgente.

A monitorização dos ODM, baseada em médias de progressos atingidos, tem no seu "ângulo morto" (Albuquerque, 2012, p. 6), as desigualdades dos grupos mais discriminados, acabando assim por omitir diversas situações urgentes. A integração do combate às desigualdades no cenário pós-2015 terá então de ser feita de "forma mais eficiente, apoiada numa monitorização de dados correctamente executada, e em que as metas estabelecidas se foquem especificamente nos grupos mais necessitados" (Albuquerque, 2012, p. 8). A eliminação das desigualdades na Agenda pós-2015 funcionaria enquanto "ferramenta de identificação destes grupos, [...] ao mesmo tempo que potenciaria uma melhor e mais precisa monitorização de progressos" (Albuquerque, 2012, pp. 8-9), e assim ajustar as acções e políticas da Cooperação para o Desenvolvimento de forma a que correspondam de forma mais acertada às realidades do século XXI.

Os ODM são um exemplo de como o combate às desigualdades numa abordagem vertical pode ser concretizada. Ao destacar combate às desigualdades num objectivo específico (ODM 3), estes acabam por "isolar" apenas um dos seus múltiplos aspectos.

O ODM 3 tem, assim, sido alvo de críticas por limitar a igualdade de género à educação, à presença de mulheres no sector não-agrícola e com assento em parlamentos nacionais. As disparidades entre o objectivo e metas estabelecidas, a par dos únicos indicadores directamente referentes ao combate às desigualdades presentes nos ODM, "são prova da dificuldade em estabelecer um único objectivo que abarque uma destas realidades em todas as suas dimensões" (Albuquerque, 2012, p.9).

Por isso, num cenário pós-2015 o combate às desigualdades irá provavelmente assumir contornos diferentes e mais concentrados na difusão do ideal do combate às desigualdades em todas as frentes. Uma abordagem transversal é, deste modo, um quadro de actuação plausível, pela mais "completa abordagem às desigualdades em todas as áreas" (Albuquerque, 2012, p. 9). A abordagem transversal pressupõe um compromisso assumido perante a igualdade, patente nos objectivos estabelecidos e retratado nas respectivas metas e indicadores<sup>186</sup>. O desafio passará, assim, pelo estabelecimento de um "objectivo exclusivamente dedicado à igualdade, acompanhado de diversas metas que sejam referentes a distintos sectores" (Albuquerque, 2012, p.9).

Enquanto factores que incitam o conflito e a violência globais, as desigualdades horizontais detêm uma importância crucial no cenário a definir para o pós-2015, porque representam um impedimento em atingir o bem-estar do indivíduo, e, conseqüentemente, são nefastas ao Desenvolvimento. Através da transversalidade no seu combate, a sociedade internacional seria capaz de dar "respostas mais capacitadas, eficazes e ajustadas a reais situações de emergência" (Stewart, 2002, p. 34).

#### **4.3 A 68ª Assembleia Geral das Nações Unidas**

A Assembleia Geral foi estabelecida em 1945 pela *Carta das Nações Unidas* e é o principal órgão deliberativo, executivo e representativo das Nações Unidas. Estando representados os actuais 193 membros da ONU, a Assembleia Geral é o "único fórum de discussão multilateral do mundo que cobre por inteiro os assuntos mais generalistas

---

<sup>186</sup> Os termos "objectivo", "meta" e "indicador" são aqui utilizados de forma independente, não sendo referentes à estrutura da Agenda da ONU para o Desenvolvimento pós-2015 por esta ainda ser desconhecida - Cf. Albuquerque, 2012, p. 8-9;

e mais específicos da sociedade internacional" (Bennet & LeRoy, 2002, p. 65), e tem também um papel significativo no estabelecimento e codificação do Direito Internacional. Os poderes da Assembleia Geral são variados<sup>187</sup>, e tem um regulamento interno próprio. Para cada sessão, que dura entre Setembro e Dezembro de cada ano, é eleito um Presidente e escolhido um tema central para discussão mais aprofundada<sup>188</sup>.

A 68ª sessão da AGNU teve início no dia 17 de Setembro de 2013, e entre os dias 24 de Setembro e 2 de Outubro o debate foi "A Agenda do Desenvolvimento pós-2015: preparando o palco"<sup>189</sup>. Sob alçada do Presidente escolhido, John William Ashe<sup>190</sup>, a 68ª sessão foi composta por reuniões de alto nível, um debate geral, reuniões plenárias e eventos no âmbito do Desenvolvimento. Em especial, foi feita uma avaliação dos ODM, incitada uma coordenação de esforços para os cumprir até 2015 e ainda conversações que marcaram o início oficial da edificação da Agenda das Nações Unidas para o Desenvolvimento pós-2015. Temáticas como o Desenvolvimento inclusivo e Sustentável e o desarmamento foram também abordadas pela preponderância e importância no actual contexto mundial.

Na abertura da Assembleia Geral, Ban Ki-Moon deixou claro que a sociedade internacional está em vésperas "de uma muito importante tarefa"<sup>191</sup>. Assim, no âmbito

---

<sup>187</sup> Incluem advertências para a manutenção dos princípios da cooperação, paz e segurança, recomendações e discussão sobre qualquer outro órgão ou programa da ONU, iniciar estudos e fazer recomendações que visem a promoção da cooperação política internacional que garantam a realização dos Direitos Humanos e liberdades fundamentais do indivíduo, dar parecer a relatórios oriundos do Conselho de Segurança e outros órgãos da ONU, dar parecer (e aprovar) o orçamento das Nações Unidas, eleger os membros não-permanentes do Conselho de Segurança, os membros dos comités das Nações Unidas e, sob recomendação do Conselho de Segurança, eleger o Secretário-Geral da ONU (Bennet & LeRoy, 2002, pp. 67-69 e ONU - Assembleia Geral das Nações Unidas. Disponível em <http://www.un.org/en/ga/about/background.shtml>, consultado a 14 de Setembro de 2013)

<sup>188</sup> Para a tomada de decisões, cada Estado-Membro tem um voto, e a aprovação de questões relativas à segurança e à paz requerem a reunião de dois terços dos votos, enquanto outras decisões necessitam de uma maioria simples. - Cf. ONU - Assembleia Geral das Nações Unidas. Disponível em <http://www.un.org/en/ga/about/background.shtml>, consultado a 12 de Setembro de 2013;

<sup>189</sup> *Post-2015 Development Agenda: Setting the Stage*, disponível em <http://www.un.org/en/ga/president/68/settingthestage/>;

<sup>190</sup> John William Ashe é o Representante Permanente de Antígua e Barbuda nas Nações Unidas, embaixador da OIT e é actualmente uma das mais proeminentes figuras do Desenvolvimento Sustentável a nível mundial. Com participações de peso no processo preparatório da Conferência Rio+20, na Conferência Mundial do Desenvolvimento Sustentável de 2002 e ao tornar-se Presidente da Comissão das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável, Ashe foi unanimemente escolhido para presidir a 68ª Assembleia Geral da ONU - Cf. - PNUD - disponível em: [http://ssc.undp.org/content/ssc/services/policy/governing\\_bodies/the\\_hlc\\_bureau/john\\_w\\_ashe\\_biography.html](http://ssc.undp.org/content/ssc/services/policy/governing_bodies/the_hlc_bureau/john_w_ashe_biography.html), consultado a 18 de Setembro de 2013;

<sup>191</sup> ONU - Assembleia Geral das Nações Unidas. Disponível em <http://www.un.org/en/ga/68/meetings/>, consultado a 14 de Setembro de 2013;

do pós-2015, John Ashe revelou que o "Palco" a preparar para a Agenda pós-2015 seria estabelecido em colaboração com cada um dos Estados-Membros. Divulgou também que as reuniões de alto nível seriam referentes "às necessidades das mulheres, jovens e sociedade civil (e de que forma melhorar a utilização das suas contribuições ao Desenvolvimento), às contribuições dos Direitos Humanos e o Estado de Direito ajustados à moldura do pós-2015 (de forma a mantê-los enquanto princípios orientadores, a par da boa governação) e ainda à cooperação Sul-Sul (de forma a estudar de que forma as tecnologias de informação e comunicação poderão maximizar o cumprimento de metas estabelecidas)"<sup>192</sup>.

As parcerias, sociedades pacíficas e o papel da água potável, saneamento e energia sustentável são elementos-chave no novo enquadramento do Desenvolvimento, razão pela qual farão igualmente parte das temáticas destas reuniões. A par destes assuntos, também outros, considerados críticos no âmbito do Desenvolvimento, foram discutidos durante a Assembleia Geral, como as migrações, o desarmamento nuclear, os ODM, as deficiências e ainda o papel do investimento em apoiar o continente africano a cumprir as suas metas de Desenvolvimento<sup>193</sup>.

A 25 de Setembro, o evento especial para o alcance dos ODM arrancou com um discurso de Ashe, que evidenciou a obrigação moral dos Estados-Membro em estabelecer uma Agenda pós-2015, por esta representar uma forma eficaz de combate aos problemas mundiais mais urgentes. Esta Agenda terá porém, esclareceu, de ir mais longe do que os ODM, porque o seu conteúdo significará a sobrevivência para milhões de pessoas. É através do contributo de todos os Estados-Membro, e da própria ONU, que o "objectivo global da nova Agenda será deixar um legado duradouro, que melhore a dignidade e bem-estar humanos"<sup>194</sup> e promova a Segurança Humana.

---

<sup>192</sup> ONU - disponível em: <http://www.un.org/News/Press/docs/2013/ga11415.doc.htm>, consultado a 18 de Setembro de 2013;

<sup>193</sup> Também durante esta Assembleia Geral se discutirá a actual situação da Síria, e começar-se-á a preparar a Terceira Conferência Internacional sobre Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento - ONU - disponível em: <http://www.un.org/News/Press/docs/2013/ga11415.doc.htm>, consultado a 18 de Setembro de 2013;

<sup>194</sup> Discurso de John Ashe a 25 de Setembro de 2013, na 68ª Assembleia Geral da ONU. Disponível em: <http://www.un.org/en/ga/president/68/pdf/statements/09252013Opening%20of%20PGA%20Special%20Event%20on%20MDGs.pdf>, consultado a 25 de Setembro de 2013;

Para realizar esta visão de Ashe, os Estados-Membro têm contribuído com pequenas e concisas intervenções<sup>195</sup>, e deste evento em especial resultou um documento em que os compromissos para com a Agenda pós-2015 se tornam efectivos. Ao reconhecerem que faltam menos de 850 dias para o limite temporal dos ODM, os Estados-Membro reforçam o compromisso para o seu cumprimento, reconhecendo os desafios de muitos países na prossecução dos mesmos<sup>196</sup>.

De forma a acelerar o progresso dos ODM, os Estados-Membro afirmaram que uma acção coordenada rumo à nova Agenda será efectivada para ir de encontro aos Objectivos, de forma inclusiva e sustentável, para que o Desenvolvimento chegue a todos: desde aumentar o apoio às mulheres em trabalho de parto em zonas isoladas, a melhorar as oportunidades de educação das crianças mais vulneráveis, ao combate à fome. É também referido que as questões de género assumem um papel central nesta fase final dos ODM, comprometendo-se os Estados-Membro ao empoderamento das mulheres e jovens na sociedade. A importância da Parceria Global para o Desenvolvimento é igualmente sublinhada neste documento, razão pela qual é também feito um apelo no sentido dos compromissos firmados para com a APD como forma de providenciar Desenvolvimento para todos<sup>197</sup>.

Finalmente, os Estados-Membro estabeleceram um compromisso para delinear a nova Agenda, a partir da herança dos ODM mas incluindo novos desafios. Partindo dos documentos fundamentais para o Desenvolvimento<sup>198</sup>, os valores e princípios da nova Agenda serão fundamentais para o estabelecimento de uma cenário que se baseie na erradicação da pobreza e no Desenvolvimento Sustentável, dois elementos interligados e indissociáveis. Uma abordagem coerente, baseada num único conjunto de objectivos universais adaptáveis às realidades, políticas e prioridades nacionais, serão o caminho

---

<sup>195</sup> Cada um dos Estados-Membro disporá, durante a Assembleia Geral, de breves minutos para expor as suas visões para o pós-2015;

<sup>196</sup> Cf. ONU - Special Event 25 September: Outcome Document, p. 1. Disponível em <http://www.un.org/millenniumgoals/pdf/Outcome%20documentMDG.pdf>, consultado a 25 de Setembro de 2013;

<sup>197</sup> Cf. ONU - Special Event 25 September: Outcome Document, p. 2. Disponível em <http://www.un.org/millenniumgoals/pdf/Outcome%20documentMDG.pdf>, consultado a 25 de Setembro de 2013;

<sup>198</sup> A *Declaração do Milénio*, o compromisso assumido na Conferência Rio+20, o *Consenso de Monterrey* e a *Declaração de Doha para o Financiamento do Desenvolvimento*;

para a promoção universal da paz, da boa governação, da igualdade de género e dos Direitos Humanos<sup>199</sup>.

Foi assim decidido lançar um processo de negociações intergovernamentais no início da 69ª AGNU, que conduzirá à adopção da nova Agenda, um documento já classificado como transparente e inclusivo, que contará com contribuições de toda a sociedade internacional, incluindo a sociedade civil, instituições científicas, parlamentos, autoridades locais e sector privado. Os Estados-Membro estão, assim, a contar com um grande apoio por parte da ONU, apelando ao Secretário Geral a publicação de um relatório com os avanços das negociações até ao fim do ano de 2014. A fase final das negociações culminará, então, em Setembro de 2015 com uma Cimeira dedicada à adopção da Agenda das Nações Unidas para o Desenvolvimento pós-2015<sup>200</sup>.

---

<sup>199</sup> Cf. ONU - Special Event 25 September: Outcome Document, p. 3. Disponível em <http://www.un.org/millenniumgoals/pdf/Outcome%20documentMDG.pdf>, consultado a 25 de Setembro de 2013;

<sup>200</sup> Cf. ONU - Special Event 25 September: Outcome Document, pp. 3-4. Disponível em <http://www.un.org/millenniumgoals/pdf/Outcome%20documentMDG.pdf>, consultado a 25 de Setembro de 2013.

## 5 - Conclusão

A *Declaração do Milénio* corporizou o apelo internacional para a globalização se tornar numa força positiva para todos, baseada em princípios e valores como a solidariedade, a igualdade, a dignidade, o respeito, a tolerância e as responsabilidades partilhadas. A manifestação concreta deste apelo foi a operacionalização dos ODM, que espelham um momento de viragem na forma de olhar o mundo. Desde há 13 anos que se têm revelado instrumentos cruciais na mobilização da comunidade internacional de forma a elevar o Desenvolvimento a prioridade global, retirar da pobreza milhões de pessoas e salvar a vida a muitas outras.

Enquanto nova e simplificada abordagem ao à Cooperação para o Desenvolvimento, os ODM têm desempenhado o papel de orientador de políticas, programas e acções internacionais superando, inclusivamente, algumas incongruências e barreiras que lhes estavam inerentes. Através do quadro de actuação que estabeleceram, foi possível criar uma histórica rede de programas e iniciativas conjuntas, focadas na prossecução de metas, com ferramentas de monitorização de progressos muito específicas, em que novas dimensões, como a Segurança Humana, ganharam preponderância.

A publicação constante e actualizada de resultados, bem como o muito grande investimento internacional na comunicação e divulgação destes ODM, concederam-lhe um enorme carácter relacionável e de proximidade com os grandes públicos. Assim, através destes esforços colectivos, foi possível dar uma resposta concreta às necessidades mais básicas dos indivíduos, em especial àquelas já previstas nos Direitos Humanos.

Em 13 anos de aplicação de uma agenda não vinculativa de compromissos e políticas, os ODM surpreenderam ao conquistar algumas das metas estabelecidas e ao registar grandes avanços em tantas outras, consubstanciando-se no grande bastião da Cooperação para o Desenvolvimento. Para além do balanço positivo dos resultados conseguidos, os ODM demonstraram ter um verdadeiro poder transformador ao posicionarem, na linha da frente de toda a sociedade internacional, a crença num mundo melhor. A sua capacidade agregadora da vontade de ajudar e necessidades por



satisfazer, entre países doadores e países receptores, respectivamente, foi também evoluindo, e não só a eficácia da Ajuda como também a condicionalidade do Desenvolvimento se tornaram assuntos de primeira ordem de muitos *fora* internacionais. Ficou, deste modo, confirmada a pertinência, urgência e, principalmente, a evolução e transformação positiva da actuação internacional face a realidades necessitadas, que irá certamente perdurar no pós-2015.

O cumprimento pleno dos oito ODM até ao ano de 2015 não será, porém, uma realidade. Muitos foram já os progressos alcançados, e a herança para o pós-2015 difere em larga escala com o ponto de partida do Desenvolvimento, no ano 2000. A realidade da Cooperação para o Desenvolvimento evoluiu de uma forma crescente mas gradual, acompanhando as necessidades dos indivíduos num mundo cada vez mais globalizado e o seu quadro de actuação transformou-se por completo, de um centralismo ocupado pelo indivíduo para um ocupado pela sociedade, em que a erradicação da pobreza continua a ser uma das principais preocupações.

O processo de construção de uma agenda global de Desenvolvimento para o pós-2015 tem vindo a ser pensado por inúmeros actores da sociedade internacional, que incluem instituições europeias, organizações da sociedade civil, o próprio Secretário-Geral da ONU e ainda grupos especificamente criados para o efeito (como o Painel de Alto Nível, a Equipa do Sistema das Nações Unidas, o Comité para as Políticas de Desenvolvimento e o Conselho de Liderança da Rede de Soluções para o Desenvolvimento Sustentável da ONU). A consciência de que o pós-2015 é uma herança dos ODM, despertou uma premência no estabelecimento das suas linhas de fundo para que fosse possível definir um quadro adequado às necessidades mundiais, e são já perceptíveis as suas principais pedras de toque.

Questões basilares e já previstas pelos ODM como a educação, a igualdade de género, a saúde e a sustentabilidade ambiental estão presentes nas principais conclusões dos pensadores da nova agenda para pós-2015, acompanhadas de novas questões fulcrais, que fazem agora, mais do que nunca, parte da realidade quotidiana de todos os cidadãos do mundo e se tornaram essenciais ao desenvolvimento e segurança da pessoa humana. São por isso indissociáveis à Cooperação para o Desenvolvimento, e estendem-se à paz, à segurança, à governação, à justiça, à representatividade jurídica, à

segurança alimentar, ao combate às desigualdades, ao empoderamento dos jovens e das mulheres, à educação e aprendizagem ao longo da vida, ao acesso a sistemas de água potável e saneamento, a sistemas económicos inclusivos, à sustentabilidade energética e à protecção do meio ambiente e da biodiversidade.

Assim, se a *Declaração do Milénio* veio responder aos apelos da sociedade internacional para tornar a globalização numa força positiva para todos, o pós-2015 assume já diferentes traços. Só uma abordagem adequada e adaptada às novas premissas e necessidades mundiais, cada vez dependente de uma Ajuda delineada para uma coordenação intrínseca entre países doadores e receptores pode conduzir o mundo de forma integrada rumo a um novo e eficiente Desenvolvimento: inclusivo, sustentável e holístico. A definição de um novo quadro para o pós-2015 requer agora novos horizontes e novas formas de actuação, e dependerá em grande medida de uma cada vez mais aperfeiçoada coordenação entre os vários actores da Cooperação para o Desenvolvimento.

Apenas as negociações oficiais, iniciadas com o arranque da 68ª AGNU, definirão ao certo o novo quadro de actuação para o Desenvolvimento. No entanto, depois de apresentados, publicados e estudados os relatórios que espelham visões e consensos ambiciosos, a par da contagem decrescente para o fim do limite temporal dos ODM, a expectativa em torno da nova Agenda para o Desenvolvimento cresce a cada dia.

O século XXI é, agora, um cenário mais universal e mais abrangente, que irá depender de grandes, efectivas e coesas transformações para que a Cooperação para o Desenvolvimento possa chegar a todos. A operacionalização de uma Agenda das Nações Unidas para o Desenvolvimento pós-2015 eficaz só será possível com um compromisso firme e uma renovada Parceria Global para o Desenvolvimento por parte de todos os actores da sociedade internacional, e pela visão conjunta para a construção de um mundo mais justo, inclusivo e equitativo.

## 6 - Bibliografia

- Afonso, M. M., Fernandes, A. P. (2005). *abCD Introdução à Cooperação para o Desenvolvimento*. Lisboa: Instituto Marquês de Valle Flor e Oikos
- Albuquerque, C. (2012). *The future is now - Eliminating inequalities in sanitation, water and hygiene*. S.l., Global Thematic Consultation
- Alvarez, J. (2006). *International Organizations as Law-Makers*. Oxford: Oxford University Press
- Annan, K. (2000). *Nós, os povos: o papel das Nações Unidas no século XXI*. Nova Iorque: ONU
- Annan, K. (2001). *Plano para a Execução da Declaração do Milénio das Nações Unidas. Relatório do Secretário Geral A/56/326*. Nova Iorque: ONU
- Archer, C. (2002). *International Organizations*. Londres: Routledge
- Banco Mundial. (2011). *Aprendizagem para Todos*. Washington: Banco Mundial
- Baylis, J., Smith, S., Owens, P. (2011). *Globalization of World Politics*. Oxford: Oxford University Press
- Bennet, L., Oliver, J. (2002). *International Organizations: Principles and Issues*. Nova Jérícia: Pearson Education
- Better Aid. (2010). *Development effectiveness in development cooperation : a rights-based perspective*. S.l: S.e.
- Blanning, T.C.W. (2000). *The Nineteenth Century*. Nova Iorque: Oxford University Press
- Brinkman, H., Attree, L., Hezir, S. (2013) *Addressing Horizontal Inequalities as Drivers of Conflict in the Post-2015 Development Agenda*, S.l: S.e.
- Collier, P. (2007). *The Bottom Billion, Why the Poorest Countries are Failing and What Can Be Done About It*. Nova Iorque; Oxford University Press
- Comissão Europeia. (2013 [b]). *Pós-2015: rumo a uma abordagem abrangente e integrada para o financiamento da erradicação da pobreza e Desenvolvimento Sustentável*. Bruxelas: Comissão Europeia
- Comissão Europeia. (2013 [a]). *Uma Vida Digna para Todos: Erradicar a Pobreza e Dar ao Mundo um Futuro Sustentável*. Bruxelas: Comissão Europeia
- Comité para as Políticas de Desenvolvimento. (2012). *A estratégia das Nações Unidas pós-2015*. Nova Iorque: DESA-ONU

Conselho de Liderança da Rede de Soluções para o Desenvolvimento Sustentável da ONU. (2013). *Uma Agenda de Acção para o Desenvolvimento Sustentável*. Nova Iorque: ONU

Conselho Europeu. (2013). *A Agenda Inclusiva pós-2015: Conclusões do Conselho Europeu*. Bruxelas: Conselho da União Europeia

Costa, C. (2010). *Temas de Relações Económicas Internacionais*. Lisboa: ISCSP

Departamento de Assuntos Económicos e Sociais. (2012). *A Estratégia das Nações Unidas para o Desenvolvimento pós-2015*. Nova Iorque, ONU

Dugerver, M. (1972). *The Study of Politics*. Londres: Nelson

Easterly, W. (2007). *The White Man's Burden*. Nova Iorque: Penguin Books

Equipa do Sistema das Nações Unidas. (2012). *Revisão da contribuição da Agenda dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio para promover o Desenvolvimento: lições para a Agenda da ONU para o Desenvolvimento pós-2015*. Nova Iorque: ONU

Fórum Económico Internacional. (2012). *Índice Global da Igualdade de Género*. Génova: Fórum Económico Internacional

Grupo Independente de Avaliação. (2013). *Social Safety Nets. An Evaluation of World Bank Support, 2000-2010*. Washington: Banco Mundial

Grupo Inter-agências para Estimativas em Mortalidade Infantil. (2013). *Níveis e tendências na mortalidade infantil*. Nova Iorque: UNICEF, OMS, BM e ONU

Grupo para o Desenvolvimento das Nações Unidas. (2013). *Um Milhão de Vozes: O Mundo que Queremos - Um Futuro Sustentável com Dignidade para Todos*. EUA: Grupo para o Desenvolvimento das Nações Unidas

Hayami, Y. (2003). From the Washington Consensus to the Post-Washington Consensus: Retrospect and Prospect. *Asian Development Review*, vol. 20, nº2

Karns, M., Mingst, K. (2010). *International Organizations. The Politics and Processes of Global Governance*. London: Lynne Rienner Publishers

Keohane, R. (1982). The Demand for International Regimes. *International Organization*, Wisconsin: Wisconsin Press, vol. 36, nº2

Ki-Moon, B. (2013). *Uma vida digna para todos: acelerar o progresso rumo aos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio e avançar a Agenda das Nações Unidas para o Desenvolvimento pós-2015. Relatório do Secretário Geral A/68/202*. Nova Iorque: ONU

Krasner, S. (1982). *Structural causes and regimes consequences: regimes as intervening variables*. International Organization, Wisconsin: Wisconsin Press, vol. 36, nº2

- Lara, A. S. (2011). *Ciência Política, Estudo da Ordem e da Subversão*. Lisboa: ISCSP
- Lara, A. S. (1998). *Ciências Políticas, Metodologia, Doutrina e Ideologia*, Lisboa, ISCSP
- Lara, A. S. (1992). *Escritos Políticos*. Lisboa: Pedro Ferreira
- McArthur, J. (2013). *Own the Goals*. Foreign Affairs, Março/Abril
- Melamed, C., Scott, L. (2011). *After 2015: progress and challenges for development*. Overseas Development Institute
- Moreira, A. (1999). *Teoria das Relações Internacionais*. Coimbra: Almedina
- Moura, T., Pureza, J. M. (2004). *Desenvolvimento e cooperação internacional*. Lisboa: Centro de Estudos Ibéricos
- Moyo, D. (2009). *Why Aid is not Working and how there is a better way for Africa*. Nova Iorque: FSG Books
- Nye, J. (2002). *Compreender os Conflitos Internacionais*. Lisboa: Gradiva
- NYE, Joseph; KEOHANE, Robert - Transnational Relations and World Politics. International Organization, «Transnational Relations and World Politics», vol.25, n.º3, 1971
- ONU. (2007 [a]). *A Agenda das Nações Unidas para o Desenvolvimento*. Nova Iorque: ONU
- ONU. (2008 [a]). *A Agenda de Acção de Acra*. Nova Iorque: ONU
- ONU. (1945). *Carta das Nações Unidas*. São Francisco: ONU
- ONU. (2003). *Consenso de Monterrey para o Financiamento do Desenvolvimento*. Nova Iorque: ONU
- ONU. (2009 [a]). *Declaração de Doha para o Financiamento do Desenvolvimento: Documento de acompanhamento da Conferência Internacional sobre o Financiamento do Desenvolvimento de revisão da implementação do Consenso de Monterrey*. Nova Iorque: ONU
- ONU. (2005). *Declaração de Paris sobre a Eficácia da Ajuda ao Desenvolvimento*. Nova Iorque: ONU
- ONU. (2000). *Declaração do Milénio*. Nova Iorque: ONU
- ONU. (2011 [a]). *Parceria Global de Busan*. Nova Iorque: ONU,
- ONU. (1995). *Relatório da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento*. Nova Iorque: ONU

ONU. (1996). *Relatório da Quarta Conferência Mundial sobre Mulheres*. Nova Iorque: ONU

ONU. (2006). *Relatório sobre os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio 2006*. Nova Iorque: ONU

ONU (2007 [b]). *Relatório sobre os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio 2007*. Nova Iorque: ONU

ONU. (2008 [b]). *Relatório sobre os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio 2008*. Nova Iorque: ONU

ONU. (2009 [b]). *Relatório sobre os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio 2009*. Nova Iorque: ONU

ONU. (2010). *Relatório sobre os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio 2010*. Nova Iorque: ONU

ONU. (2011 [b]). *Relatório sobre os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio 2011*. Nova Iorque: ONU

ONU. (2012). *Relatório sobre os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio 2012*. Nova Iorque: ONU

ONU. (2013). *Relatório sobre os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio 2013*. Nova Iorque: ONU

Painel de Alto Nível de Personalidades Eminentes sobre a Agenda de Desenvolvimento pós-2015. (2013 [a]). *Uma Nova Parceria Global: Erradicar a Pobreza e Transformar Economias através do Desenvolvimento Sustentável*. Nova Iorque: Nações Unidas

Painel de Alto Nível de Personalidades Eminentes sobre a Agenda de Desenvolvimento pós-2015. (2013 [b]). *Comunicado: Reunião do Painel de Alto Nível de Personalidades Eminentes sobre a Agenda de Desenvolvimento pós-2015 na Monrovia, Libéria*. Nova Iorque: Nações Unidas

Painel de Alto Nível de Personalidades Eminentes sobre a Agenda de Desenvolvimento pós-2015. (2013 [c]). *Comunicado: Reunião do Painel de Alto Nível de Personalidades Eminentes sobre a Agenda de Desenvolvimento pós-2015 em Bali, Indonésia*. Nova Iorque: Nações Unidas

PNUD. (2010). *Relatório de Desenvolvimento Humano 2010*. ONU: Nova Iorque

PNUD. (1994). *Relatório de Desenvolvimento Humano 1994*. ONU: Nova Iorque

PNUD. (1990). *Relatório de Desenvolvimento Humano 1990*. ONU: Nova Iorque

Projecto do Milénio. (2005). *Investir no Desenvolvimento: um plano de acção para atingir os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio*. Nova Iorque: ONU

- Rapley, J. (2002). *Understanding Development*. Boulder: Lynne Rienner Publishers
- Ribeiro, M. (2000). *Introdução ao Direito Internacional Público*. Coimbra: Almedina
- Ribeiro, M., Ferro, M. (2004). *A Organização das Nações Unidas*. Coimbra: Almedina, 2ª edição
- Riddell, R. (2007). *Does Foreign Aid Really Work?*. Nova Iorque: Oxford University Press
- Ruggie, J. G. (1993). *Multilateralism Matters: The theory and praxis of an international forum*. Nova Iorque: Columbia University Press
- Sachs, J. (2005). *The End of Poverty: Economic Possibilities for Our Time*. Nova Iorque: Penguin Books
- Santos, V. M. (2009). *Cooperação e Conflito na Sociedade Internacional*. Lisboa: ISCSP
- Sen, A. (2000). *Development as Freedom*. Nova Iorque: First Anchor Book Edition
- Smouts, M. (2008). *The New International Relations. Theory and Practice*. Londres: Hurst & Co.
- Steven, D. (2013). *Goals in a Post-2015 Development Framework: Options and Strategic Choices*. Nova Iorque: Universidade de Nova Iorque - Center on International Cooperation
- Stewart, F. (2002). *Horizontal Inequalities: A Neglected Dimension of Development (Working Paper number 81)*. Queen Elizabeth House Working Paper Series
- The Millenium Project. (2005). *Investing in Development: A Practical Plan to Achieve the Millenium Development Goals*. Earthscan: Londres
- UNESCO. (2011). *Educação para Todos em Países em Desenvolvimento*. Paris: UNESCO
- UNESCO. (2007). *O Papel Central da Educação nos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio*. Nova Iorque: ONU
- Wilson, W. (1969). *Woodrow Wilson's Case for the League of Nations*. Nova Iorque: Kraus Reprints
- Young, O. (1982). *Regime Dynamics: The Rise and Fall of International Regimes*. International Organization, Wisconsin: Wisconsin Press, vol. 36, nº2
- Zimmern, A. (1936). *The League of Nations and the Rue of Law, 1918-1935*. Londres: Macmillan

## Outros recursos

### Banco Mundial

<http://web.worldbank.org/WBSITE/EXTERNAL/TOPICS/CSO/0,,contentMDK:20101499~menuPK:244752~pagePK:220503~piPK:220476~theSitePK:228717,00.html> (2013)

<http://data.worldbank.org/news/extreme-poverty-rates-continue-to-fall>

<http://web.worldbank.org/WBSITE/EXTERNAL/TOPICS/CSO/0,,contentMDK:20101499~menuPK:244752~pagePK:220503~piPK:220476~theSitePK:228717,00.html>

[http://web.worldbank.org/WBSITE/EXTERNAL/TOPICS/EXTEDUCATION/0,,contentMDK:20298183~menuPK:617592~pagePK:148956~piPK:216618~theSitePK:282386,00.html#what\\_why](http://web.worldbank.org/WBSITE/EXTERNAL/TOPICS/EXTEDUCATION/0,,contentMDK:20298183~menuPK:617592~pagePK:148956~piPK:216618~theSitePK:282386,00.html#what_why)

### Camões - Instituto da Cooperação e da Língua

<https://www.instituto-camoes.pt/eficacia-da-ajuda/root/cooperacao/cooperacao-para-desenvolvimento/eficacia-da-ajuda> (n.d)

### Campanha do Milénio de Erradicação da Pobreza 2015 (*End Poverty 2015 Millennium Campaign*)

<http://www.endpoverty2015.org>

### Católica MOVE

<http://microfinance.catolicamove.com/pt/>

### Comissão Europeia

[http://ec.europa.eu/atwork/index\\_en.htm](http://ec.europa.eu/atwork/index_en.htm)

### Compacto Global das Nações Unidas (*UN Global Compact*)

<http://www.unglobalcompact.org/AboutTheGC/index.html>



Corporação Mudança Milénio (*Millennium Change Corporation*)

<http://www.mcc.gov/pages/about>

Conselho da União Europeia

<http://www.consilium.europa.eu/council?lang=pt>

Desenvolvimento Sustentável (*Sustainable Development*)

<http://sustainabledevelopment.un.org/index.php?menu=1300>

Educação Primeiro (*Education First*)

<http://www.globaleducationfirst.org/about.html>

Fundo dos Sistemas de Saúde (*Heath Systems Trust*)

[http://www.hst.org.za/uploads/files/chap7\\_06.pdf](http://www.hst.org.za/uploads/files/chap7_06.pdf)

*GoAL WaSH*

<http://www.watergovernance.org/goalwash>

Iniciativa de Oxford para Desenvolvimento Humano e Pobreza, do Departamento de Desenvolvimento Internacional da Universidade de Oxford

<http://www.ophi.org.uk/policy/multidimensional-poverty-index/>

Melhor Cooperação Melhor Desenvolvimento

<http://cooperacao-desenvolvimento.blogspot.pt/p/glossario-minimo.html>

<http://cooperacao-desenvolvimento.blogspot.pt/2011/12/de-busan-fica-promessa-de-uma-nova.html>

Mundo que Queremos (*World We Want*)

<http://www.worldwewant2015.org/post2015-about>

Nações Unidas Mulheres (*UN Women*)

<http://www.unwomen.org/en/what-we-do/leadership-and-political-participation/facts-and-figures>

O Plano de Emergência do Presidente dos Estados Unidos para Combater a SIDA (*The United States President's Emergency Plan for Aids Relief*)

<http://www.pepfar.gov/about/index.htm>

OCDE

<http://www.oecd.org/dac/effectiveness/parisdeclarationandaccraagendaforaction.htm#Paris>

<http://www.oecd.org/dac/dacglossaryofkeytermsandconcepts.htm>

<http://www.oecd.org/dac/developmentassistancecommitteedac.htm>

ONU

<http://www.un.org/en/development/desa/news/policy/mdg-gains-risk-slowng.html>

<http://www.un.org/millenniumgoals/reports.shtml>

<http://www.un.org/apps/news/story.asp?NewsID=45490&Cr=sanitation&Cr1=#.UfAwOGR4Y0I>

<http://www.un.org/sg/management/hlppost2015.shtml>

<http://www.un.org/en/development/desa/policy/cdp/index.shtml>

<http://data.un.org/Glossary.aspx>

<http://www.un.org/en/ga/about/background.shtml>

<http://www.un.org/en/ga/68/meetings>

[http://www.un.org/en/development/desa/policy/untaskteam\\_undf](http://www.un.org/en/development/desa/policy/untaskteam_undf)

<http://www.un.org/News/Press/docs/2013/sgsm15288.doc.htm>

<http://www.un.org/News/Press/docs/2013/ga11415.doc.htm>

<http://webtv.un.org/watch/john-ashe-opening-of-the-special-event-towards-achieving-the-millennium-development-goals/2694929982001/>

<http://www.un.org/en/ga/president/68/pdf/statements/09252013Opening%20of%20PGA%20Special%20Event%20on%20MDGs.pdf>

<http://www.un.org/millenniumgoals/pdf/Outcome%20documentMDG.pdf>

## OMS

[http://www.who.int/pmnch/topics/maternal/201009\\_globalstrategy\\_wch/en/index.html](http://www.who.int/pmnch/topics/maternal/201009_globalstrategy_wch/en/index.html)

[http://www.who.int/topics/maternal\\_health/en/](http://www.who.int/topics/maternal_health/en/)

[http://www.who.int/topics/reproductive\\_health/en/](http://www.who.int/topics/reproductive_health/en/)

<http://www.who.int/tb/dots/whatisdots/en/>

## Pacto Global da ONU (*UN Global Compact*)

<http://www.unglobalcompact.org/AboutTheGC/index.html>

## Painel de Alto Nível para a Agenda da ONU para o Desenvolvimento pós-2015

[http://www.post2015hlp.org/wp-content/uploads/2013/01/Communique-November\\_Nov-30-2012.pdf](http://www.post2015hlp.org/wp-content/uploads/2013/01/Communique-November_Nov-30-2012.pdf)

## PNUD

<http://hdr.undp.org/en/humandev/glossary/#h>

<http://www.undp.org.pa/indice-desarrollo-humano/que-es> (n.d.)

<http://www.undp.org/content/dam/undp/library/MDG/MDG%20Acceleration%20Framework/MAF%20brochure%20web-en.pdf>

<http://www.undp.org/content/dam/undp/library/MDG/MDG%20Acceleration%20Framework/MAF%20brochure%20web-en.pdf>

[http://ssc.undp.org/content/ssc/services/policy/governing\\_bodies/the\\_hlc\\_bureau/john\\_w\\_ashe\\_biography.html](http://ssc.undp.org/content/ssc/services/policy/governing_bodies/the_hlc_bureau/john_w_ashe_biography.html)

Programa Mundial de Alimentação (*World Food Programme*)

[www.wfp.org/](http://www.wfp.org/)

Projecto do Milénio (*Millennium Project*)

<http://www.millenniumvillages.org/the-villages>

<http://www.unmillenniumproject.org/press/g8overview.htm>

*The Telegraph* -

<http://www.telegraph.co.uk/news/worldnews/middleeast/saudi-arabia/9795758/Saudi-King-Abdullah-appoints-women-to-Shura-Council.html>

Um Mundo na Escola (*A World at School*)

<http://www.aworldatschool.org/pages/about-us>

Universidade de Brookings

<http://www.brookings.edu/research/papers/2013/03/06-development-goals-targets-mcarthur>

Universidade de Columbia

<http://www.earth.columbia.edu/articles/view/1804>

Visão Estratégica para a Cooperação Portuguesa

<http://dre.pt/pdf1sdip/2005/12/244B00/71807201.PDF>

Women Deliver

<http://www.womendeliver.org/>

## Anexo I

**As 18 metas originais dos ODM identificadas pela equipa técnica liderada por Michael Doyle (Agosto 2001) e a sua correspondência com os compromissos estabelecidos na *Declaração do Milénio* (Setembro de 2000)**

Metas e Objectivos	Compromissos da <i>Declaração do Milénio</i>
<p><b>ODM 1 – Erradicação da pobreza e da fome</b></p> <p>(Q) <u>Meta 1</u> – Reduzir para metade, entre 1990 e 2015, a percentagem de pessoas cujo rendimento é inferior a um dólar por dia</p> <p>(Q) <u>Meta 2</u> – Reduzir para metade, entre 1990 e 2015, a percentagem da população que sofre de fome</p>	<p>Ponto 19 – “Decidimos ainda:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Reduzir para metade, até ao ano 2015, a percentagem de habitantes do planeta com rendimentos inferiores a um dólar por dia e das pessoas que passam fome (...).”</li> </ul>
<p><b>ODM 2 – Alcançar o ensino primário universal</b></p> <p>(Q) <u>Meta 3</u> – Garantir que até 2015 as crianças de todo o mundo (rapazes e raparigas) possam concluir o ciclo completo do ensino primário</p>	<p>Ponto 19 – “Decidimos ainda: (...)</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Velar por que, até esse mesmo ano, as crianças de todo o mundo – rapazes e raparigas – possam concluir um ciclo completo de ensino primário e por que as crianças de ambos os sexos tenham acesso igual a todos os níveis de ensino.”</li> </ul>
<p><b>ODM 3 – Promover a igualdade de género e a autonomização da mulher</b></p> <p>(Q) <u>Meta 4</u> – Eliminar as disparidades de género no ensino primário e secundário, preferencialmente até 2005, e em todos os níveis de educação até 2015</p>	<p>Ponto 20 – “Decidimos também:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Promover a igualdade entre os sexos e a autonomia da mulher como meios eficazes de combater a pobreza, a fome e as doenças e de promover um desenvolvimento verdadeiramente sustentável.”</li> </ul>

Metas e Objectivos	Compromissos da <i>Declaração do Milénio</i>
<p><b>ODM 4 – Reduzir a mortalidade infantil</b></p> <p>(Q) <u>Meta 5</u> – Reduzir em dois terços, entre 1990 e 2015, a taxa de mortalidade de crianças menores de 5 anos</p>	<p>Ponto 19 – “Decidimos ainda: (...)”</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Reduzir, até essa data, a mortalidade materna em três quartos e a mortalidade de crianças com menos de 5 anos em dois terços, em relação às taxas actuais.”</li> </ul>
<p><b>ODM 5 – Melhorar a saúde materna</b></p> <p>(Q) <u>Meta 6</u> – Reduzir em três quartos, entre 1990 e 2015, a taxa de mortalidade materna</p>	
<p><b>ODM 6 – Combater o HIV/SIDA, a malária e outras doenças</b></p> <p>(Q) <u>Meta 7</u> – Deter e reduzir para metade, até 2015, a propagação do HIV/SIDA</p> <p>(Q) <u>Meta 8</u> - Deter e começar a reduzir a incidência de malária e outras doenças graves</p>	<p>Ponto 19 – “Decidimos ainda: (...)”</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Até então ter detido e começado a inverter a tendência actual do HIV/SIDA, do flagelo do paludismo e de outras doenças graves que afligem a humanidade.”</li> </ul>
<p><b>ODM 7 – Garantir a sustentabilidade ambiental</b></p> <p>(NQ) <u>Meta 9</u> – Integrar os princípios do desenvolvimento sustentável nas políticas e programas nacionais e inverter a perda de recursos ambientais</p>	<p>Ponto 22 – “Reafirmamos o nosso apoio aos princípios do desenvolvimento sustentável, enunciados na Agenda 21, que foram acordados na Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento.”</p> <p>Ponto 23 – “Decidimos, portanto, adoptar em todas as nossas medidas ambientais uma nova ética de conservação e de salvaguarda (...)”</p>

Metas e Objectivos	Compromissos da <i>Declaração do Milénio</i>
<p>(Q) <b>Meta 10</b> – Reduzir para metade, até 2015, a percentagem da população sem acesso permanente a água potável e aos cuidados sanitários básicos</p> <p>(Q) <b>Meta 11</b> – Melhorar consideravelmente, até 2020, a vida de pelo menos 100 milhões de habitantes de bairros degradados</p>	<p>Ponto 19 - “Decidimos ainda: (...)”</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Reduzir para metade a percentagem de pessoa que não têm acesso a água potável ou carecem de meios para o obter.”</li> </ul> <p>Ponto 19 - “Decidimos ainda: (...)”</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Até ao ano 2020, ter melhorado consideravelmente a vida de pelo menos 100 milhões de habitantes das zonas degradadas como foi proposto na iniciativa “Cidades sem bairros degradados.”</li> </ul>
<p><b>ODM 8 – Criar uma parceria global para o desenvolvimento</b></p> <p>(NQ) <b>Meta 12</b> - Continuar a desenvolver um sistema comercial e financeiro multilateral aberto, baseado em regras, previsível e não discriminatório (inclui um compromisso em relação a uma boa governação, ao desenvolvimento e à redução da pobreza, tanto a nível nacional como internacional)</p> <p>(NQ) <b>Meta 13</b> – Satisfazer as necessidades especiais dos países menos avançados (inclui o acesso a um regime isento de direitos e não sujeito a quotas para exportações dos Países Menos Avançados, um programa melhorado de redução da dívida dos países muito endividados, o cancelamento da dívida bilateral oficial e a concessão de APD mais generosa aos países empenhados em reduzir a pobreza</p>	<p>Ponto 12 – “(...) decidimos criar condições propícias, a nível nacional e mundial, ao desenvolvimento e à eliminação da pobreza.”</p> <p>Ponto 13 – “A realização destes objectivos depende, entre outras coisas, de uma boa governação no plano internacional e da transparência dos sistemas financeiros, monetários e comerciais. Propugnamos um sistema comercial e financeiro multilateral aberto, equitativo, baseado em normas, previsível e não discriminatório.”</p> <p>Ponto 15 – “Decidimos também ter em conta as necessidades especiais dos PMA. (...) Pedimos aos países industrializados:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>que adoptem, de preferência antes da Conferência [Maio 2001], uma política de acesso, livre de direitos aduaneiros e de cotas, no que se refere a todas as exportações dos PMA;</li> <li>que apliquem sem mais demora o programa melhorado de redução da dívida dos países mais pobres muito endividados e que acordem em cancelar todas as dívidas públicas bilaterais contraídas por esses países, em troca de eles demonstrarem a sua firme determinação de reduzir a pobreza; e</li> <li>que concedam uma ajuda ao desenvolvimento mais generosa, especialmente aos países que se estão genuinamente a esforçar por aplicar os seus recursos na redução da pobreza.”</li> </ul>

Metas e Objectivos	Compromissos da <i>Declaração do Milénio</i>
(NQ) <b>Meta 14</b> – Satisfazer as necessidades especiais dos PED sem litoral e dos pequenos estados insulares	<p>Ponto 17 – “Resolvemos também responder às necessidades especiais dos pequenos Estados insulares em desenvolvimento, pondo rapidamente em prática o Programa de Acção de Barbados e as conclusões a que chegou a Assembleia Geral, na sua vigésima segunda sessão extraordinária. Instamos a comunidade internacional a velar por que, quando se elaborar um índice de vulnerabilidade, se tenham em conta as necessidades especiais dos pequenos Estados insulares em desenvolvimento.”</p> <p>Ponto 18 – “Reconhecemos as necessidades e os problemas especiais dos PED sem litoral, pelo que pedimos aos doadores bilaterais e multilaterais que aumentem a sua ajuda financeira e técnica a este grupo de países, de modo a satisfazer as suas necessidades especiais de desenvolvimento e a ajuda-los a superar os obstáculos resultantes da sua situação geográfica, melhorando os seus sistemas de transporte em trânsito.”</p>
(NQ) <b>Meta 15</b> – Tratar de uma forma global os problemas da dívida dos PED através de medidas nacionais e internacionais, a fim de tornar a sua dívida sustentável a longo prazo	<p>Ponto 16 – “Estamos também decididos a abordar de uma forma global e eficaz os problemas da dívida dos PED com rendimentos baixos e médios, adoptando diversas medidas de âmbito nacional e internacional, para que a sua dívida seja sustentável a longo prazo.”</p>
(NQ) <b>Meta 16</b> – Em cooperação com os PED, formular e aplicar estratégias que proporcionem aos jovens um trabalho digno e produtivo	<p>Ponto 20 – “Decidimos também: (...)”</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Formular e aplicar estratégias que proporcionem aos jovens de todo o mundo a possibilidade real de encontrar um trabalho digno e produtivo.”</li> </ul>
(NQ) <b>Meta 17</b> – Em cooperação com empresas farmacêuticas, proporcionar acesso a medicamentos essenciais, a preços acessíveis, nos PED	<p>Ponto 20 – “Decidimos também: (...)”</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Incentivar a indústria farmacêutica a aumentar a disponibilidade dos medicamentos essenciais e a pô-los ao alcance de todas as pessoas dos PED que deles necessitem.”</li> </ul>
(NQ) <b>Meta 18</b> – Em cooperação com o sector privado, tornar acessíveis os benefícios das novas tecnologias, em particular os das Tecnologias da Informação e Comunicação	<p>Ponto 20 – “Decidimos também: (...)”</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Estabelecer formas sólidas de colaboração com o sector privado e com as organizações da sociedade civil em prol do desenvolvimento e da erradicação da pobreza.</li> <li>• Velar por que todos possam aproveitar os benefícios das novas tecnologias, em particular das tecnologias da informação e das comunicações, de acordo com as</li> </ul>



Metas e Objectivos	Compromissos da <i>Declaração do Milénio</i>
	<p>recomendações formuladas na Declaração Ministerial do Conselho Económico e Social de 2000.”</p> <p>Ponto 14 – “Estamos preocupados com os obstáculos que os PED enfrentam para mobilizar os recursos necessários para financiar o seu desenvolvimento sustentável. Faremos, portanto, tudo o que estiver ao nosso alcance para que a Reunião Intergovernamental de alto nível sobre o financiamento do desenvolvimento, que se realizará em 2001, tenha êxito.”</p>

Legenda: (Q) – indicação de meta quantitativa;  
(NQ) – indicação de meta não quantitativa.

Fonte: McArthur, John - The Declaration of the Millennium Development Goals, pp. 5-6. Disponível em <http://www.brookings.edu/research/papers/2013/03/06-development-goals-targets-mcarthur>, consultado a 10 de Maio de 2013 e ONU - Declaração do Milénio. Nova Iorque: ONU, 2000.

## Anexo II

### Os ODM novos/revistos após a Cimeira Mundial de 2005 em Monterrey, México

ODM	<i>Documento final da Cimeira Mundial 2005</i>
(R) <u>Meta 1.B</u> – Alcançar o emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos, incluindo mulheres e jovens	Ponto 47 – “Apoiamos vigorosamente uma globalização justa e, como parte dos nossos esforços para alcançar os ODM, tomamos a decisão de tornar as metas do emprego pleno e produtivo e do trabalho digno para todos, incluindo as mulheres e os jovens, um objectivo fulcral das nossas políticas nacionais e internacionais pertinentes, bem como das nossas estratégias de desenvolvimento nacionais, incluindo as estratégias de redução da pobreza (...)”
(N) <u>Meta 5.B</u> – Alcançar o acesso universal à saúde reprodutiva	Ponto 57 – “(...) Comprometemo-nos a: g) Alcançar o acesso universal à saúde reprodutiva até 2015, conforme preconizado na CIPD (...) a fim de reduzir a mortalidade materna, melhorar a saúde materna, reduzir a mortalidade de crianças, promover a igualdade de género, combater o HIV/SIDA e erradicar a pobreza.”
(N) <u>Meta 6.B</u> – Atingir, até 2010, o acesso universal ao tratamento para o HIV/SIDA a todos os que dele precisam	Ponto 57 - “(...) Comprometemo-nos a: d) Conceber e introduzir um pacote de medidas de prevenção, tratamento e prestação de cuidados relacionados com o HIV com o objectivo de nos aproximarmos tanto quanto possível da meta do acesso universal ao tratamento até 2010 para todas as pessoas que dele necessitem (...)”
(N) <u>Meta 7.B</u> – Reduzir a perda de biodiversidade, alcançando até 2010, uma redução significativa na taxa de perda	Ponto 56 – (...) decidimos, também: c) Todos os Estados honrarão os compromissos e reduzirão significativamente a taxa de perda de biodiversidade até 2010 (...)”

Legenda: (R) – meta revista;  
(N) – meta nova.

Fonte: McArthur, John - The Declaration of the Millennium Development Goals, p.8.  
Disponível em <http://www.brookings.edu/research/papers/2013/03/06-development-goals-targets-mcarthur>, consultado a 10 de Maio de 2013

### Anexo III

#### As evolução das metas e os indicadores de monitorização de progressos dos ODM

Meta original	Meta actual	Descrição	Indicadores
<b>ODM 1 - Erradicação da pobreza e da fome</b>			
<b>1</b>	<b>1.A</b>	Reduzir para metade, entre 1990 e 2015, a percentagem de pessoas cujo rendimento é inferior a \$1.25 por dia	1.1 Percentagem de população que vive com menos de \$1.25/dia* 1.2 Desvio de pobreza 1.3 Proporção do consumo nacional que corresponde ao quintil mais pobre da população
<b>16 [revista em 2005]</b>	<b>1.B</b>	Alcançar emprego pleno e produtivo, bem como trabalho digno para todos, incluindo mulheres e jovens*	1.4 Taxa de crescimento do PIB por trabalhador 1.5 Rácio emprego-população 1.6 Proporção de população empregada que vive abaixo da Linha de Pobreza Mundial 1.7 Proporção de trabalhadores que trabalham por conta própria ou numa empresa familiar
<b>2</b>	<b>1.C</b>	Reduzir para metade, entre 1990 e 2015, a percentagem da população que sofre de fome	1.8 Prevalência de crianças, com idade inferior a 5 anos, que sofrem de subnutrição 1.9 Proporção de população com défice calórico diário
<b>ODM 2 - Alcançar o ensino primário universal</b>			
<b>3</b>	<b>2.A</b>	Garantir que até 2015 as crianças de todo o mundo (rapazes e raparigas) possam concluir o ciclo completo do ensino primário	2.1 Taxa de escolarização no ensino primário 2.2 Proporção de crianças em idade escolar que começam o primeiro ano de escolaridade do ensino básico e atingem o último ano do mesmo 2.3 Taxa de alfabetização da população entre os 15 e os 24 anos de idade (homens e mulheres)
<b>ODM 3 - Promover a igualdade de género e a autonomização da mulher</b>			
<b>4</b>	<b>3.A</b>	Eliminar as disparidades de género no ensino primário e secundário, preferencialmente até 2005, e em todos os níveis de educação até 2015	3.1 Rácio raparigas-rapazes em todos os níveis de escolaridade 3.2 Proporção de mulheres nos trabalhadores assalariados do sector agrícola 3.3 Proporção de assentos assegurados por mulheres em

Meta original	Meta actual	Descrição	Indicadores
			parlamentos nacionais
<b>ODM 4 - Reduzir a mortalidade infantil</b>			
5	4.A	Reduzir em dois terços, entre 1990 e 2015, a taxa de mortalidade de crianças menores de 5 anos	4.1 Taxa de mortalidade de crianças com idade inferior a 5 anos 4.2 Taxa de mortalidade infantil 4.3 Proporção de crianças vacinadas com 1 ano de idade
<b>ODM 5 – Melhorar a saúde materna</b>			
6	5.A	Reduzir em três quartos, entre 1990 e 2015, a taxa de mortalidade materna	5.1 Taxa de mortalidade materna 5.2 Proporção de partos assistidos por profissionais qualificados do sector da saúde
[criada em 2005]	5.B	Alcançar o acesso universal à saúde reprodutiva	5.3 Taxas de prevalência contraceptiva 5.4 Taxa de natalidade na adolescência 5.5 Cobertura de cuidados pré-natais 5.6 Necessidades não satisfeitas no domínio do planeamento familiar
<b>ODM 6 - Combater o HIV/SIDA, a malária e outras doenças</b>			
7	6.A	Deter e reduzir para metade, até 2015, a propagação do HIV/SIDA	6.1 Prevalência do HIV entre população dos 15 aos 24 anos de idade 6.2 Uso de preservativo em relações sexuais de alto risco 6.3 Proporção de população entre os 15 e os 24 anos de idade que tem um conhecimento completo e correcto do HIV/SIDA 6.4 Taxa de escolarização das crianças órfãs em relação às não órfãs, entre os 10 e os 14 anos de idade
[criada em 2005]	6.B	Atingir, até 2010, o acesso universal ao tratamento para o HIV/SIDA a todos os que dele precisam	6.5 Proporção da população infectada com HIV em estado avançado que tem acesso a medicamentos anti-retrovirais
8	6.C	Deter e começar a reduzir até metade, até 2015, a incidência de malária e outras doenças graves	6.6 Taxas de incidência, prevalência e mortalidade associadas com a malária/paludismo 6.7 Percentagem de crianças, com idade inferior a 5 anos, que dormem protegidas por uma rede mosquiteira previamente tratada com insecticida adequado para o efeito

Meta original	Meta actual	Descrição	Indicadores
			6.8 Percentagem de crianças com febre, com idade inferiores a 5 anos, que são tratadas com medicamentos anti-palúdicos apropriados 6.9 Taxas de incidência, prevalência e de mortalidade associadas com a tuberculose 6.10 Proporção de casos de tuberculose detectados e tratados mediante um tratamento de observação directa de curta duração
<b>ODM 7 - Garantir a sustentabilidade ambiental</b>			
9	7.A	Integrar os princípios do desenvolvimento sustentável nas políticas e programas nacionais e inverter a perda de recursos ambientais	7.1 Proporção de terra coberta por florestas 7.2 Emissão total de CO <sup>2</sup> total e <i>per capita</i>
[criada em 2005]	7.B	Reduzir a perda de biodiversidade, alcançando até 2010, uma redução significativa na taxa de perda	7.3 Consumo de substância perigosas para a camada do ozono 7.4 Proporção de populações de peixe que vivem dentro de limites biológicos seguros 7.5 Proporção total da utilização de recursos hídricos 7.6 Proporção de áreas terrestres e marítimas protegidas 7.7 Proporção de espécies ameaçadas pela extinção
10	7.C	Reduzir para metade, até 2015, a percentagem da população sem acesso permanente a água potável e aos cuidados sanitários básicos	7.8 Proporção de acesso a sistema de abastecimento de água potável 7.9 Proporção de população com acesso a instalação de saneamento melhorada
11	7.D	Melhorar consideravelmente, até 2020, a vida de pelo menos 100 milhões de habitantes em bairros degradados	7.10 Proporção de população habitante em bairros degradados
<b>ODM 8 - Criar uma parceria global para o desenvolvimento**</b>			
12	8.A	Desenvolver um sistema comercial e financeiro aberto, baseado em regras, previsível e não discriminatório***	8.1 APD total e concedida a PMA, tendo em conta a percentagem de países pertencentes ao CAD da OCDE
13	8.B	Satisfazer as necessidades especiais dos países menos avançados***	8.2 Proporção de APD bilateral que se destinam a serviços sociais básicos (educação, cuidados de saúde primários, nutrição, água potável e saneamento)
14	8.C	Satisfazer as necessidades especiais dos PED sem litoral e dos pequenos Estados insulares	8.3 Proporção de APD bilateral desligada
15	8.D	Tratar de forma compreensiva os problemas da dívida dos PED***	8.4 Percentagem de APD recebida

Meta original	Meta actual	Descrição	Indicadores
			em Estados sem litoral em proporção com o respectivo PIB 8.5 Percentagem de APD recebida em pequenos Estados insulares em proporção com o respectivo PIB
17	8.E	Em cooperação com empresas farmacêuticas, proporcionar acesso a medicamentos essenciais, a preços acessíveis, nos PED	8.13 Percentagem da população com acesso recorrente a medicamentos essenciais
18	8.F	Em cooperação com o sector privado, tornar acessíveis os benefícios os benefícios das novas tecnologias, em particular os das Tecnologias da Informação e Comunicação	8.14 Número de linhas de telefone fixas por cada 100 habitantes 8.15 Número de subscrições de telemóveis por 100 habitantes 8.16 Utilizadores de internet por 100 habitantes

\* Descrição simplificada após a Cimeira Mundial de 2005

\*\* Alguns indicadores para estas metas são monitorizadas separadamente para os PED, para o continente africano, Estados sem litoral e dos pequenos Estados insulares.

\*\*\* Meta com descrição simplificada, como em <http://www.un.org/millenniumgoals/>, consultado a 16 de Maio de 2013

## **Anexo IV**

### **Os objectivos universais e metas nacionais ilustrativas do Relatório do Painel de Alto Nível\***

#### 1. Erradicação da pobreza

1a. Erradicar o número de indivíduos que vivem abaixo do limiar da pobreza (\$1.25/dia) e reduzir em  $x\%$  o número de indivíduos que vivem abaixo da linha de pobreza estabelecida a nível nacional para 2015

1b. Aumento em  $x\%$  do número de mulheres e homens, comunidades e negócios com direitos à propriedade salvaguardados

1c. Proteger através de sistemas de protecção social o número de indivíduos pobres e vulneráveis em  $x\%$

1d. Aumentar a capacidade de resiliência e reduzir o número de mortes por desastres naturais em  $x\%$

#### 2. Empoderamento de raparigas e mulheres e alcançar a igualdade de género

2a. Evitar e eliminar todas as formas de violência contra raparigas e mulheres

2b. Erradicar o casamento precoce

2c. Garantir o igual direito a homens e mulheres a herdar propriedade, assinar um contrato, registar um negócio e abrir uma conta bancária

2d. Eliminar a discriminação contra as mulheres na vida política, económica e pública

#### 3. Providenciar educação de qualidade e aprendizagem ao longo da vida

3a. Aumentar em  $x\%$  o número de crianças com acesso e capacidade de concluir a educação pré-primária

3b. Garantir que todas as crianças, em qualquer circunstância, completam o ensino primário capacitadas a ler, escrever e contar, e atingem os níveis mínimos de aprendizagem

3c. Assegurar que todas as crianças, em qualquer circunstância, tem acesso ao ensino médio (2º e 3º ciclos) e aumentar o número de adolescentes que melhoraram o seu desempenho escolar em  $x\%$

3d. Aumentar o número de jovens e homens e mulheres adultos com as habilidades, incluindo técnicas e vocacionais, para trabalhar em  $x\%$

#### 4. Garantir vidas saudáveis

4a. Erradicar as mortes evitáveis de crianças abaixo dos 5 anos de idade

4b. Aumentar em  $x\%$  o número de crianças, adolescentes, adultos em risco e idosos que detém o plano de vacinação completo

4c. Diminuir o rácio da mortalidade materna para  $x$  por cada 100.000

4d. Garantir o acesso à saúde sexual e reprodutiva e aos respectivos direitos



4e. Reduzir a presença de doenças como o HIV/SIDA, tuberculose, malária e outras doenças tropicais, bem como doenças não transmissíveis prioritárias

#### 5. Garantir a segurança alimentar e a boa nutrição

5a. Erradicar a fome e proteger o direito de cada indivíduo ao acesso a alimentos seguros, nutritivos e em quantidade suficiente

5b. Reduzir o número de crianças abaixo dos 5 anos de idade com mal nutrição crónica em  $x\%$ , com mal nutrição aguda em  $y\%$  e com anemia em  $z\%$

5c. Aumentar a produtividade agrícola em  $x\%$ , com enfoque na produção sustentável por parte de pequenos produtores e o acesso a sistemas de irrigação

5d. Adoptar práticas sustentáveis de agricultura e pesca, e reabilitar determinadas zonas para níveis sustentáveis

5e. Reduzir as perdas após as colheitas agrícolas e o desperdício alimentar generalizado em  $x\%$

#### 6. Alcançar o acesso universal à água e ao saneamento

6a. Providenciar o acesso universal a água potável em habitações, escolas, hospitais e campos de refugiados

6b. Erradicar a defecação a "céu aberto", garantir o acesso universal a sistemas de saneamento em locais de trabalho e escolas, e aumentar esse acesso em habitações em  $x\%$

6c. Conseguir levantamentos de água doce que acompanhem a oferta, e aumentar em  $x\%$  a eficiência da água em contexto agrícola, em  $y\%$  em contexto industrial e em  $z\%$  em zonas urbanas

6d. Reciclar ou tratar as águas residuais municipais e industriais

#### 7. Assegurar a sustentabilidade energética

7a. Duplicar o peso das energias renováveis no contexto energético actual

7b. Garantir o acesso universal a serviços eléctricos modernos

7c. Duplicar a percentagem global da eficiência eléctrica em edifícios, indústria, agricultura e transportes

7d. Progressivamente eliminar os ineficientes subsídios em combustíveis fósseis que incitam a um consumo libertino

#### 8. Criação de emprego, modos de vida sustentáveis e crescimento equitativo

8a. Aumentar em  $x\%$  o número de empregos dignos

8b. Diminuir em  $x\%$  o número de jovens sem educação, emprego ou qualquer formação profissional

8c. Reforçar a capacidade produtiva providenciando o acesso universal a serviços financeiros e infraestruturas, como transportes e TIC

8d. Aumentar em  $x\%$  o número de *start-ups*, e em  $y\%$  o valor dado por novos produtos, de forma a criar novas oportunidades e estimular o empreendedorismo

#### 9. Gerir a sustentabilidade dos recursos naturais

9a. Publicar a contabilidade de empresas e de governos a nível económico, social e ambiental

9b. Aumentar em  $x\%$  a consideração da sustentabilidade em aquisições governamentais

9c. Salvaguardar ecossistemas, espécies e diversidade genética

9d. Reduzir em  $x\%$  a desflorestação e aumentar em  $y\%$  a reflorestação

9e. Melhorar a qualidade do solo, reduzir em  $x$  toneladas a erosão dos solos e combater a desertificação

#### 10. Garantir a boa governação e a eficácia de instituições representativas

10a. Providenciar identidade legal sem custos, como registos de nascimento

10b. Garantir que os cidadãos gozam de liberdade de expressão e de associativismo, ao direito a protestar pacificamente e acesso a meios de media e informação independentes

10c. Aumentar a participação pública em processos políticos e compromissos cívicos

10d. Garantir o direito à informação e acesso a dados governamentais

10e. Redução de subornos e da corrupção, e garantir que quem pratica estes actos pode ser responsabilizado

#### 11. Construir sociedades estáveis e pacíficas

11a. Reduzir o número de mortes violentas em  $x$  por cada 100,000 e eliminar todas as formas de violência contra as crianças

11b. Garantir que as instituições judiciais são acessíveis, independentes, detêm recursos e defendem os direitos dos cidadãos

11c. Conter as influências externas à sociedade que conduzem ao conflito, incluindo o crime organizado

11d. Aumentar a capacidade, profissionalismo e responsabilidade das forças de segurança, polícia e do sistema judiciário

#### 12. Criar um ambiente global propício ao Desenvolvimento e catalisar o financiamento a longo prazo

12a. Apoiar um sistema de comércio aberto, justo e de acordo com as premissas do Desenvolvimento, e ao mesmo tempo que melhorar o acesso aos mercados de produtos provenientes de PED

12b. Implementação de reformas de forma a garantir a estabilidade do sistema financeiro global e o investimento privado estrangeiro

12c. Estancar o aumento da temperatura global abaixo dos 2°C, indo de encontro aos acordos estabelecidos internacionalmente

12d. Países desenvolvidos terão de realizar esforços de forma a garantir a meta de 0.7% do RNB destinada à APD, enquanto outros países devem ponderar estabelecer metas adicionais para uma APD complementar

12e. Reduzir fluxos de dinheiro ilícitos, evasão fiscal e aumentar a recuperação de bens activos roubados em \$x

12f. Promover a colaboração e acesso à ciência, tecnologia, inovação e aos dados do Desenvolvimento

\* tradução livre

Fonte: Painel de Alto Nível de Personalidades Eminentes sobre a Agenda de Desenvolvimento pós-2015 - Uma Nova Parceria Global: Erradicar a Pobreza e Transformar Economias através do Desenvolvimento Sustentável. Nova Iorque: Nações Unidas, 2013 [a], pp.30-56;

## **Anexo V**

### **Os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável propostos pelo Conselho de Liderança da Rede de Soluções para o Desenvolvimento Sustentável da ONU**

#### 1. Erradicar a pobreza extrema, incluindo a fome

Acabar com a pobreza extrema em todas as suas formas (ODM 1 a 7), incluindo a fome, a desnutrição infantil, a subnutrição e a insegurança alimentar. Apoiar países altamente vulneráveis.

1a. Erradicação da pobreza extrema (indivíduos que vivem abaixo do limiar da pobreza) e com a fome, alcançar a segurança alimentar e nutrição apropriadas, erradicando também a desnutrição infantil (ODM 1)

1b. [Meta ainda não estabelecida. Será referente a uma meta revista que enquadrará os ODM 2 a 7]

1c. Fornecer apoio a Estados vulneráveis e PMA, de forma a que lhes seja possível fazer face aos seus próprios desafios estruturais, incluindo a violência e o conflito

#### 2. Alcançar o Desenvolvimento dentro dos limites planetários\*

Todos os países têm direito ao Desenvolvimento que seja respeitador dos limites planetários, que garanta padrões sustentáveis de consumo e ajude a estabilizar a população global até à primeira metade do século XXI.

2a. Cada país deve alcançar, pelo menos, o nível seguinte de rendimento tal como definido pelo Banco Mundial

2b. Os países devem reportar a sua contribuição aos limites planetários e incorporá-los, junto com outros indicadores ambientais e sociais, em políticas nacionais

2c. Rápida e voluntária redução nas taxas de natalidade através do acesso a cuidados de saúde sexual e reprodutiva em países onde o total das taxas de fecundidade são superiores a 3 filhos por mulher

#### 3. Assegurar uma aprendizagem efectiva para todas as crianças e jovens

Todas as crianças devem completar programas de desenvolvimento e aprendizagem na infância, bem como de forma contínua obter educação até ao nível secundário, de forma a serem preparados para uma vida adulta plena e responsável. Todos os jovens e adultos devem ter acesso a formação contínua de forma a ganharem competências-chave que os permita obter empregos dignos.

3a. Todas as crianças devem ter igual acesso a programas de desenvolvimento e aprendizagem na infância

3b. Todas as crianças devem receber educação primária e secundária de qualidade, focada na aprendizagem *de facto* e na redução das taxas de abandono escolar

3c. Manter a taxa de desemprego jovem abaixo dos 10%

#### 4. Alcançar a igualdade de género, a inclusão social e o acesso aos Direitos Humanos

Garantir a igualdade de género, o cumprimento dos Direitos Humanos, o acesso universal a instituições jurídicas representativas e ainda a serviços públicos. Redução da pobreza relativa e outras desigualdades que causam a exclusão social. Prevenir e eliminar a violência e a exploração, em especial a mulheres e crianças.

4a. Monitorizar e acabar com a discriminação e desigualdades no acesso a serviços públicos, no estado de direito, no acesso à justiça e na participação na vida política e económica à base de etnia, género, religião, nacionalidade, etc.

4b. Reduzir para metade a proporção de famílias com rendimento inferior à média do rendimento nacional

4c. Prevenir e eliminar a violência contra indivíduos, em especial mulheres e crianças.

#### 5. Alcançar a saúde e o bem-estar em todas as idades

Alcançar a universalidade do acesso saúde em todas as etapas da vida de um indivíduo, com particular enfoque nos cuidados de saúde primários (incluindo a saúde reprodutiva). Todos os países devem promover políticas que apelem a uma vida saudável, estimulando a prática de exercício físico, ao cumprimento de uma dieta adequada às necessidades de cada um, bem como a outras dimensões da saúde individual e social.

5a. Garantir o acesso a cuidados de saúde primários, incluindo a saúde sexual e reprodutiva e a imunização, bem como à prevenção e tratamento de todo o tipo de doenças (mantendo os indicadores dos ODM referentes ao HIV/SIDA, tuberculose e malária)

5b. Erradicar mortes evitáveis através da redução a taxa de mortalidade infantil para 20 (ou menos) mortes a cada 1000 nados-vivos, a mortalidade materna para 40 (ou menos) a cada cem mil partos e a mortalidade antes dos 70 anos por doenças não-transmissíveis em pelo menos 30% (em comparação com taxas referentes a 2015)

#### 6. Melhorar sistemas agrícolas e a prosperidade rural

Melhorar práticas agrícolas, infra-estruturas rurais e garantir o acesso a recursos para a produção alimentar, para a produtividade agrícola, pecuária e pesqueira. Aumentar o rendimento médio de pequenos produtores, reduzir impactos ambientais, promover a prosperidade rural e garantir a resiliência às mudanças climáticas.

6a. Garantir sistemas sustentáveis de produção alimentar, com alta produtividade e alta eficiência na utilização de recursos de água, nutrientes do solo e energia, apoiando dietas nutricionais e combatendo o desperdício alimentar

6b. Reduzir a conversão de florestas e pântanos a campos agrícolas e garantir a protecção dos recursos dos solos e dos sistemas agrícolas a mudanças climáticas e/ou desastres naturais

6c. Garantir o acesso universal, em áreas rurais, a recursos básicos e a infra-estruturas de serviços de saneamento, energia, transporte e comunicação

## 7. Habilitar cidades inclusivas, produtivas e resilientes

Tornar todas as cidades socialmente inclusivas, economicamente produtivas e ambientalmente sustentáveis, seguras e resilientes a alterações climáticas e outros riscos. Desenvolver uma governação participativa que estimule transformações rápidas e igualitárias.

7a. Erradicar a extrema pobreza urbana, aumentar o emprego, a produtividade, e os padrões de vida, em especial em bairros degradados

7b. Garantir o acesso universal a serviços básicos urbanos, como a água, o saneamento, a gestão de resíduos, os transportes e as comunicações

7c. Garantir que o ar e a água de qualidade para todos, reduzir a produção de gases de efeito de estufa, fomentar o uso eficiente da terra e dos recursos, bem como garantir resiliência e capacidade de resposta perante mudanças climáticas e/ou desastres naturais

## 8. Reduzir as mudanças climáticas humanamente provocadas e assegurar o acesso a energia sustentável

Reduzir as emissões de gases causadores de efeito de estufa provenientes dos sectores da energia, da indústria e da agricultura, de forma a garantir um pico de emissões de CO<sup>2</sup> até 2020 e evitar os crescentes perigos das mudanças climáticas. Promover a energia sustentável para todos.

8a. Erradicar a dependência do carvão para a produção de energia, garantir "energia limpa" para todos, e melhorar a eficiência energética, com metas para 2020, 2030 e 2050

8b. Reduzir a emissão de gases causadores do efeito de estufa através de melhores práticas agrícolas, de silvicultura, industriais e relacionadas à gestão de recursos

8c. Adoptar práticas que incentivem a cobrança por emissão de gases causadores do efeito de estufa, de forma a reduzir os riscos de mudanças climáticas e promover a tecnologia envolvente de novas formas de energia a PED

## 9. Assegurar a monitorização da biodiversidade e dos ecossistemas, e garantir a gestão adequada da água e outros recursos naturais

Inventariar, gerir e monitorizar a biodiversidade e os ecossistemas marinhos e terrestres a nível local, regional e global de forma a garantir a sua continuidade. Garantir que recursos naturais, como a água, são geridos de forma sustentável e transparente, a fim de apoiar o Desenvolvimento Humano e a inclusão social e económica

9a. Garantir a adopção de políticas e leis que protejam os ecossistemas e a sua produtividade da poluição e uso indevido dos seus recursos

9b. Participar e apoiar iniciativas globais de protecção do património ambiental e diminuição de dados ambientais transfronteiriços através da implementação de políticas até 2020

9c. Garantir que todos os actores da sociedade internacional se comprometem a uma gestão adequada e sustentável de recursos naturais de forma a ser possível alcançar os ODS

#### 10. Ajustar a governação ao Desenvolvimento Sustentável

Garantir que os sectores público e privado se comprometem com as práticas da boa governação, como a transparência, a responsabilidade, a representação, o acesso à informação e o combate à corrupção. Também esforços colectivos são necessários de forma a garantir um conjunto de direitos e responsabilidades globais e actuais.

10a. Garantir o compromisso entre governos e actores dos sectores público e privado no que é respeitante à publicação de relatórios anuais de progressos e avaliações

10b. Garantir financiamentos públicos nacionais e internacionais que contribuam para a erradicação da pobreza, para a construção de capacidades e competências humanas e para o acesso a tecnologias. Estes financiamentos (APD) deverão corresponder a 0.7% do RNB para países de alto rendimento

10c. Garantir que a legislação ao comércio internacional, às finanças, à fiscalidade e à contabilidade empresarial está de acordo com os esforços necessários ao alcance dos ODS

\* Os limites planetários definem a segurança do espaço "operacional" do planeta. Estes incluem, por exemplo, limites à emissão de gases de efeitos de estufa, a descargas de nitrogénio e fósforo, à poluição química, à descarga de aerossóis e à perda de biodiversidade.

Fonte: Conselho de Liderança da Rede de Soluções para o Desenvolvimento Sustentável da ONU - Uma Agenda de Acção para o Desenvolvimento Sustentável. Nova Iorque: ONU, 2013, pp. 31-34;

## Anexo VI

### **As 15 acções transformadoras da nova Agenda para o Desenvolvimento, segundo o Secretário-Geral da ONU**

1. Erradicação da pobreza em todas as suas formas - A pobreza tem muitas manifestações, e é agravada pela discriminação, insegurança, desigualdade e riscos ambientais e naturais. Assim, a erradicação da pobreza necessita de uma abordagem multifacetada, indo de encontro às premissas do Desenvolvimento Sustentável, e concentrada não só nas suas causas mais imediatas como também nas de cariz mais duradouro.

2. Combate à exclusão e à desigualdade - De forma a *não deixar ninguém para trás*, são necessárias acções que promovam a igualdade de oportunidades. Estas implicam também a existência de economias inclusivas em que homens e mulheres tenham acesso a empregos dignos, identidade legal, serviços financeiros, infra-estruturas e segurança social, bem como a existência de sociedades onde os indivíduos possam contribuir e participar em governos locais e nacionais.

3. Capacitação de mulheres e jovens do sexo feminino - A nova Agenda tem de assegurar os direitos das mulheres e de jovens do sexo feminino, a sua participação plena na vida política, económica e pública, com uma atitude de "tolerância zero" para a violência e/ou a exploração. Os casamentos prematuros terão de ser erradicados à escala global. As mulheres e jovens raparigas têm de ter um igual acesso a serviços financeiros, infra-estruturas, cuidados de saúde (incluindo a saúde sexual e reprodutiva), água e saneamento. Devem ainda ter direito a deter propriedade e a estarem envolvidas em ambientes seguros para que possam aprender e aplicar os seus conhecimentos e habilidades. É ainda necessário erradicar a discriminação, de forma a que possam receber salários justamente correspondentes ao seu trabalho e ter uma igual voz na tomada de decisões.

4. Providenciar educação de qualidade e uma aprendizagem contínua ao longo a vida - Os jovens devem receber educação de qualidade, acompanhada de aprendizagem efectiva desde a infância, que devem incluir não só uma escolaridade formal como também uma capacitação vocacionada e contínua.

5. Melhorar a saúde - Abordar a cobertura universal de cuidados de saúde; erradicar as doenças maternas e as mortes infantis evitáveis; efectivar os direitos reprodutivos das mulheres; aumentar a cobertura de cuidados imunológicos; erradicar a malária e efectivar um futuro em que o HIV/SIDA e a tuberculose não são realidades presentes; reduzir a presença de doenças não-transmissíveis, incluindo doenças do foro mental e acidentes rodoviários; promoção de comportamentos saudáveis, inclusivamente relacionados com a água, saneamento e higiene.

6. Abordagem às alterações climáticas - A comunidade internacional tem de conciliar os desafios de mitigação e de adaptação às alterações climáticas enquanto apoia o



crescimento de PED. Enquanto os piores efeitos das alterações climáticas podem ainda ser evitáveis pela edificação de resiliência e pelo investimento em comunidades e países mais vulneráveis aos riscos, são efeitos que irão requerer uma resposta ponderada, mantendo os princípios de uma responsabilidade comum ainda que diferenciada, e as respectivas capacidades. Um resultado de sucesso para as negociações intergovernamentais sobre as alterações climáticas é crítico. Todos os esforços devem ser feitos para que um acordo legal seja efectivado até ao fim do ano de 2015, tal como decidido em Durban, na África do Sul, em 2011.

7. Abordagem às alterações ambientais - As alterações ambientais têm agravado os problemas mundiais, principalmente em países mais vulneráveis, cujas capacidades de resposta aos problemas do Desenvolvimento é parca. Uma gestão dos recursos naturais - o sector da pesca, florestas, recursos de água potável, oceanos e solos - é essencial para o Desenvolvimento Sustentável. Para tal, é preciso construir resiliência e investir nas comunidades e países mais vulneráveis a sofrer desastres naturais, especialmente PED e países insulares em desenvolvimento.

8. Promover um crescimento inclusivo e sustentável e o emprego digno - Pode ser atingido através da diversificação económica, pela inclusão financeira, pela eficácia das infra-estruturas, pela produtividade, pelo comércio, pela energia sustentável, pela educação e pelas competências individuais de cada um. O mercado de trabalho deveria estar focado particularmente nos jovens, mulheres e indivíduos com deficiências.

9. Erradicar a fome e a subnutrição - Abordar a fome, a subnutrição, as doenças de crescimento e a insegurança alimentar num mundo onde o rápido crescimento populacional irá requerer uma combinação estável de melhoramentos na produção agrícola e sustentabilidade, cuidados maternos e infantis, e ainda uma reforçada protecção social para as populações mais vulneráveis.

10. Abordagem aos desafios demográficos - Enquanto a população de países desenvolvimentos deverá manter-se nos 1,3 mil milhões, a população de PED está projectada que cresça dos actuais 5,9 mil milhões (2013) para 8,2 mil milhões até 2050. Os países com uma maior taxa populacional estão, geralmente, inseridos numa realidade onde as taxas de fertilidade estão a decrescer, em especial à medida que a educação e os serviços de saúde (incluindo a saúde sexual e reprodutiva) estão cada vez mais disponíveis para mulheres e jovens do sexo feminino. O progresso nestas áreas permite que muitas unidades familiares tenham optado por ter menos filhos, com consequentes melhorias e benefícios na saúde, educação, sustentabilidade e dividendos demográficos para o crescimento económico. Os países com uma maior proporção de população jovem vão necessitar de oferecer não só educação, como também empregos justos e dignos. Os países com uma maior proporção de população idosa terá de desenvolver políticas de apoio à população, bem como eliminar as barreiras que impedem a sua participação na sociedade ao mesmo tempo que promove e protege os seus direitos e dignidade.

11. Melhorar a contribuição positiva das migrações - Mais de mil milhões de pessoas dependem da migração, a nível nacional e internacional, para melhorar o seu rendimento, a sua saúde, a educação das suas famílias, para escapar à pobreza e ao conflito, e para uma adaptação a choques ambientais e económicos. Os países que recebem indivíduos neste processo são também muito beneficiados. No entanto, existem

ainda muitas barreiras que limitam os aspectos positivos do processo migratório e dos ganhos sociais e económicos que dele advém. A generalização da discriminação e o incumprimento dos Direitos Humanos dos indivíduos em processo migratório são frequentemente praticados. O tráfico humano, um aspecto inaceitável do processo migratório, tem de terminar.

12. Ir de encontro aos desafios urbanísticos - Cerca de 70% da população mundial viverá em cidades até ao ano de 2050. O desafio à urbanização é que seja capaz de providenciar emprego, alimentação, salários, habitação, transporte, água potável e saneamento, serviços sociais e actividades culturais a todos. De igual modo, habitar numa cidade cria oportunidades para um mais eficiente uso de comodidades e serviços. A prosperidade rural, gestão de terras e segurança de ecossistemas deverão ser parte integral da vida urbana sustentável e da transformação económica.

13. Construir a paz e a governação efectiva fundamentada na justiça e em instituições - A paz e a estabilidade, os Direitos Humanos e a governação efectiva baseada na justiça e em instituições representativas e transparentes são potenciadores do Desenvolvimento. Não poderá haver paz sem Desenvolvimento, e não poderá haver Desenvolvimento sem paz. Uma paz duradoura e um Desenvolvimento Sustentável não podem ser realizados em pleno sem o respeito pelos Direitos Humanos e pela justiça. A transparência e prestação de contas são ferramentas poderosas para garantir o envolvimento dos cidadãos nas políticas e na supervisão do uso de recursos públicos, e inclusivamente no combate à corrupção. A capacitação legal, o acesso à justiça, a um sector judiciário independente e à identificação legal são aspectos críticos para o serviço público.

14. Criação de uma renovada parceria global - Os ODM, e em particular o ODM 8, sobre uma parceria global para o Desenvolvimento, é referente à importância da humanidade e dos valores da igualdade, solidariedade e Direitos Humanos. A Agenda para o Desenvolvimento pós-2015 necessitará de ser apoiada por uma renovada parceria para o Desenvolvimento, tendo como base esses mesmos valores. Como referido no relatório do Painel de Alto Nível, esta parceria "deverá captar, e depender, do espírito de respeito e benefício mútuo" [...].

15. Reforçar o quadro da Cooperação para o Desenvolvimento a nível internacional - De forma a responder aos desafios de financiar e implementar uma agenda de Desenvolvimento Sustentável, as instituições nacionais e internacionais necessitam de ser reforçadas para ultrapassar a separação institucional e operacional entre as responsabilidades económicas, sociais e ambientais [...].

Fonte: Ki-Moon, Ban - Uma vida digna para todos: acelerar o progresso rumo aos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio e avançar a Agenda das Nações Unidas para o Desenvolvimento pós-2015. Relatório do Secretário Geral A/68/202. Nova Iorque: ONU, 2013, pp. 13-16.